

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

WEMERSON FRANCISCO PEREIRA

**Geopolítica do Petróleo e Poder no Território na Venezuela: Das Concessões
ao Chavismo**

São Paulo
2020

WEMERSON FRANCISCO PEREIRA

**Geopolítica do Petróleo e Poder No Território na Venezuela: Das Concessões
ao Chavismo**

Trabalho de graduação individual apresentado para o
Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P436g Pereira, Wemerson Francisco
 Geopolítica do petróleo e poder no território na
Venezuela: das concessões ao Chavismo / Wemerson
Francisco Pereira ; orientadora Maria Mónica Arroyo.
- São Paulo, 2020.
 120 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Venezuela. 2. Petróleo. 3. Geopolítica. 4.
Território. 5. Poder. I. Arroyo, Maria Mónica ,
orient. II. Título.

Nome: PEREIRA, Wemerson Francisco

Título: Geopolítica do Petróleo e Poder no Território na Venezuela: Das Concessões ao Chavismo

Trabalho de graduação individual apresentado para o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

Banca Examinadora

Prof. (a) Dr. (a) _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. (a) Dr. (a) _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. (a) Dr. (a) _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

If there's a new way
I'll be the first in line
But it better work this time

Can you put a price on peace?

Peace
Peace sells
Peace
Peace sells

Peace sells, but who's buying?
Peace sells, but who's buying?
Peace sells, but who's buying?
Peace sells, but who's buying?

No, no, peace sells
No, peace sells

(MEGADETH, 1986)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, e bota trabalho nisso, custou-me muito sofrimento e suor. Depois de haver desistido de um tema anterior, precisei reunir minhas forças para decidir sobre o que estudar. Não foi uma tarefa fácil ter largado uma pesquisa em que eu estava prestes a começar a escrever, mas, com muita coragem, troquei, iniciei tudo de novo e cheguei ao ponto final.

Agradeço, sobretudo, a Deus Pai todo-poderoso, que me auxiliou ao dar forças durante todo este tempo para a pesquisa, leitura, junção dos dados e textos e, principalmente, na escrita.

Sou eternamente grato ao meu pai (Francisco Sales) e a minha mãe (Maria Marta) por terem me auxiliado em todos os sentidos possíveis, desde o meu nascimento até a esta presente data em que concluo este trabalho e este curso de graduação. Meus mais sinceros agradecimentos por tudo.

Além do conhecimento, a USP me proporcionou conhecer a pessoa com quem espero viver o resto dos meus dias: Ada Luana Batista da Silva, a minha namorada. Se eu cheguei a esta conclusão de curso, sou muito a grato a minha amada, visto que ela me incentivou a continuar o curso e a trocar o tema. Sou eternamente grato a você, meu amor, por tudo o que vivemos ao longo deste tempo da faculdade. Minha companheira geógrafa.

O mais sincero obrigado ao meu professor orientador André Martin, a quem me inspirou a estudar a fundo sobre petróleo e Geopolítica. Também não posso me esquecer das dicas valiosas da professora Maria Mônica Arroyo, a quem sou grato por ter me incentivado a trocar o tema de pesquisa. E, obviamente, agradecer a toda a equipe de professores da Geografia que me despertaram a curiosidade pela Ciência Geográfica.

Quero também deixar a minha gratidão às pessoas que me auxiliaram neste trabalho: Rodrigo Accioli, Pedro Mezgravis, Bruno Cândido, SAP e Lúcio Cerri. Sem vocês, em hipótese alguma conseguiria terminar isto.

Deixo aqui o meu agradecimento para todas as pessoas que estudaram comigo, sem exceção. Agradeço ao Caio Olivares, José Donato (Doni), Jorge, Sidnei, Sabrina, Ian de Giovani, Marcelo Scarpin, Leandro de Andrade, Bruno Marques, enfim, dentre tantas outras pessoas incríveis. Carregarei para sempre todos os momentos vividos convosco

Agradeço ao Laboratório de Geografia Política, Planejamento Ambiental e Territorial (LABOPLAN) e ao Laboratório de Geografia Política (GeoPo) por terem me dado todos os auxílios necessários para esta pesquisa.

Não posso deixar de me esquecer do pessoal da Escola Mário Joaquim, em Barueri, por ter me fornecido todo o apoio durante a Licenciatura. Independente de seguir ou não a área educacional, vocês me ajudaram muito.

Quero agradecer às pessoas do movimento católico “Jovens Sarados” por me darem apoio emocional e espiritual. Meus mais sinceros agradecimentos. Que pessoas.

Por fim, agradeço aos humoristas e às humoristas por darem alegria para o meu povo. Que sigam assim, indo fundo no humor, assim como o petróleo, e que vocês possam refinar mais e mais a alegria do povo.

RESUMO

PEREIRA, Wemerson Francisco. **Geopolítica do Petróleo e Poder no Território na Venezuela: Das Concessões ao Chavismo**. 2020, 120 f. Trabalho de graduação individual. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020

Quando se fala em Venezuela, automaticamente a palavra “petróleo” vem a tona, afinal, desde a década de 1920 que este recurso tem se tornado a verdadeira marca venezuelana. Nos três primeiros quartos do século XX, as concessões dadas pelo governo às companhias petrolíferas privadas foram a forma como o governo venezuelano encontrou para administrar o petróleo e o seu próprio território. Porém, com os movimentos nacionalistas das décadas de 1960 e 1970, o petróleo venezuelano foi nacionalizado, e o governo instituiu a sua própria companhia, a PDVSA, dando a esta o poder de ditar as decisões petrolíferas em nome do país. Porém, esta companhia petrolífera venezuelana, com a permissão do Estado, internacionalizou-se, começando a operar de forma independente. Após a escolha de Carlos Andrés Pérez pelo Neoliberalismo e, em seguida, *Apertura Petrolera*, o petróleo venezuelano esteve muito perto de ser privatizado e voltado para as mãos das companhias petrolíferas estrangeiras; entretanto, com a entrada de Hugo Chávez na presidência, a situação mudaria: o Estado se tornou o único dono do petróleo venezuelano e a PDVSA foi inteiramente integrada ao Estado venezuelano. A partir deste momento, a Venezuela utilizou o petróleo como recurso para diminuir as desigualdades sociais internas e o instrumento geopolítico do país para diminuir a influência dos Estados Unidos no país e na América Latina, ao tentar integrar todo o território latino-americano através de blocos energéticos regionais, como a Petroamerica, e principalmente garantir o poder sobre o próprio território.

Palavras-chave: Venezuela, Petróleo, Geopolítica, Território, Poder.

ABSTRACT

PEREIRA, Wemerson Francisco. **Geopolitics of oil and Power on Territory in Venezuela: From Concessions to Chavism**. 2020, 120 f. Individual Research. Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo. 2020

When something is said about Venezuela, immediately the word “petroleum” comes out, once since 1920’s this resource has become the ultimate venezuelan trademark. The early three quarters of the 20th century, concessions made by the government to private oil companies were the way found by Venezuela to manage petroleum in its territory. However, this Venezuelan oil company, allowed by the State, has made itself international, starting to operate independently. After Carlos Andrés Pérez’ choice for the Neoliberalism economical way, and forwardly, *Apertura Petrolera*, Venezuelan oil got so close to be privatized and come back to foreigners oil companies; but with Hugo Chávez’ poll victory for presidency, the situation has changed: Venezuelan State has become the only national oil owner and PDVSA was integrated to the State institutuins. From this moment, Venezuela has used oil as a resource to minimize social inequalities and as a geopolitical tool for the country against US influence there and all over Latin America, as an attempt to make an integration of all Latin American territory through regional energetic blocks, such as Petroamerica, and especially as a way to guarantee its power in its own territory.

Keywords: Venezuela, Petroleum, Geopolitics, Territory, Power.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. ESTADOS UNIDOS: Reservas de petróleo (em milhões de barris)	22
TABELA 2. ESTADOS UNIDOS: Produção comparada de Carvão e Petróleo	23
TABELA 3. AMÉRICA: Importações de petróleo aos Estados Unidos, por país de origem, nos anos 1929 e 1930	39
TABELA 4. VENEZUELA: Produção venezuelana diária de barris de petróleo	69
TABELA 5. VENEZUELA: Participação da PDVSA nos ingressos fiscais totais do Estado venezuelano	71
TABELA 6. VENEZUELA: Preço do barril do petróleo tipo Brent (em dólares)	72
TABELA 7. VENEZUELA: Participação dos ingressos petrolíferos perante os ingressos totais (em bolívares)	73
TABELA 8. MUNDO: Comparativa de preço e produção de petróleo entre 1994 e 1997	75
TABELA 9. VENEZUELA: Produção venezuelana de barris de petróleo (1996-1999)	77
TABELA 10. VENEZUELA: Proporção do petróleo venezuelano perante as exportações totais do país (1991-1999)	77
TABELA 11. MUNDO: As dez maiores reservas provadas do mundo em 1999	78
TABELA 12. ESTADOS UNIDOS: Reservas provadas de petróleo e demanda petrolífera (1990-1999)	80
TABELA 13. VENEZUELA: Destino das exportações venezuelanas, em milhões de barris (1991-1999)	81
TABELA 14. MUNDO: Preço do petróleo, no padrão Brent, entre 2001 e 2004	90
TABELA 15. MUNDO: Exportações petrolíferas em comparação com as exportações totais da Venezuela (2001-2005)	91
TABELA 16. VENEZUELA: Refino do petróleo venezuelano (2003-2008)	95
TABELA 17. VENEZUELA: Reservas petrolíferas provadas (2003-2007)	95
TABELA 18. VENEZUELA: Reservas provadas de gás natural (2003-2007)	96
TABELA 19. MUNDO: Reservas provadas de petróleo em bilhões de barris (2007-2010)	109
TABELA 20. MUNDO: Preço do barril de petróleo no padrão Brent (2006-2012) ...	110
TABELA 21. VENEZUELA: Exportações petrolíferas perante o total de exportações (2001-2012)	111

TABELA 22. MUNDO: Destino das exportações de petróleo e derivados, em mil barris, da Venezuela (2010-2012)	112
--	-----

LISTA DE SIGLAS

AD — Acción Democrática

ALBA - Aliança Bolivariana para as Américas

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

Ancap - Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland

BBC - British Broadcasting Corporation

BCV - Banco Central Venezuelano

BP - British Petroleum

CNPC - Corporação Nacional de Petróleo da China

CPC - Corporação Petroquímica da China

CPV - Corporación Venezolana de Petróleo

EIA - Energy International Agency

ENARSA - Energía Argentina Sociedad Anónima

EPS - Empresas de Produção Social

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

GATT - General Agreement on Tariffs and Trade

MBR - Movimiento Bolivariano Revolucionario 200

MINPET - Ministerio de Petróleo

NAFTA - North American Free Trade Agreement

OEA - Organização dos Estados Americanos

OECD - the Observatory of Economy Complex

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG'S - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PDVSA - Petróleos de Venezuela S. A.

Petrobras - Petróleo Brasileiro S. A.

PIB - Produto Interno Bruto

PODE - Petróleo y Otros Datos Estadísticos

PSI - Processo de Substituição de Importações

Texaco - Texas Corporation

UNOCAL - Union Oil Company of California

US\$ - Dólar estadounidense

YPF - Yacimientos Petrolíferos Fiscales

YPFB - Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. ENERGIA, PETRÓLEO E GEOPOLÍTICA	18
1.1 A história do petróleo	19
1.2. Geopolítica e seus conceitos.....	25
1.3. Geopolítica do Petróleo e suas definições	29
CAPÍTULO 2. A RESSIGNIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DO PETRÓLEO: AS IMPLICAÇÕES NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL E NA VENEZUELA	32
2.1 Geopolítica do petróleo na Venezuela ou da Venezuela?	36
2.2: A “saudável” relação entre a Venezuela petroleira e os Estados Unidos.....	39
2.3 Pós era Gómez: a Lei de 1943 e suas implicações.....	42
2.4. Ascensão dos movimentos pela nacionalização do petróleo e a criação da OPEP	50
3. PDVSA: A PSEUDO-NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO VENEZUELANO (1976- 1998)	56
3.1 A internacionalização da PDVSA.....	62
3.2: A entrada do Neoliberalismo na Venezuela	66
4. A ERA HUGO CHÁVEZ (1999-2013).....	82
4.1 Geopolítica petrolífera do Chavismo	92
4.2 Relações entre Venezuela e alguns países sul-americanos	97
4.2.1 Relações político-econômicas entre Venezuela e Argentina	97
4.2.2 Relações político-econômicas entre Venezuela e Brasil	98
4.2.3 Relações político-econômicas entre Venezuela e Uruguai.....	100
4.2.4 Relações político-econômicas entre Venezuela e Equador.....	101
4.2.5 Relações político-econômicas entre Venezuela e Bolívia	102
4.3 Blocos político-econômicos regionais contra a influência estadunidense	102
4.4 Reação dos Estados Unidos	107
4.5 Fim da Era Chávez.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

INTRODUÇÃO

A Venezuela é um país localizado na América do Sul banhado pelo Oceano Atlântico e pelo Mar do Caribe, conforme visto na figura 1. É a terra natal de Simon Bolívar, considerado o grande libertador da América espanhola e um símbolo da luta contra o Império espanhol.

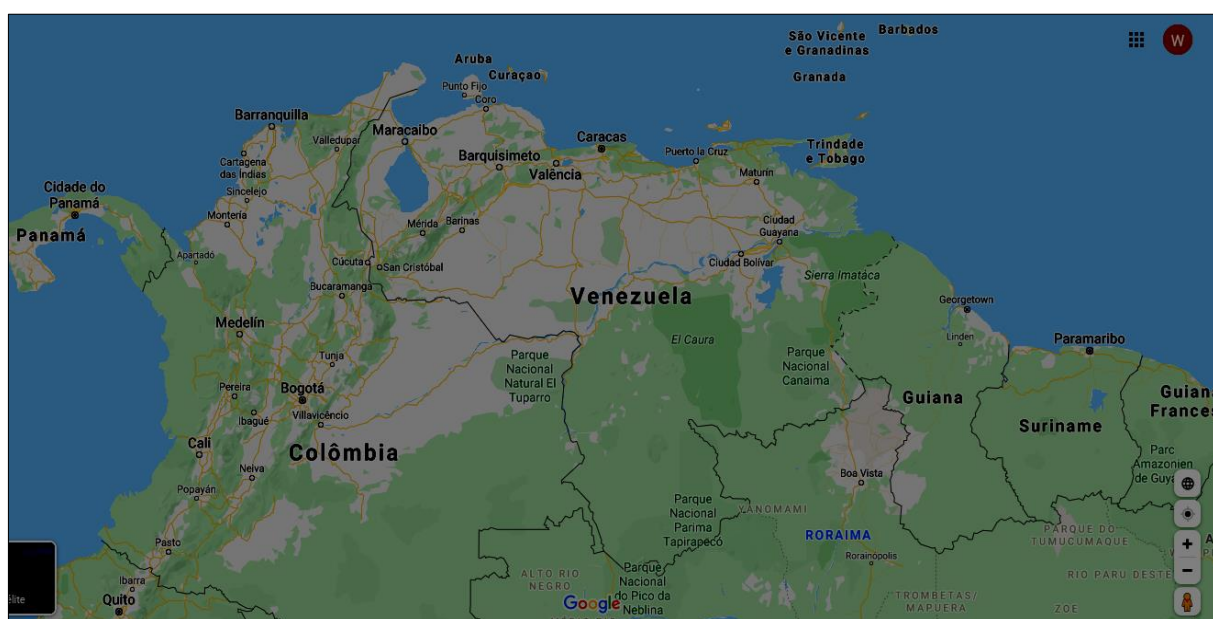


FIGURA 1: Mapa de localização da Venezuela. Fonte: Google Maps

A Venezuela, até meados do século XIX, era um país predominantemente exportador de café e cacau, sendo totalmente agrícola. Pode-se ver em Lopes (2011) o quadro venezuelano até o início do século XX:

Em relação à estrutura econômica antes do desenvolvimento da indústria petroleira, a Venezuela era um dos Estados mais pobres e atrasados da América Latina. O território, no início do século XX, era despovoado, com baixo nível de integração territorial, desprovido de meios adequados (...). A economia, naquele momento, era predominantemente rural, pré-capitalista e de subsistência, complementando o quadro de extrema carência material sob a qual vivia a maior parte da população do país (LOPES, 2011, p. 25).

O petróleo viria a fazer parte da economia ainda de maneira tímida na transição entre os séculos XIX e XX, mas ele já possuía usos ao final do XV, na época quando os espanhóis chegaram e encontraram os indígenas locais utilizando esta fonte para as suas tochas e remédios. Os piratas espanhóis também já manuseavam o petróleo

para vedar os cascos de madeira das embarcações (Creole, 1949 apud Lieuwen, 2016).

Durante o período colonial, a Coroa Espanhola possuiu o controle das minas em suas colônias, graças à *Ley Española de Minas*, e posteriormente em 1783, estendeu esse controle aos minerais não metálicos, incluindo o que viria a ser o petróleo, através das *Ordenanzas de Minerías* (LIEUWEN, 2016). Ou seja, a Espanha mantinha de fato uma relação de metrópole e colônia, na qual os recursos eram extraídos da segunda e levadas para a primeira.

Após a independência venezuelana, em 1810, todas as propriedades e ações da Coroa Espanhola, em território venezuelano, passaram para o novo governo independente. A decisão sobre outorgar novas concessões também foi repassada ao presidente do país, que tinha a total autoridade em tomar as decisões (LIEUWEN, 2016). Desta forma, o Estado venezuelano tinha a liberdade para fazer o que quisesse com os recursos encontrados no subsolo.

O petróleo está em todo lugar, seja como combustível de automóveis, seja como plásticos, dentre outros produtos. Onde se olha, vê-se o petróleo presente. Assim tem sido este hidrocarboneto ao longo da história, especialmente na Venezuela, onde mudou a infraestrutura, a comunicação, o modo de vida da população. O petróleo vem sendo parte da sociedade humana, desde o seu uso diário até a questão da disputa geopolítica por este recurso, ocasionando guerras e conflitos.

Desta forma, o presente trabalho pretende analisar como o petróleo modificou a Venezuela na sua relação política e econômica com o mundo, e como este país utilizou este hidrocarboneto para inserir-se no cenário da Geopolítica mundial e, especificamente, na Geopolítica do petróleo. A discussão tem como intenção avaliar os impactos das decisões do governo venezuelano e das empresas sobre o petróleo, tal como a sua exploração, produção, refino, distribuição e comercialização.

Além disto, foram abordados os diferentes vieses que o petróleo teve ao longo do século XX e do início do século XXI, isto é, passando de seu viés puramente comercial para a perspectiva de guerra pelo seu acesso, até chegar à interpretação de luta pela sua posse como um instrumento de poder e soberania. No caso venezuelano, o objetivo é verificar os diferentes significados que este recurso energético teve ao longo do tempo para o país.

A escolha do tema desta pesquisa se dá pelo fato da Venezuela ser um país petroleiro, dotado de gigantescas reservas de petróleo e de gás, e não ser um país com conflitos separatistas ou religiosos, como é o caso dos países do Oriente Médio. Cabe também destacar como as grandes potências, especialmente os Estados Unidos, deram atenção ao petróleo venezuelano, ao ponto de considerar a Venezuela como um “paraíso petroleiro”, ao passo de os estadunidenses lutarem com todas as forças pelo acesso ao petróleo e ao território venezuelano, especialmente no século XXI, quando Hugo Chávez, presidente venezuelano entre 1999 e 2013, passou a usar o petróleo como instrumento para alianças contra os Estados Unidos.

Para isso, é necessário traçar históricos e definir conceitos. Neste sentido, o primeiro capítulo apresenta um breve histórico da Energia, bem como os tipos de fontes energéticas e suas evoluções ao decorrer dos séculos, desde a própria força humana até o petróleo, o qual também é abordado desde seus primeiros usos até sua utilização enquanto fonte combustível; desta forma, se articula com conceitos geográficos como Espaço e Território, bem como aspectos teóricos sobre Geopolítica e, notadamente, a Geopolítica do Petróleo.

Em sequência, o segundo capítulo aborda o histórico de utilização dos recursos naturais energéticos da Venezuela, dando ênfase ao petróleo, bem como os processos referentes à sua utilização, extração, comercialização, dentre outros, além da consolidação de legislações a serviço tanto do Estado, quanto das companhias estrangeiras; ao mesmo tempo, também se ressalta a busca da afirmação pela soberania sobre as decisões referentes ao petróleo, por meio da OPEP, da qual a Venezuela é fundadora, e os movimentos que culminaram na nacionalização do petróleo venezuelano, na década de 1970; para isso foram consultados livros e dados estatísticos elaborados pelos departamentos do próprio governo venezuelano e pelas companhias internacionais.

O terceiro capítulo, que tem como contexto a pós-nacionalização do petróleo venezuelano, narra como a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), companhia venezuelana criada em 1976, tomou as decisões do petróleo para si através da sua internacionalização, tornando-se ela própria uma agente na geopolítica do petróleo; aborda-se também a flutuação dos preços do petróleo e a sua consequência para a Venezuela, assim como os convênios da PDVSA com as companhias petrolíferas

estrangeiras, sob o contexto do Neoliberalismo sendo escolhido como o modelo econômico a se implementar no país.

Por fim, o quarto capítulo discute como a Venezuela, através da figura de Hugo Chávez, utilizou o petróleo como principal instrumento para realizar todas as suas decisões políticas, econômicas, sociais e energéticas, especialmente após a nacionalização de fato da PDVSA; também se propõe a analisar os ideais chavistas contrários aos interesses estadunidenses, neoliberais e de mundo unipolar, e como Hugo Chávez reduziu a dependência venezuelana dos Estados Unidos com a diversificação das relações político-econômicas venezuelanas com outros países; desta forma, será mostrado como Estado venezuelano se tornou ator geopolítico. Por último, será discutido se o petróleo realmente se tornou a única fonte de exportação do país.

As argumentações e discussões levantadas neste trabalho se utilizam, principalmente, de textos e boletins oficiais do governo, bem como dados de produção, consumo, oferta e demanda de petróleo, a exemplo das tabelas e gráficos da British Petroleum, da Organização dos Países Produtores de Petróleo, da PDVSA, da Agência Internacional de Energia, dentre outras, bem como também a articulação entre diversos autores de áreas como Geografia, Economia, Geopolítica, Relações Internacionais, História, Ciência Política.

A priori, este trabalho busca não só ratificar o petróleo como um simples recurso energético e produto comercial; ele procura entender todas as relações e contextos históricos, econômicos, sociais e geopolíticos que estão presentes em assuntos sobre recursos naturais, bem como na consequência para o território de um país.

CAPÍTULO 1. ENERGIA, PETRÓLEO E GEOPOLÍTICA

Considera-se um mundo sem usinas produtoras de energia. Como seria este mundo? Como os países desenvolver-se-iam? Como estaria a humanidade, neste século XXI, se não houvesse o desenvolvimento da energia? Como estaria a economia global sem o sistema energético atual? Como seria a qualidade de vida sem o avanço da energia? A partir destes questionamentos, é possível perceber as grandes mudanças e percepções que a sociedade teve sobre tudo o que envolve a energia e o seu respectivo uso.

De acordo com Brito et al. (2012, p. 20), a energia é importante para o mundo porque ela é a base do funcionamento do transporte, dos equipamentos militares, do desenvolvimento social, do aquecimento, da alimentação e da qualidade de vida.

Ao recapitular o histórico da utilização de fontes de energia nas sociedades primitivas, Pierre George (1952) explica como a própria força humana foi uma fonte de movimentação aliada às forças da natureza e à tração animal, ou seja, que o próprio homem era uma fonte energética em si. Segundo este autor: “Nas sociedades primitivas, o homem é a principal fonte de energia, inclusive quando se pede um complemento de força aos animais de tração e de carga, e aos agentes energéticos naturais: a água corrente e o vento” (GEORGE, 1952, p. 9).

Quando se fala em transporte, a fonte de energia utilizada para mover o barco, seja à vela ou canoa, era a própria força humana e/ou a força do vento, onde as pessoas, dentro do barco ou caravela, tinham que remar com as próprias mãos, ou seja, a própria força humana era a força motriz do meio de transporte; Via terrestre, as pessoas andavam até mesmo milhares de quilômetros à pé, ou à cavalo.

Porém, um evento notório na história da humanidade mudaria a força motriz energética: a Primeira Revolução Industrial, ocorrida entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, que trouxe uma grande mudança no quadro da técnica e da energia, pois com o advento das indústrias e o início da mecanização, foi possível a mudança da matriz energética, substituindo a força humana para o carvão como força motriz; desta forma, o homem não utiliza mais somente a própria força braçal para mover-se ou mover um barco, passando a utilizar máquinas a vapor para a locomoção, sendo o carvão como sua principal fonte de energia, tanto para os transportes quanto para as novas formas de vida. Ou seja, o

advento da Primeira Revolução Industrial proporcionou para a humanidade um domínio maior sobre a natureza, passando a moldá-la em prol de seus interesses, sobretudo econômicos, tecnológicos e políticos.

Sendo o carvão a principal matéria-prima para a metalurgia e como fonte de energia, muitos países utilizaram o carvão não só como fonte energética, mas como o meio de se tornar nações mais poderosas, como a Inglaterra, que foi o berço da Primeira Revolução Industrial, e que se tornou a grande potência mundial dos séculos XVIII e XIX e início do século XX.

Se a Primeira Revolução Industrial trouxe o domínio humano sobre a natureza e a mudança da força motriz, a Segunda Revolução Industrial, que se desenvolveu entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, potencializou esse controle humano sobre a natureza, sendo marcada pela descoberta do petróleo e de sua utilização com fins energéticos através de seus produtos derivados, como o querosene (utilizado como fonte luminosa nas casas, nas fazendas e nas ruas), o asfalto e combustíveis (COSTA, 2012). Também trouxe a implementação da indústria do aço para a construção de navios, a introdução da eletricidade e a prensa móvel, que utilizava o carvão para o transporte. Mas, sem dúvida alguma, o petróleo, um tipo de hidrocarboneto, foi o elemento que transformaria para sempre a humanidade em todos os aspectos possíveis.

Com a Segunda Revolução Industrial, os Estados Unidos e a Alemanha, juntando-se à Inglaterra, transformaram-se em grandes potências industriais. No caso dos Estados Unidos, o aço era muito abundante na região nordeste, e isto fez o país se industrializar o mais rápido possível; na Alemanha, o aço, muito forte na região do Vale Ruhr, deixou o país com uma forte indústria deste material.

1.1 A história do petróleo

Anteriormente, o petróleo já era utilizado muito antes do início de suas explorações a largas escalas. Yergin (2010) periodiza bem o uso já conhecido pela humanidade antes mesmo do primeiro poço petrolífero haver sido descoberto:

Não se pode dizer que a humanidade desconhecesse o petróleo. Em várias regiões do Oriente Médio, uma substância lodosa semissólida chamada

betume assomava à superfície nas fendas e fissuras, e tais vazamentos já eram mencionados na Antiguidade — e na Mesopotâmia, 3 mil anos antes de Cristo. O manancial mais famoso ficava em Hit, no Eufrates, não muito distante da Babilônia (onde hoje fica Bagdá). (...) Alguns desses vazamentos, assim como os gases emanados pelo petróleo, queimavam, fornecendo a base para a adoração do fogo no Oriente Médio (YERGIN, 2010, p. 24).

Segundo o Antigo Testamento da Bíblia cristã, o betume, um líquido inflamável, empregou-se na construção da arca de Noé e na cesta de Moisés¹, ou seja, já nos tempos antes de Cristo. Também utilizou-se, segundo Costa (2012), como argamassa nas construções e como comércio do Oriente Médio. Já no século VII, os bizantinos, aproveitando que o betume era um líquido inflamável, desenvolveram o chamado “óleo ou fogo grego”, óleo incendiário utilizado para armas de guerra, muito similar à função da pólvora. Ainda nas palavras de Costa (2012), na Idade Média, em muitos lugares da Europa (como na Baviera, na Sicília, no Vale do Pó, na Alsácia, em Hannover e na Galícia) foram constatados vazamentos de petróleo.

No fim de 1854, George Bissel, um industrialista estadunidense, percebeu que o até então conhecido “óleo de pedra”, cuja utilização estava voltada para a produção de remédios, tinha um ponto alto de combustão, tornando-se um produto explosivo. Após essa constatação, Bissel teve uma ideia brilhante: projetou o óleo de pedra em um lampejo, e, após aparecer a chama, assegurou que o óleo de pedra poderia ser viável não apenas como formuladora de remédio, mas também como uma fonte luminosa, ou seja, geradora de energia para as casas e ruas (COSTA, 2012). Bissel tratou de testar a sua hipótese, e após a sua ideia despertar o interesse em um grupo de investidores, estes convidaram o professor Benjamin Silliman, da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, para que os ajudasse a conferir se as propriedades químicas do óleo de pedra permitiriam considerá-lo como uma fonte iluminante e lubrificante, e portanto, como fonte geradora de energia (COSTA, 2012).

A pesquisa sobre as propriedades do “óleo de pedra” teve êxito, provando-se que o líquido negro (que hoje chamamos de petróleo) de fato tinha totais condições de ser uma fonte luminosa e capaz de fornecer energia, conforme descreve Costa (2012):

(...) A pesquisa de Silliman, como afirmou um historiador, era nada mais que um momento ímpar no estabelecimento do negócio do óleo de pedra. Ela afastou todas as dúvidas sobre os novos usos potenciais do líquido negro. Comunicou ao grupo que o óleo podia ser levado a diversos níveis de

¹Conforme pode ser verificado no Livro de Gênesis (Capítulo 6, versículo 14) e no Livro do Êxodo (Capítulo 2, versículo 3).

ebulição e assim ser refinado de modo a resultar em muitas frações, todas compostas de carbono e hidrogênio. Um desses subprodutos era um óleo iluminante de altíssima qualidade (COSTA, 2012, p.61).

Contemporâneo à descoberta do óleo de pedra como fonte luminosa, comprovada por George Bissel, Benjamin Sellamin e equipe, apareceu Thomas Cochrane, um ex-almirante britânico e depois geólogo. Este britânico aprimorou a utilização do líquido negro ao desenvolver um novo meio de extrair óleo do asfalto ou substâncias parecidas e colocá-las para refinar, deixando este produto favorável para a geração de energia. Nascia assim o querosene, uma fonte luminosa e o primeiro produto derivado do petróleo comercial. Este produto foi o responsável por substituir o óleo de baleia, que era até este período o principal meio de iluminar as casas e as ruas. A partir do querosene, desenvolveram-se os lampiões como objetos para iluminar os ambientes.

Após o betume, o óleo de pedra e o querosene, faltava algo para o pontapé inicial na história moderna do petróleo: descobrir um lugar de onde seria possível retirar o óleo negro suficiente para o suprimento. Isto aconteceu em agosto de 1859, no pequeno município de Titusville, no estado da Pensilvânia, no nordeste dos Estados Unidos, quando Edwin L. Drake conseguiu perfurar o primeiro poço, jorrando uma grande quantidade de petróleo. Este foi o primeiro poço de petróleo registrado oficialmente, abrindo alas para a indústria petrolífera.

Depois da descoberta do querosene e da perfuração do primeiro poço petrolífero, a humanidade encontrou, nas últimas décadas do século XIX, fontes energéticas alternativas (entenda-se petróleo) para a indústria, sendo esta até então predominantemente consumidora de carvão. Toma-se como exemplo a indústria química, que é a mutação da matéria-prima para fins produtivos (COSTA, 2012) e que a própria indústria petrolífera a compõe.

Nos últimos decênios do século XIX, o petróleo e o gás (hidrocarbonetos) começaram a aparecer como fontes energéticas para os meios de transporte. Esta foi a época em que houve o início do desenvolvimento de motores de combustão interna. No caso do motor a gás, Nicolaus Otto, em 1876, criou o primeiro motor a utilizar, de forma viável, o gás. Porém, como salientou Costa (2012), este motor a gás apresentava uma eficiência muito reduzida, devido à sua necessidade de sempre estar conectado à sua fonte de abastecimento, seja por cabo de alimentação ou um forno, evidenciando a imobilidade do gás. Por conta da ineficiência do motor a gás, os

produtos oriundos do petróleo se converteram na grande fonte energética alternativa ao carvão. Landes (2005) explica as vantagens do petróleo sobre o gás:

(...) A resposta foi encontrada nos combustíveis líquidos — basicamente, o petróleo e seus derivados destilados. Eles tinham uma combustão praticamente tão eficiente quanto a do gás e produziam cerca do dobro do trabalho da hulha por peso, enquanto ocupavam metade do espaço (LANDES, 2005, p; 291).

De acordo com Costa (2012), a Rússia, na década de 1870, foi a primeira no mundo a utilizar, de forma viável, o óleo comercial (ou seja, petróleo) para os motores. Os russos optaram por esta ação em virtude da necessidade de aproveitar os restos provenientes da destilação do cruado de Baku (hoje, capital de Azerbaijão) para gerar o querosene e o óleo para lampiões. Entretanto, e mesmo com a experiência obtendo um certo êxito, o seu uso foi muito limitado, especialmente no Ocidente, porque haviam poucas reservas de petróleo descobertas no decênio de 1870, o que fez do petróleo uma matéria-prima ainda muito cara e, portanto, de difícil condição para a sua exploração.

Inicialmente, porém, o betume, óleo de pedra, o querosene e o óleo comercial utilizado em motores, não conseguiam substituir o carvão como principal recurso energético para as indústrias e os meios de transporte, devido ao fato de que haviam escassas reservas provadas de petróleo no mundo naquele momento, como demonstrado na tabela 1 a respeito dos Estados Unidos, por exemplo:

TABELA 1. ESTADOS UNIDOS: Reservas de petróleo (em milhões de barris)

Ano	Petróleo
1890	0
1891	0
1892	0
1893	0
1894	0
1895	0
1896	—
1897	0
1898	—
1899	2500
1900	2900

Fonte: EIA (2018).

Além disto, o carvão era ainda a grande fonte energética produzida no mundo, a exemplo do que acontecia nos Estados Unidos, conforme a tabela 2:

TABELA 2. ESTADOS UNIDOS: Produção comparada de Carvão e Petróleo

Ano	Carvão	Petróleo
1880	61	—
1890	157	—

Fonte: George (1952, pp. 100-101)

Dado que a oferta era baixa, o preço do petróleo era muito alto — Costa (2012) descreveu que na Inglaterra, por volta de 1900, o preço do petróleo era entre 4 e 12 vezes mais caro do que o do carvão mineral — compensando as baixas vendas. Como consequência, o carvão permaneceu como a principal matéria-prima para a energia e para os meios de transporte no fim do século XIX.

Nos princípios da década de 1890, encontrou-se a primeira grande jazida petrolífera do estado da Califórnia, que foi o campo de Los Angeles, além de outros poços importantes neste estado. A importância do petróleo aumentou com a descoberta dos campos petrolíferos de Bornéu (1898) e do poço de Spindletop, no Texas (em 1901). Com essas descobertas, o mundo olhou o petróleo como apto para o abastecimento energético e para o comércio, pois a sua composição química permitiu que o óleo fosse utilizado como combustível para os meios de transporte. A partir disso, algumas companhias de navegação trocaram o carvão pelo petróleo, conforme escreve Landes (2005):

(...) Pouco depois (1902), a Hamburg-Amerika Line adotou o petróleo em lugar do carvão em seus novos navios e, em seguida, outras grandes companhias de navegação a fazerem o mesmo. Paralelamente, as esquadras das grandes potências europeias começaram o processo de transformação: a Itália instalou um combustor de petróleo em 1890; a Inglaterra começou, em 1903, pelos navios que operavam em águas próximas das fontes de petróleo — sobretudo no Extremo Oriente —, mas, decorrida uma década, construiu uma rede mundial de armazenagem que permitiu o uso de combustível líquido em toda a frota (LANDES, 2005, p. 292).

Na virada do século XIX para o século XX, um novo tipo de transporte apareceria para mudar a própria indústria petrolífera: o automóvel. Este veículo, diferente do navio e do trem (que ainda utilizavam carvão), tinha a gasolina como

principal combustível para a sua mobilidade. Assim como o advento do automóvel, a gasolina também foi uma revolução na indústria petrolífera, tornando-se o principal produto petrolífero usado como combustível na indústria automobilística. Yergin (2010) discorre sobre a gasolina conseguindo posição importante no quadro de combustíveis:

(...) Em 1892, um negociante de petróleo deu-se os parabéns por ter conseguido vender o galão de gasolina por dois *cents*. Isso mudou com o advento do carro a motor, que transformou a gasolina num produto cada vez mais valioso. Ao lado da gasolina, um segundo e expressivo mercado novo para o petróleo estava se desenvolvendo com o crescimento do uso do óleo combustível nas caldeiras de fábricas, trens e navios (YERGIN, 2010, p. 88)

Portanto, no início do século XX, a gasolina foi a grande vencedora na “concorrência” com outras formas de abastecimento de veículos (o vapor e a eletricidade). Com isso, aliado aos surgimentos de novos poços petrolíferos no meio-oeste e no Sul dos Estados Unidos, a indústria automobilística registrou uma expansão, conforme enfatiza Yergin (2010, p. 232): “(...) observamos que em 1916 aproximadamente 3,4 milhões de carros estavam registrados nos Estados Unidos. E no final dos anos 1920, esse número alcançou os 23,1 milhões (...) E o mais relevante: todos eles eram propelidos à gasolina.” No início do século XX, as indústrias do Texas (Estados Unidos) começaram a adotar o petróleo como matéria-prima energética para os seus funcionamentos. Costa (2012) completa:

(...) Partindo de apenas uma locomotiva propelida a óleo em 1901, a *Santa Fe Railroad* possuía 227 em 1905. As firmas de navio a vapor também correram, com o intuito de converter seus navios para o funcionamento com o petróleo. Essas conversões, resultado de Sindletop, demonstravam uma significativa transformação na sociedade industrial (COSTA, 2012, p. 67).

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Winston Churchill² tomou a decisão que mudaria o patamar do petróleo na escala mundial: permutar a fonte de combustível utilizada pela marinha inglesa (a mais poderosa do mundo na época), do carvão para o petróleo. Esta ação colocou o petróleo como a principal fonte energética para os navios e tanques militares ingleses e, em seguida, para marinhas de outros países. Conforme Yergin (2010):

“Entregar irreversivelmente a marinha ao petróleo era na verdade preparar-se para enfrentar um mar de problemas”, salientou Churchill. Mas os benefícios estratégicos —maior velocidade e um uso mais eficiente da energia humana — lhe pareciam tão óbvios que ele não perdeu tempo.

²Então lorde do Almirantado britânico.

Decidiu que a Inglaterra teria de basear sua “supremacia naval no petróleo” e a partir daí se empenhou, com todo o entusiasmo e a poderosa energia que lhe era própria, em atingir esse objetivo. Não havia escolha — segundo suas palavras —, “A própria hegemonia era o prêmio para o risco.” (YERGIN, 2010, p. 12)

Na década de 1920, com as novas tecnologias envolvidas nas indústrias e com o aumento dos automóveis, o petróleo entrou num período de riqueza, e sendo alvo dos olhares ambiciosos dos empresários e das companhias. Assim, esta necessidade por petróleo transformou esta matéria-prima num “eldorado econômico”, ou o chamado “petroprosperidade” (Brito et al., 2012), que seguiu até 1973, ano do Primeiro Choque do de Petróleo.

Portanto, percebe-se que ao longo do tempo o petróleo teve a sua funcionalidade modificada de acordo com as necessidades específicas de cada grupo social e de cada período histórico, do betume aos combustíveis, das utilidades militares, passando pelas utilizações na área da saúde, até os fins energéticos.

1.2. Geopolítica e seus conceitos

O petróleo é considerado o grande catalisador da industrialização, da urbanização e do uso dos transportes. Por causa da sua importância, o petróleo não é apenas considerado uma matéria-prima, mas um recurso energético. Sem técnica e sem uso, o petróleo se torna apenas uma matéria. Nas palavras de Raffestin (1993, p. 223): “a matéria (...) é um dado puro, sendo resultado antes de qualquer ação humana.”; para sair do *status* de matéria e se configurar em um recurso, o petróleo precisará passar por utilização de técnicas — como máquinas de perfuração, técnicas de produção e de refino — e ter um uso para satisfazer as necessidades humanas (RAFFESTIN, 1993).

Durante a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra, que tinha, através da companhia *Anglo-Oil Persian*³, o direito de explorar o petróleo da Pérsia (atual Irã), sofria constantemente ameaças de invasão alemã ao território persa para obter acesso ao petróleo persa. Em razão desta ameaça, o governo britânico posicionou as

³Atual British Petroleum

suas tropas na Pérsia, com o intuito de defender o seu acesso ao petróleo e conter a possível ofensiva alemã.

A estratégia inglesa mudou o fundamento do petróleo, de mero recurso energético para um elemento de guerra. Exemplificando bem este momento, tem-se a famosa frase de Winston Churchill: “Aquele que controlar o petróleo vencerá a próxima guerra.” A partir desta frase, leva-se em conta a importância do petróleo para as guerras ao longo do século XX e início do século XXI.

O petróleo, desde o primeiro poço perfurado, em 1859, tem sido buscado ao redor mundo inteiro. Em contraste com a sua demanda (que é o quanto o país precisa para satisfazer as suas necessidades econômicas, políticas e/ou industriais), a oferta (isto é, a quantidade existente) é desigual pelo mundo, em virtude das condições geológicas e geográficas, tendo a sua maior disponibilidade no Oriente Médio, com cerca de 60% das reservas de petróleo⁴ do mundo, concentradas em apenas 5 países⁵ (SÉBILLE-LOPEZ, 2006) e também na Venezuela, sendo esta última a detentora da maior reserva petrolífera do mundo (OPEP, 2011). Entretanto, estes países, que são produtores de petróleo, não apresentam economia desenvolvida, nem sistema de transporte evoluído e tampouco indústria avançada, que são os fatores básicos internos responsáveis por influenciar a demanda de um país. (CONANT & GOLD, 1981).

Quando Churchill fala em “controlar o petróleo”, ele está colocando claramente a noção de relação de poder. Para Raffestin (1993), o poder está em toda relação de atores (Estado, companhias ou o próprio homem) com o recurso, isto é, o ato de manipular os fluxos, o saber, a informação e a energia, e é uma conotação clara de exercício de poder perante o Espaço com o uso de recursos. Martin (2018) define essa correlação entre Homem — Espaço — Poder como uma triangulação elementar. Portanto, a Energia num todo, e em especial o petróleo, é totalmente inserida no quadro de relações de poder, sendo que quem a domina, terá a autoridade para tomar as decisões políticas e econômicas. Spykman (1944, pp. 25-26 apud Mello, 1999, p. 97) também traz a definição de poder enquanto “sobrevivência, aptidão para impor a

⁴Reservas petrolíferas são indicadores de volume de petróleo presente em um dado lugar. As reservas são exploradas de acordo com a necessidade e com a tecnologia empregada. (CONANT e GOLD, 1981)

⁵Arábia Saudita, Iraque, Irã, Kuwait, Emirados Árabes Unidos.

própria vontade aos demais, capacidade de ditar a lei aos que carecem de força e possibilidade de arrancar concessões dos mais débeis.”

Dado que o petróleo não se dá em todas as partes do Globo, e que boa parte dos países desenvolvidos não é capaz de produzir para atender as suas necessidades ou já atingiu o Pico do Petróleo⁶ (caso dos Estados Unidos, no início dos anos 1970), torna-se necessário que os países consumidores tenham diálogos com os países produtores, para que assim possam obter o petróleo que dê a garantia de autossuficiência energética. Deste modo, os países consumidores buscam a segurança energética, cujo termo é definido pela Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) da seguinte forma:

(...) certeza de acesso físico ininterrupto aos recursos energéticos necessários para o desenvolvimento permanente de uma nação, e o fornecimento desses recursos a preços acessíveis e confiáveis, obtidos através de suprimentos diversificados e amplos, através de infraestrutura adequada, e se garantindo o fornecimento aos mercados com respeito ao meio ambiente. (IEA, 2019 apud Brito et al., p. 21, 2012).

O petróleo pode ser considerado dentro do território porque está inserido neste como um campo petrolífero, ou seja, já como delimitação e de limite da área de onde é jorrado. Raffestin (1993, p. 153) complementa esta análise: “Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço.” Nota-se a clara conexão entre recursos e sua utilização dentro de um limite espacial, que é o próprio território em si. Em outras palavras, de acordo com Godelier (1984 apud HAESBAERT, 2006):

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar. (Godelier, 1984 apud Haesbaert)

Na ótica adotada por Raffestin (1993), o Espaço é o original, o anterior à ação humana; através da técnica e da energia (compreenda-se por recursos), o homem transforma o Espaço em Território, como explica Raffestin (1993, p. 144): “o território

⁶Em inglês, *Oil Peak*: é quando o consumo local/regional/mundial de petróleo ultrapassa a metade das reservas (SÉBILLE-LOPEZ, 2006).

é uma produção a partir do espaço”. Haesbaert (2006) complementa o conceito “território” enquanto poder sobre os recursos, com o Espaço sendo o mediador entre o Homem e os recursos.

Até o início da década de 1970, o petróleo era importante como valor econômico e como meio de riqueza por parte dos empresários e das companhias petrolíferas. O cenário petrolífero mudou depois dos dois Choques do Petróleo (1973 e 1979), pois o petróleo se converteu em um símbolo de soberania nacional e totalmente relacionado ao controle do território. O fato de os países desenvolvidos e consumidores precisarem do petróleo situado no Oriente Médio e na Venezuela, e estes últimos o controlarem com mãos de ferro, não liberando o petróleo facilmente aos países produtores/consumidores, ilustra perfeitamente que o petróleo é um fator geopolitizante (Bret-Rouzzart et al., 2011 apud Brito et al., 2012).

Se o petróleo é motivo de guerra e é o principal agente da defesa da soberania territorial de um país/Estado, pode-se afirmar que a disputa por soberania do território é, por consequência, uma disputa geopolítica propriamente dita. Assim, a Geopolítica se define como: “(...) ramo autônomo da ciência política que tem por objeto de estudo as relações e as mútuas interações entre o Estado e sua geografia (...)” (Spykman, 1944 apud Mello, 1999, p. 74).

A Geopolítica pode ser entendida como um “campo de estudos” (VESENTINI, 2013, p. 11) focado em discutir como os Estados e as empresas tomarão as suas decisões de acordo com o território e as suas respectivas configurações. Por exemplo, um país X deseja realizar acordos políticos e comerciais com um país Y, mas, antes de tudo, é necessário que o primeiro analise o que está presente no território do segundo (hidrocarbonetos, tipos de solo, as pessoas que habitam o território), para efetuar os acordos em benefício próprio, de modo que, em algumas circunstâncias, por dotar de mais técnicas e poderes militar, econômico e político, tenha condições de influenciar o território do país Y. Em muitos casos, o país Y, mais fraco, poderá se defender através de aliança, com outros países, com o intuito de garantir a sua soberania. Desta maneira, a Geopolítica trata sobre a luta dos Estados (e empresas/organizações) pela defesa da soberania e em como praticar as relações exteriores de acordo com as características territoriais. Portanto, para Spykman (1944 apud Mello, 1997, p. 291), a Geopolítica é: (...) planejamento da política de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos.”

Obviamente, não se pode esquecer que a Geopolítica também aborda as decisões econômicas e políticas das empresas perante o território e seus atributos. Se a Geopolítica clássica enfatiza os Estados, a Geopolítica atual também aborda as ações das empresas, como as companhias de petróleo, segundo Vesentini (2013):

(...) As novas geopolíticas, não por coincidência surgidas na “era da globalização” e enfraquecimento (relativo) dos Estados nacionais, normalmente não são feitas “para o Estado” e tampouco o veem como o único autor na política mundial. Novos autores ou sujeitos são levados em consideração, desde as civilizações ou grandes culturas até as ONG's, passando pelas empresas multi ou transnacionais, pelas organizações internacionais (ONU, OMC, FMI etc.) e pelos “blocos” regionais (União Europeia, Nafta, Mercosul etc.) (VESENTINI, 2013, p. 12).

Quando se fala em Geopolítica, sempre é necessário estar atento na localização de um determinado país (ou estado/província/departamento) em relação ao Globo. De acordo com Mello (1997), o conceito de Posição é o espaço do Estado, bem como o país em si, perante o espaço alheio. Toma-se como exemplo um país banhado por 2 oceanos, como os Estados Unidos; para realizar ações comerciais, o acesso ao mar é importantíssimo, pois é por onde passarão as frotas marítimas responsáveis por trazer/levar os produtos, logo, a importação/exportação é facilitada com acesso marítimo, e, sem esse acesso, torna-se muito complicado para um país importar/exportar produtos (como são os casos da Bolívia e do Paraguai). O mesmo vale para a questão territorial interna de um país, no momento em que observa-se a localização das reservas de petróleo e a localização das zonas consumidoras de um país. Se as reservas petrolíferas estão afastadas das zonas consumidoras, o país terá que resolver criando novas infraestruturas (como estradas, oleodutos, portos) para fazer esta ligação, tornando o produto mais caro e com um tempo maior para chegar aos consumidores (este é o caso da China). Desta maneira, é obrigatório enxergar a Posição que o país, ou região, está situado no Globo.

1.3. Geopolítica do Petróleo e suas definições

Dentro da Geopolítica, existe um ramo específico de pesquisas: a Geopolítica Energética e de recursos, e, dentro desta, o petróleo (além do gás), que destacou por sua importância e centralidade, visto que se tornou a principal fonte energética do

mundo. A partir da década de 1950, houve um *boom* na quantidade de carros pelo mundo, com o consumo petrolífero quadruplicando entre a década de 1930 e a década de 1950 (SÉBILLE-LOPEZ, 2006); em 1960, o petróleo (junto com o gás) já representava cerca de 48% do consumo mundial (CONANT & GOLD, 1981); após os dois choques do petróleo, os países produtores utilizaram o petróleo para estabelecer as suas próprias Geopolíticas; na mesma época do primeiro choque do petróleo, os Estados Unidos se tornaram dependentes da importação de petróleo, pois a sua demanda já ultrapassava a sua oferta nesta época. Assim, este país tem sido obrigado a buscar petróleo em outros lugares, utilizando meios ofensivos (guerra, conflito, influências diretas ou indiretas nas políticas locais) para a obtenção deste recurso, enquanto os países produtores têm usado o petróleo para a defesa de seus próprios interesses. Estes quatro pontos citados trazem a reflexão da real existência da Geopolítica do Petróleo.

O petróleo está em todos os lados, bem como é alvo de busca no mundo inteiro. Além dos Estados Unidos, a China também está inserida neste quadro de disputa pelo acesso (ou até mesmo a posse) ao petróleo. Sendo assim, a Geopolítica do petróleo foca nos estudos e na análise das distribuições de petróleo pelo território e como os países ou companhias farão para adquirir o petróleo necessário que lhes atraí.

Dentro da Geopolítica do petróleo, há diversas questões a tratar como: a possibilidade do petróleo em um determinado local acabar, o tipo de petróleo que um país possui, as condições políticas e econômicas que este país apresenta, posse do petróleo, oleodutos e navios petroleiros. Sendo o petróleo um recurso, e, como já dito, dominar o recurso é adquirir poder (RAFFESTIN, 1993), é possível dizer que o petróleo é, principalmente após 1973, (geo)político no sentido de que conseguir o controle do petróleo significa exercer o poder, mesmo que indiretamente, do território. Definindo melhor esta função do petróleo, Daniel Yergin (2003 apud SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 09) afirma que o petróleo é “10 por cento economia e 90% petróleo”;

O petróleo pode fazer com que o país X se aproxime com o país Y, pois este recurso pode ser um elo comercial entre os dois; porém, também pode afastar o primeiro do segundo, porque ambos podem entrar num conflito pela posse ou pela forma de controlá-lo. O petróleo também é usado como financiador destes conflitos (até mesmo de separatistas), o que marca a sua conotação geopolítica. Logo, o petróleo é também uma arma na seguinte forma, no dizer de Brito et al. (2012):

O petróleo vem sendo usado como arma estratégica na política internacional e tem sido constantemente objeto de conflito, ou fomentador deste, uma vez que as receitas geradas a partir da venda do petróleo financiam exércitos, grupos de milícias e senhores de guerra. (BRITO ET AL., 2012, p. 45).

Yergin (2003 apud SÉBILLE-LOPEZ, 2006) afirma que não há outra matéria-prima tão próxima à Geopolítica como o petróleo. Os países produtores, por exemplo, adotaram o petróleo como o instrumento para realizar as suas vontades e adentrar na política internacional. Sébille-Lopez (2006) segue nesta linha:

(...) que o petróleo se torna a energia predominante, acedendo assim ao estatuto de produto estratégico por excelência. (...) os principais países exportadores, agrupados na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) se organizavam para tentarem controlar melhor a oferta, com o fim de aguentarem os preços e consolidarem o seu poder perante as grandes companhias petrolíferas anglo-saxônicas que controlavam, até então, o mercado petrolífero mundial (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, pp. 11-12).

Os países produtores de petróleo, como a Venezuela por exemplo, com a fundação da OPEP, em 1960, e depois com o primeiro choque do petróleo, em 1973, perceberam que o petróleo e o gás são recursos que os libertavam das mãos das companhias petrolíferas e dos países desenvolvidos. É o uso do petróleo com o viés nacionalista, consolidando a soberania do país em relação ao território, para produzir o próprio petróleo. É o que Costa (2007, p. 27) diz: “toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção delimita ao mesmo tempo um espaço político.” Logo, a Venezuela está inserida no cenário da Geopolítica do petróleo, já que é um país dotado de petróleo (e de gás), e com este sendo olhado bem de perto pelos países mais poderosos, como os Estados Unidos.

CAPÍTULO 2. A RESSIGNIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DO PETRÓLEO: AS IMPLICAÇÕES NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL E NA VENEZUELA

O petróleo venezuelano na virada do século ainda era praticamente esquecido pelo governo, visto que haviam pouquíssimos poços perfurados e, conseqüentemente, quase nenhuma concessão, sendo que as poucas concessões caducaram. Prova disso é que, em 1893, a palavra “petróleo” nem sequer foi escrita nas leis mineiras ainda vigentes (Código de Minas y vocabulario, 1893 apud Lieuwen, 2016).

Em 1905, o governo venezuelano implementou o Código de Lei de Minas, que permitiu, pela primeira vez, as concessões, sendo estas de áreas ilimitadas, para a exploração de hidrocarbonetos (LIEUWEN, 2016). Porém, mesmo com a aplicação desta lei totalmente liberal, as companhias petrolíferas estrangeiras ainda não se sentiam atraídas para iniciar as explorações na Venezuela, porque a preferência naquele momento era o México, visto que este país apresentava mais vantagens como as suas grandes reservas petrolíferas já conhecidas, os impostos e taxas muito baixos, localização privilegiada em razão da sua posição geográfica, já que era vizinho dos Estados Unidos.

Com o início da Revolução Mexicana, em 1911, e a instabilidade política neste país, a Venezuela teve oportunidade perfeita de receber investimentos estrangeiros. Assim, as companhias começaram de fato a se interessar em explorar os recursos da Venezuela. Porém, apesar do incentivo à exploração, ao refino e aos investimentos, as companhias ainda não tinham sucesso para encontrar petróleo, de acordo com Lieuwen (2016):

(...) envio alguns de seus técnicos para explorar a parte oriental da Venezuela. Foram levantados mapas de alguns lotes e se perfurou um poço perto de Cumaná, mas a companhia não encontrou petróleo, e deixou que a concessão se caducasse (LIEUWIN, 2016, p. 29, tradução própria).

Com o início da Primeira Guerra Mundial, depois da decisão de Churchill em estabelecer o petróleo como fonte de combustível para a Marinha britânica, o petróleo ganhou grande importância. Os ingleses, interessados no potencial petrolífero venezuelano, por meio da companhia anglo-holandesa Shell, considerada como instrumento da política inglesa no exterior, aproveitaram a situação e adentraram com força no território venezuelano, incorporando diversas companhias e conseguindo mostrar seu poder sobre o petróleo venezuelano.

Enquanto os ingleses tomavam à frente na Geopolítica do petróleo venezuelano, a Standard Oil Jersey (herdeira da maior parte dos interesses estrangeiros da Standard Oil)⁷ inicialmente não se interessava pelas concessões na Venezuela. Porém, após esta companhia ter conhecimento sobre uma possível concessão do petróleo refinado venezuelano a um grupo espanhol, contactou imediatamente o governo dos Estados Unidos para que impedisse este repasse. A esta altura, o petróleo já era realmente visto como uma grande arma para conquistar o mundo, e Inglaterra e Estados Unidos sabiam muito bem disso, ao ponto de ambos lutarem para conseguir o acesso ao petróleo, como afirma Lieuwen (2016):

Um efeito imediato da guerra foi de estender a luta pelo petróleo entre as companhias a uma luta entre as nações. Inclusive antes de 1914, Grã-Bretanha se interessou grandemente na aquisição de petróleo para sua Marinha, cujos navios, movidos com petróleo estrangeiro, antes com carvão inglês, tinham que ser independentes de outras potências (LIEUWEN, 2016, pp. 38-39).

Os Estados Unidos só começaram a se preocupar com o petróleo venezuelano quando souberam que os ingleses estavam tomando conta desta fonte na Venezuela. Seria uma catástrofe, para os Estados Unidos, se os ingleses adentrassem no território venezuelano, pois entrariam na região que seria a área de influência dos Estados Unidos, visto que a América inteira deveria ser uma área controlada pelos Estados Unidos (Mello, 1997). Desta forma, as companhias estadunidenses procuraram por ajuda do governo estadunidense, marcando o elo entre petróleo, território e governo, conforme abordado anteriormente. O presidente dos Estados Unidos, Wilson, declarou, importando-se com o fornecimento de combustíveis e produtos petrolíferos: “Senhores, a importância vital de assegurar o fornecimento adequado de azeite mineral para as necessidades presentes, assim como para as futuras dos Estados Unidos, foi imposta energicamente à situação deste Departamento.” (Fanning apud Lieuwin, 2016, p. 40, tradução própria).

. Em 1917, Gómez tomou posição sobre o processo de refino do petróleo venezuelano: o processo de refino não seria realizado no país, mas em Curaçao, uma ilha localizada na região caribenha. A Shell levou todo o petróleo cru a ser refinado para a ilha, que, curiosamente, pertencia (e pertence até os dias de hoje) à Holanda,

⁷Em 1911, a Standard Oil foi dissolvida em várias companhias, como a Standard Oil New Jersey e a Standard Oil California, para eliminar o monopólio do petróleo nos Estados Unidos.

também origem de parte da companhia. Aproveitando as boas infraestruturas dos portos e da mão de obra necessária para realizar os procedimentos do refino, a Shell instalou uma refinaria na ilha de Curaçao (U.S. Tariff Com. apud Lieuwien, 2016).

Ao final da década de 1910, os membros do *Ministerio de Fomento* diziam que as minas deveriam ser propriedade da nação, e que isso era para ser posto em prática através de códigos de Lei que dessem soberania à nação. Uma forma do Estado venezuelano participar seria através da cobrança de imposto na participação dos benefícios oriundos da exploração e das vendas de petróleo, como diz Mommer (2016, p. 22, tradução própria): “Na realidade, de acordo com a legislação venezuelana de então, o imposto de exploração não representava nenhuma participação do Estado nas utilidades, se não um imposto comum e corrente.” Seguindo nesta linha, o ministro, Gumersindo Torres, declarou que a Venezuela teria que interromper a ação de intermediários (pessoas que recebiam uma concessão e logo a repassavam, com intenções egoístas, para alguma companhia, geralmente Shell ou Standard Oil), cobrando-os, através da Lei, impostos e taxas como forma da Nação adquirir benefício e de manter a soberania sobre o recurso. (Memoria, 1920 apud Mommer, 2016).

No ano de 1918, finalmente foi criada a *Ley de Minas*, que serviu para diferenciar as substâncias metálicas dos hidrocarbonetos, sendo que os últimos permaneceriam sobre a tutela exclusiva do presidente do país, que era Gómez. As condições estabelecidas trouxeram mais soberania aos recursos presentes no seu território, bem como aumento de ingressos vindos das explorações, o que permitiu acelerar o desenvolvimento do país. (LIEUWEN, 2016). Além disso, estabeleceu a criação das reservas nacionais, onde 50 % das zonas de exploração seriam destinadas para a nação, garantindo, no futuro, o fornecimento de petróleo para o país. (LIEUWIN, 2016). Mesmo assim, as companhias e o próprio presidente ainda gozavam de privilégios, conforme Gaceta Oficial (1918 apud Leuwin, 2016) descreve:

As companhias recebiam privilégios semelhantes aos detentores de posse das antigas concessões, tais como servidão temporária, isenção de direitos de importação, redução de 50% do imposto sobre produtos refinados e vendidos na Venezuela e a garantia de que outros impostos não fossem submetidos além dos estipulados no contrato (Gaceta Oficial, 1918 apud Lieuwen, 2016, p. 49).

O ano de 1920, dois anos depois do fim da Primeira Guerra Mundial, traria uma grande mudança ao país; pela primeira vez na história da Venezuela, uma lei aplicada

diretamente ao petróleo foi instaurada: a *Ley de Hidrocarburos de 1920* (MOMMER, 2016), que tratava, dentre outros detalhes, de novas regras para concessões, não sendo mais a entrega de propriedades, e sim, um outorgamento de direito de exploração – propriedade do Estado, porém permitindo a atividade às companhias petrolíferas, através do esquema de concessões.

Enquanto o governo venezuelano estava a tomar iniciativa para exercer o poder sobre o petróleo jorrado em seu território, as grandes companhias, obviamente, não estavam satisfeitas com as duas últimas Leis. Ao longo do primeiro semestre de 1921, representantes de inúmeras companhias (dentre elas, Shell e Standard Oil) se reuniram e pensavam na recusa a investir na Venezuela, em caso do governo permanecer com as condições da *Ley de Hidrocarburos de 1920*; o objetivo das companhias era pressionar para que o governo venezuelano reduzisse as taxas e os impostos, aumentasse as áreas concedidas e desse a garantia de que as terras seriam de fato concedidas a elas. Por fim, Gómez se rendeu aos interesses das companhias, já que o país não tinha condição alguma de investir, sendo obrigado a ser “refém” destas.

No dia 13 de junho de 1922, depois de inúmeras conversas entre representantes do governo e das companhias estrangeiras, houve o acordo que regeria todo o petróleo venezuelano, sendo que seria uma lei petroleira de fato independente das demais: a *Ley Petrolera de 1922*. A partir desta data, toda a indústria petrolífera venezuelana — exploração, extração, produção, refino, distribuição — passou a ser de domínio público, sendo administradas conforme a nova Lei instaurada. (LIEUWEN, 2016). A nova lei prezou pelo exercício de poder do governo venezuelano sobre o petróleo sem intervenção diplomática de outro país; em caso de influência do país de origem da companhia nos trâmites, o governo venezuelano cancelaria automaticamente a concessão (Gaceta Oficial, 1922 apud Lieuwen, 2016). As companhias também ganharam o direito de refino e de transporte sobre as zonas escolhidas para a exploração, porém, metade ficava para o governo, que logo após as incorporaria às reservas nacionais (Gaceta Oficial, 1922 apud Lieuwen, 2016).

Com o aumento do período de concessão, exclusão total de regras sobre perfurações, nada sobre expropriação e nenhum controle alfandegário, as companhias estadunidenses finalmente se animaram para investir na Venezuela. Aproveitando-se das pessoas diretamente ligadas ao presidente Gómez, as

companhias conseguiam as concessões de forma mais facilitada, e o próprio presidente fazia tudo o que os empresários mandavam. A *Ley Petrolera de 1922* era de característica liberal, mesmo com breve participação do presidente, que agia mais como um próprio empresário do que como presidente, deixando o país livre para receber os investimentos estrangeiros.

A Venezuela, ao contrário do México (que estava no processo de nacionalização e total controle do governo na indústria petrolífera), perdia a sua soberania sobre o petróleo, e “entregava” a indústria petrolífera às grandes companhias. Desta forma, as grandes potências do mundo (como os Estados Unidos e a Inglaterra), utilizando as companhias petrolíferas como instrumento, mandavam na Venezuela, exercendo o imperialismo, que segundo Mello (1997), é a política externa voltada a dominação de outros povos e territórios mediante o uso do poder econômico e militar, podendo também ter usos de poder político e ideológico; como a Venezuela não tinha poder econômico e militar, era um país vulnerável às ações imperialistas das potências.

2.1 Geopolítica do petróleo na Venezuela ou da Venezuela?

As políticas petrolíferas estavam se tornando o grande eixo da política venezuelana. Porém, mesmo com as leis, construção de estradas e a chegada de equipamentos para a indústria petrolífera, ainda não havia poço petrolífero em grande escala que colocasse o país no cenário petrolífero mundial. O ponto chave para a entrada da Venezuela na Geopolítica do petróleo foi a descoberta do poço *Los Barrosos Número 2*, no estado de Zulia (cujá capital é Maracaibo), no fim de 1922. (MCBETH, 2016).

A descoberta do poço *Los Barrosos Número 2*, somada com a Lei liberal de 1922, refletiu nas companhias petrolíferas estadunidenses, que, enfim, começaram a prestar atenção no petróleo venezuelano. No ano de 1923, a *Venezuelan Gulf Oil Corporation*, uma subsidiária da *Gulf Oil Corporation*, chegou à Venezuela para explorar petróleo (MCBETH, 2016). Outras companhias estadunidenses também começavam a marcar presença no cenário petrolífero venezuelano, como a *Standard de New Jersey*, a *New England Oil*, a *Sun Oil*, a *Texas* e a *Sinclair*. (LIEUWEN, 2016).

Em 1924, o grupo alemão *Stinnes* tentou entrar no jogo do petróleo venezuelano, através da possível compra de hectares das reservas nacionais. Como isto poderia acarretar no ingresso da Alemanha no petróleo venezuelano (lembrando que Alemanha e Estados Unidos eram opostos politicamente), o governo dos Estados Unidos, junto com o governo inglês, tentou impedir a participação do grupo alemão. O medo dos estadunidenses era de uma possível tomada das ações das companhias presentes, na Venezuela, pelo grupo alemão, e, em sequência, o monopólio das reservas nacionais e das concessões serem do grupo alemão. (LIEUWEN, 2016).

Como forma de garantir o acesso estadunidense ao petróleo venezuelano, a *Standard de New Jersey* obteve concessões ao longo do território venezuelano. Assim, os Estados Unidos conseguiram frear o âmbito alemão, e nunca mais se ouviu falar do grupo *Stinnes* na Venezuela (LIEUWEN, 2016). Gómez, assim, dava voz às companhias estadunidenses, especialmente à *Standard de New Jersey*, *Standard de Indiana* e à *Gulf*, que eram as principais companhias estadunidenses e as que conseguiram grandes concessões, beneficiando-se da *Ley Petrolera de 1922* e da política corrupta do regime de Gómez; já os ingleses, estavam satisfeitos com as concessões conseguidas anteriormente pela *Shell*.

Com a consolidação da sua Revolução, o México nacionalizou a sua indústria, controlou firmemente o petróleo, e, como consequência, registrou queda na sua produção petrolífera em virtude da falta de investimentos, instabilidade política e ambiguidade da lei. Também cabe ressaltar a identificação da presença de água salgada nos poços petrolíferos, que foram suficientes para interromper a exploração no México (LIEUWEN, 2016). Desta forma, o México deixou de ser o alvo de procura por petróleo, passando este posto para a Venezuela, que, conforme explicado anteriormente, com as suas leis liberais e maior estabilidade política, tornou-se o *El Dorado* petrolífero do continente americano para as companhias, que deixaram o país norte-americano rumo ao país sul-americano. Outro motivo da intensa procura dos Estados Unidos pelo petróleo venezuelano estava na questão do custo e benefício. Como os custos de exploração e perfuração eram menores na Venezuela em relação aos Estados Unidos, a produção de petróleo, no primeiro, era muito mais barata do que no segundo (MCBETH, 2016). Atraídas pelo baixo preço, as companhias olharam o petróleo venezuelano como fonte de lucro e de ganância, assim como o próprio governo venezuelano, que estava mais interessado no lucro do que nos benefícios

para a população e na defesa do território, conforme salienta Lieuwin: “Mas tanto o mundo petroleiro como Gómez eram individualistas, sem sentido de cooperação, despreocupados com o bem-estar e com os interesses da república.” (LIEUWEN, 2016, p. 81, tradução própria).

Quanto ao refino, o governo venezuelano ainda não dava tanta importância. Por exemplo, em 1925, a *Standard Oil de Indiana* conseguiu, através do governo holandês, terrenos para a construção de terminal de carga no mar e uma refinaria em Aruba; ela pegaria o petróleo produzido pela sua filial, a *Lago*, e levaria até a ilha holandesa para que lá se realizasse o refino. Ou seja, a *Standard Oil de Indiana* levava o petróleo oriundo da Venezuela, logo, do próprio território da Venezuela, a um outro lugar para refinar, o que marca uma total quebra de soberania no petróleo venezuelano. Em seguida, uma grande refinaria seria construída na ilha de Aruba. (LIEUWEN, 2016). A Shell também não ficava para trás, ao passo que levava o petróleo obtido da Venezuela até a ilha de Curaçao, para que lá fosse realizado o refino, e em seguida, mandava aos mercados europeus. (LIEUWEN, 2016); com isso, as ilhas de posse holandesa eram beneficiadas pelo petróleo venezuelano, pois, devido à sua posição, já que se localizavam perto da costa venezuelana (MCBETH, 2016), facilitava o transporte do petróleo venezuelano; quanto ao petróleo refinado na Venezuela, apenas 4% era realizado em seu território. (LIEUWEN, 2016).

Outro ponto do petróleo venezuelano a lembrar está na questão da própria tecnologia empregada na Venezuela, conforme descrito por Lieuwin (2016):

O rápido desenvolvimento da Venezuela se viu favorecido pelos avanços técnicos realizados na indústria petrolífera durante a década de 1920-1930. Métodos modernos, perfeitamente desenvolvidos e comprovados nos Estados Unidos, foram aplicados na Bacia do lago de Maracaibo. (LIEUWEN, 2016, p. 84, tradução própria).

Com todas as observações autoexplicativas sobre o petróleo venezuelano, chega-se ao ponto que mudaria para sempre o panorama venezuelano: em 1926, o petróleo ultrapassa o café, convertendo-se no principal produto comercial da Venezuela e na maior fonte de ingressos fiscais do país (BANKO, 2016). Para se ter ideia, em 1913, a exportação de café representava 59,1% do total e o petróleo, insignificante; já em 1926, o petróleo e seus derivados eram equivalentes a 64,2 % em relação ao total. (BANKO, 2016).

2.2: A “saudável” relação entre a Venezuela petroleira e os Estados Unidos

Ao mesmo tempo em que o petróleo toma a liderança dos produtos comerciais venezuelanos, os Estados Unidos vão tomando o posto inglês de maior investidor na Venezuela: no ano de 1930, os Estados Unidos investiram por volta de 247.238.000 de dólares, enquanto os ingleses investiram, no mesmo ano, 124.667.690 de dólares; no caso, os Estados Unidos tiveram um salto de investimentos no país, pois, em 1912, investiam “apenas” 3 milhões de dólares no país (MCBETH, 2016). Portanto, na virada da década de 1920 para 1930, a Venezuela já era a grande fonte latino-americana de petróleo para os Estados Unidos, conforme a tabela 3:

TABELA 3. AMÉRICA: Importações de petróleo aos Estados Unidos, por país de origem, nos anos 1929 e 1930

País de origem	Petróleo (%)
Antilhas Holandesas	18,4
Venezuela	42,4
Colômbia	19
México	16,1
Trindade e Tobago	0,3
Peru	1,9
Equador	1,8
Outros	0,1

Fonte: US House of Representative (s. d. apud McBeth, 2016, p. 212)

Ao todo, em 1929, cerca de 107 companhias estavam presentes na Venezuela, sendo a maioria estadunidenses; porém, apesar deste bom número, somente as companhias maiores (*Shell*, *Gulf* e *Standard de Indiana*) conseguiam ter êxito na perfuração dos poços petrolíferos no país (LIEUWIN, 2016). Na ocasião, a *Shell* produzia 45% do petróleo venezuelano, sendo esta a maior produtora no país; a *Gulf* e a *Shell* produziam, cada uma, aproximadamente 27% do total (O'SH apud LIEUWEN, 2016).

Com o advento do petróleo nos anos 1920, as regiões produtoras receberam um *boom* populacional. A cidade de Maracaibo é o melhor exemplo desta transformação: em 1907, era apenas uma cidade portuária de café, com 40000 habitantes; já em 1926, a situação mudou totalmente, pois a cidade possuía cerca de

120000 habitantes (MCBETH, 2016), triplicando a população graças às atividades petroleiras por parte das companhias petrolíferas instaladas no local, que atraiu muita gente de outras regiões do país e também o comércio. O governo construiu novos edifícios e a rede elétrica fortaleceu no local (LIEUWEN, 2016).

A Venezuela entrou nos anos 1930 na tentativa de se recuperar da Depressão de 1929. Como a bolsa de Nova Iorque quebrou, a indústria mundial também seguiu o mesmo caminho, a economia mundial entrou em crise, e a indústria petrolífera sofreu com isso, pois se o crescimento econômico cai, a demanda também cai (CONANT & GOLD, 1981). Segundo os dados do PODE (1960), a produção venezuelana de petróleo, que era de 136074 milhares de barril de petróleo em 1929, caiu para 116873 milhares de barril de petróleo em 1931. Ou seja, os dados comprovam que a indústria venezuelana também sofreu com Crise de 1929, mesmo que de forma menos intensa do que outros países latino-americanos.

O mundo se recuperou aos poucos da Depressão de 1929. A Venezuela acompanhou esta recuperação, ao ponto de aumentar a sua produção petrolífera de 116873 milhares de barril de petróleo em 1931, para 136.287 milhares de barril de petróleo em 1934 (PODE, 1960). Lopes (2011) explica bem a situação:

A crise de 29 e a grande depressão não causaram uma ruptura no processo de acumulação na Venezuela, pois as exportações de petróleo amenizaram o impacto da crise sobre a economia do país. Portanto, diferentemente do que ocorreu nos demais países da América Latina, não significou um ponto de inflexão no modelo econômico que induzisse o crescimento do setor industrial mediante a substituição de importações (LOPES, 2011, p.27).

A Inglaterra também entrou no processo de reconstrução, e observou a Venezuela, que em 1933 já era maior provedora de petróleo para a Europa, como a sua fornecedora estratégica de petróleo. Mcbeth (2016) confirma ao adicionar a questão da possível guerra:

Venezuela assumiu uma importância estratégica ainda maior para o Reino Unido. Segundo os estrategistas militares britânicos durante os anos trinta, no caso de que houvesse outra guerra mundial e com os Estados Unidos permanecendo o que eles denominaram como 'pouco amistosos', Venezuela seria o principal provedor de petróleo para o Reino Unido (MCBETH, 2016, p. 213, tradução própria).

Durante a década de 1930, os Estados Unidos ultrapassaram a Inglaterra, no que se refere ao poder de influência no cenário petrolífero venezuelano. Prova disto é

a *Standard Oil*, que em 1932, ocupou o posto da companhia com maior participação petrolífera na Venezuela, ultrapassando a *Shell* (CÁCERES, 2016); em 1935, já controlava quase 50% da indústria petroleira da Venezuela, consolidando ainda mais a sua presença na Venezuela, e convertendo-se na principal companhia a atuar no país. (LIEUWEN, 2016).

Porém, apesar do logro das companhias em encontrar petróleo na Venezuela, ainda existia um detalhe que limitava a exportação deste recurso: o petróleo venezuelano continha muito enxofre, cuja consequência consistia na impossibilidade de conseguir produtos refinados de qualidade melhor e de valor mais alto. Este quadro mudaria em 1937, quando a *Mene Grande* (filial da *Gulf*) descobriu petróleo mais leve e com baixo conteúdo de enxofre, permitindo assim gerar produtos de qualidade melhor e de valor mais alto. (CÁCERES, 2016). Assim, a Venezuela se consolidou como o maior exportador e o segundo maior produtor do mundo (CÁCERES, 2016).

As companhias petrolíferas seguiam fazendo o que bem queriam na Venezuela. Ao enxergar a situação, o ministro venezuelano Gumersindo Torres se revoltou, pois as companhias não queriam pagar os impostos e taxas que deviam ao governo venezuelano. Também cabe lembrar que as companhias não refinavam o petróleo na Venezuela, de modo que o petróleo, mesmo que oriundo deste país, fosse refinado especialmente nas ilhas holandesas de Aruba e de Curaçao; se não bastasse, o ministro também denunciou o preço da gasolina a ser vendido na Venezuela, que era mais caro do que fora do país (mesmo a gasolina sendo produzida com petróleo venezuelano). Nas palavras de LIEUWEN (2016):

(...) nos doze anos anteriores, a atitude do governo para a indústria não havia deixado de ser benévola e justa, e que se havia revisado cinco vezes a legislação para conformá-la às necessidades das companhias; que na Venezuela gozavam estas de “os direitos mais amplos, o menor número de impostos e impostos mais reduzidos que em nenhuma outra legislação semelhante (LIEUWEN, 2016, p. 120, tradução própria).

Naturalmente, o governo venezuelano sofria com a sonegação de impostos, embora fosse conivente com a ação das empresas, as companhias declaravam valores totalmente diferentes do real, conforme pode ser visto na percepção do ministro Gumersindo Torres:

(...) Mas quando descobriu que a *Standard de Indiana* havia informado ao governo venezuelano em 1927 que seus custos de transporte eram de 0,68

dólares por barril, em quanto a cifra que declarou a *United States Tariff Commission* era somente de 0,33 dólares, obteve a prova do engodo (USTARIFF apud LIEUWEN, 2016, p. 121, tradução própria).

Com medo das causas nacionalistas de Gumersindo Torres ganhar apoio, as companhias pressionaram o presidente Gómez a destituir o ministro do cargo, obtendo êxito, continuando a fazer o que bem entendiam conforme os ideais liberais do governo venezuelano e da própria constituição venezuelana, ainda baseada na *Ley de 1922*.

A Venezuela seguia sem a sua soberania sobre o petróleo (e seu próprio território), sendo esta dominada pelas companhias internacionais, e o seu povo seguia vivendo na ampla miséria, enquanto a elite econômica e governamental seguia “nadando em dinheiro”. Não se falavam em causas sociais, e o governo jogava no mesmo time que os empresários do ramo do petróleo; é por isso que a Venezuela, ao contrário da maioria dos países latinos nas três primeiras décadas do século XX, encontrava-se em uma certa estabilidade política, ou seja, sem risco de golpe ao presidente. (LIEUWEN, 2016).

Em 1935, falece o presidente Gómez, deixando a Venezuela como um país petroleiro, visto que neste mesmo ano, o petróleo era responsável por quase 99% do volume e mais de 80% do valor das exportações venezuelanas. Assim, o petróleo era a principal fonte de ingressos para o governo e para o país. (LIEUWEN, 2016).

2.3 Pós era Gómez: a Lei de 1943 e suas implicações

Logo após a morte de Gómez, assume a presidência venezuelana o também militar Eleazar López Contreras, que iniciou o mandato sob reclamações da velha oposição de Gómez que o país estava sendo fraudado pelas companhias e que o dinheiro do petróleo ia para a burocracia e para o exército (LIEUWEN, 2016). Em seguida, Néstor Luis Pérez é escolhido para ocupar o cargo de *Ministro de Fomento*, uma figura que havia sido um preso político, e que pregava contra as companhias, trazendo algumas melhorias para o país, obrigando as companhias e outras concessionárias a pagarem impostos e taxas muito maiores, com o objetivo de atrair mais ingressos e utilizá-los no país (LIEUWEN, 2016).

Enquanto isso, com a agricultura em prejuízo, o país registrava problemas na alimentação, pois, com o petróleo e seus salários mais atrativos, os trabalhadores rurais deixaram o campo e partiram para a indústria petrolífera, fazendo com que o petróleo ganhasse destaque no lugar do café e do cacau (LIEUWEN, 2016). Uma solução possível seria utilizar o dinheiro conseguido através do petróleo, para empregar na agricultura e em outros ramos: a *Siembra Petrolera*⁸, que viria a ser um lema de outros presidentes futuros (STRAKA, 2016). Entretanto, o país seguiu na linha petroleira, não havendo diversificação.

Também havia preocupação com o refino. Até então, praticamente todo o petróleo extraído da Venezuela era refinado no estrangeiro (especialmente nas ilhas holandesas); querendo mudar este panorama, o novo ministro imaginou que seria crucial para o país a promoção do refino no país, isto é, no próprio território nacional, como forma de garantir a soberania e não precisar importar produtos petrolíferos. Deste modo, Pérez entrou em negociação com as companhias *Socony*, *Sinclair* e *Texas*, com o objetivo de que elas aceitassem refinar o cruído em território venezuelano, enquanto o governo entregaria novas concessões a estas. (LIEUWEN, 2016).

A produção petrolífera venezuelana seguia crescendo, principalmente após a *Mene Grande*, filial da *Gulf*, haver descoberto e ter dado início a exploração de petróleo nos campos da Oficina. (Ministerio de Fomento, 1938 apud LIEUWEN, 2016). Ao ver o sucesso da *Gulf* em encontrar e explorar petróleo nesta região, a *Shell* e a *Standard Oil* intervieram e adquiriram parte significativa da filial *Mene Grande*: 50% permaneceu com a *Gulf*, mas 25 % ficaram para a *Shell* e 25% ficaram para a *Standard Oil*. (LIEUWEN, 2016). Assim, em 1939, a *Shell* e a *Standard Oil* eram as duas principais companhias no país, especialmente após terem adquirido parte da *Mene Grande*, com o controle de 40 % de produção para a primeira e 52% de produção para a segunda, considerando a produção total venezuelana de 204.534.000.000 barris de petróleo (PODE, 1960).

Com a Segunda Guerra Mundial se iniciando, em 1939, a Venezuela adentrou num período de intensa dificuldade de importação, visto que o transporte de cargas estava bloqueado. Desta maneira, a Venezuela não conseguia trazer equipamentos para a produção de petróleo, que resultou na limitação em produzir petróleo (LOPES,

⁸A palavra *Sembrar*, numa tradução livre, significa semear.

2011), tanto que, em 1940, o país produziu “apenas” 183.831.000.000 barris de petróleo, ou seja, uma queda de mais de 20.000.000.000 barris de petróleo (PODE, 1960). Logo, com a queda de produção, o país recebeu menos ingressos, prejudicando as contas públicas venezuelanas, que recebeu 2.800.000 dólares a menos de impostos (LIEUWEN, 2016)

No ano de 1941, Lopez Contreras sai de cena, e entra no seu lugar Isaías Medina. Sob o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo registrou aumento da demanda por petróleo e, em consequência, o seu preço aumentou (LOPES, 2011), pois os usos de equipamentos militares requerem petróleo para seus respectivos funcionamentos (CONANT & GOLD, 1981). A esta altura, a Venezuela estava com grande destaque na Geopolítica mundial do petróleo, sendo o terceiro grande produtor mundial, que gerou até incentivo a voltar com a produção máxima (LIEUWEN, 2016); o reflexo foi a recuperação da produção, que chegou, em 1941, a 226.781.000.000 barris de petróleo (PODE, 1960).

Se o ano de 1941 marcou a recuperação da produção petrolífera, em 1942 a situação piorou outra vez. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra e o seu rompimento com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), a Venezuela, aliada até os dentes com os Estados Unidos, também bloqueou suas relações com estes países. Como a Alemanha nazista estava a buscar petróleo, e furiosa com a atitude venezuelana, que não mais enviaria petróleo a este país europeu, o jeito era impedir que este país sul-americano mandasse seu petróleo para os países aliados (Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética); para tal feito, os nazistas cercaram o Caribe para impedir a passagem dos navios vindos da Venezuela carregando petróleo para os países Aliados. A consequência foi seríssima para a Venezuela, pois, sem transporte, o país não conseguia esvaziar o campo de armazenamento e muito menos trazer equipamentos de perfuração e extração, gerando assim uma outra queda de produção petrolífera (LIEUWEN, 2016). No caso, a produção, em 1942, era de 148.155.000.000 de barris, ou seja, uma perda de mais de 78 trilhões de barris em relação ao ano anterior (PODE, 1960). Este exemplo alemão mostra como o petróleo é também um instrumento de guerra (SÉBILLE-LOPEZ, 2006), de modo que um país (Alemanha) impede que o país produtor (Venezuela) transporte petróleo para países adversários (os países aliados), pois o petróleo seria usado para aumentar o poder militar dos aliados contra a Alemanha.

Isaías Medina sabia que o país precisava recuperar a produção, os ganhos e, sobretudo, sobressair-se sobre as companhias na questão do controle do petróleo e do território. Como as leis eram pró-companhias, a solução seria mudar o aspecto jurídico, implementando uma nova lei: a famosa *Ley de 1943*. Apoiando-se na recuperação da produção petrolífera venezuelana, — que em 1943 produziu 179.384.000.000 barris de petróleo (PODE, 1960), logo, cerca de 31 trilhões de barris a mais do que em 1942 —, Medina começou a traçar a nova lei, que consistia nos seguintes aspectos: desenvolvimento e expansão da indústria petrolífera dentro da Venezuela, recebimento de ingressos da indústria condizentes com o rol de proprietária do subsolo (petróleo), unificação da legislação petrolífera, ou seja, todas as companhias deveriam seguir esta nova lei (BANKO, 2016). Também foi criada a *Ley del Impuesto sobre la Renta* (Lei do Imposto sobre a Renda), que obrigou as companhias a pagarem um imposto básico de 2,5% e um imposto progressivo segundo o montante de benefícios dos contribuintes (BANKO, 2016).

Além da participação maior sobre os lucros do petróleo, a Lei de 1943 concretizou a importância dada pelo governo ao refino, que era algo praticamente ignorado nos governos anteriores ao de Medina. O governo então, realizou acordos com as companhias: se elas refinassem o petróleo na Venezuela, a dirigência central do país cancelaria todas as dívidas anteriores, firmaria de vez as concessões, dando às companhias a possibilidade de renovação da concessão e aumento do período de concessão para 50 anos. O governo conseguiu acordo importantíssimo com a *Shell* e com a *Standard*, cuja pauta era: contabilizando-se cinco anos do fim da Segunda Guerra Mundial (ou seja, a partir de 1950), as companhias, para confirmarem as novas concessões que lhes foram outorgadas, deveriam aumentar o refino em 40000 barris de petróleo diários (LIEUWEN, 2016). O país incrementou o refino, passando de 22910 mil barris de petróleo refinados no ano anterior à Lei, para 91.181 mil barris no ano de 1950 (PODE, 1960), confirmando o sucesso do sonho do processo de refino ser realizado dentro da Venezuela.

Todavia, a Lei de 1943, embora tenha dado mais poderes ao Estado venezuelano, não significou a exclusão das companhias no país. Pelo contrário, conforme dito acima, as companhias ganharam novas concessões após o fim da Segunda Guerra; o presidente Medina afirmou que o governo estava considerando a real importância das companhias para os ramos petrolíferos, e que elas não estavam

sendo consideradas como inimigas da pátria. Medina queria a participação mais justa da Nação sobre o petróleo e, logo, sobre o território venezuelano. (El Tiempo, 1942 apud Lieuwen, 2016).

Após o sistema de transporte ter se recuperado, principalmente com as derrotas alemãs que culminaram no fim do cerco dos submarinos destes ao Caribe — ou seja, mais uma vitória dos aliados contra o Eixo —, as companhias dos países aliados (entende-se *Standard* e *Shell*) pediram novas concessões ao governo venezuelano, especialmente das áreas não exploradas (Ministerio de Finanzas, 1943 apud Lieuwen, 2016). O presidente Medina, já com o aumento da participação do Estado venezuelano nas ações petroleiras do país, analisou e aceitou as ofertas; assim, em 1944, realizou-se um programa gigantesco de concessões, entregando cerca de 6.500.000 hectares para as companhias. (AVALO, 2010). Graças aos equipamentos trazidos da Europa e dos Estados Unidos, novos poços foram perfurados, e a produção aumentou para 257.037 mil de barris em 1944; em 1945, a produção foi para 323.404 mil (PODE, 1960), tornando o país o segundo maior produtor de petróleo do mundo, ultrapassando a União Soviética (LIEUWEN, 2016).

Mesmo dotando de privilégios de concessões de milhares de hectares, os empresários do petróleo não estavam satisfeitos com a política econômica de Isaías Medina. De acordo com Banko (2016), os empresários estavam seriamente preocupados com a possibilidade do fim da iniciativa privada e também com a chance do Estado expropriar as áreas e todo o petróleo das companhias, quer dizer, os empresários das companhias queriam o petróleo para atender os seus próprios interesses. Porém, não eram apenas os empresários que estavam insatisfeitos com Isaías Medina; os membros do partido *Acción Democrática* (AD), de base trabalhadora, queriam acabar com o período dos militares comandando o país, e, sobretudo, criticavam duramente a política petroleira que o país vinha adotando, além de estarem indignados com o perdão das dívidas contraídas pelas companhias com a nação venezuelana (LIEUWEN, 2016). Assim, os empresários (e comerciantes) se uniram aos membros da AD e, no dia 18 de outubro de 1945, destituíram Medina do cargo. A partir desta data, formou-se uma Junta Revolucionária, que seria responsável por governar o país.

Dois membros importantes da Junta Revolucionária eram Rómulo Betancourt (assumiu a presidência) e Pablo Pérez Alfonzo (ministro de *Fomento*). Ambos eram

críticos ferozes à Lei de 1943, pois a consideravam liberal e que não ajudava o país a obter benefícios com a atividade petroleira, em virtude das dívidas perdoadas e isenções. Porém, a maior crítica estava pautada nos benefícios divididos de forma desigual entre as companhias e o governo; no dia 31 de dezembro de 1945, na tentativa de conseguir o objetivo, a Junta Revolucionária decretou o imposto de 89 milhões de bolívares sobre os benefícios das companhias (LIEUWEN, 2016). Mas, o maior impacto foi quando a Junta instituiu o programa 50-50 (*fifty-fifty*), cuja determinação era de que, em hipótese alguma, as companhias poderiam obter acima de 50% dos benefícios do petróleo. (AVALO, 2010).

As companhias temiam que a Venezuela nacionalizasse o petróleo, tal como os russos e os mexicanos fizeram. O medo aumentou quando, em março de 1948, o governo decidiu formar uma comissão para analisar a instalação de uma refinaria nacional e de explorar as reservas nacionais. As companhias temiam que o governo venezuelano praticasse o monopólio governamental sobre o petróleo; para o alívio dos empresários, o governo da Junta caiu em 1948 (LIEUWEN, 2016). O presidente deposto, Rómulo Gallegos, exilou-se em Cuba e fez duras críticas com referências claríssimas aos Estados Unidos, que, segundo o mesmo, teriam influenciado a oposição com capital internacional em virtude das decisões do governo terem prejudicado o lucro e os privilégios das companhias (El Heraldo, 1948 apud Lieuwen, 2016).

O fim da década de 1940 foi marcado pela alta produção do petróleo e pela consolidação da *Standard* como principal participante das ações petrolíferas na Venezuela, conforme Lieuwen (2016, p. 190, tradução própria): “Entre 1939 e 1948, a participação da *Standard* no total da produção venezuelana elevou-se de 52 a 56%, enquanto a da *Shell* baixou a 32%.” A porcentagem da *Gulf* (...) permaneceu em 7%”. O país também registrou aumento absurdo de divisas estrangeiras com os negócios petrolíferos, mas, infelizmente, também apresentou aumento de importações.⁹

Na virada da década de 1940 para a década de 1950, novas refinarias dariam início aos trabalhos do refino, conforme os detalhes da Lei de 1943. A *Shell* iniciou a instalação de 60 mil barris diários. No leste venezuelano, especificamente em Puerto

⁹Em 1947, a Venezuela teve o valor total de importações em 650 milhões de dólares, sendo que 95% deste valor seria pago com as divisas logradas pelo petróleo (LIEUWEN, 2016).

La Cruz, a *Sinclair* e a *Gulf* começaram a colocar em operação as suas refinarias com 35 mil e 30 mil barris, respectivamente (LIEUWEN, 2016).

A década de 1950 iniciou com mais uma guerra: a Guerra da Coreia (1950-1953), que começou quando os norte coreanos, apoiados pela China e pela União Soviética, invadiram a Coreia do Sul, apoiada pelos Estados Unidos e países europeus ocidentais. Como os Estados Unidos precisariam do petróleo para o mantimento das suas máquinas de guerra, a solução seria pedir a Venezuela mais concessões para a produção de petróleo. A Lei de 1943, como destacado anteriormente, gerou preocupações às companhias petrolíferas e ao governo estadunidense, por conta de uma suposta intervenção do Estado venezuelano na situação, ao cobrar-lhes impostos e taxas excessivos; já em junho de 1950, para tentar reverter a situação, visto que os Estados Unidos precisavam urgentemente do petróleo com preços, taxas e impostos acessíveis, a embaixada estadunidense na Venezuela, em reunião com o presidente Pérez Jimenez, pretendia convencer o governo venezuelano da importância das companhias petrolíferas privadas estadunidenses para o país (AVALO, 2010).

Com efeito da Guerra da Coreia, a Venezuela cedeu à pressão externa, pois aumentou a produção, fazendo o que o Cartel das 7 irmãs e os Estados Unidos sempre apoiaram: produção máxima. Em 1950, a Venezuela produziu aproximadamente 546.766.000 barris de petróleo, cerca de 64 milhões de barris a mais em relação a 1949. Em 1952, a produção registrou novo aumento, alcançando 660.233.000 barris (PODE, 1960).

A Venezuela, por não ter economia e indústria desenvolvidas, não consumia petróleo no mesmo ritmo da produção. Em virtude da sua demanda ser mais baixa do que a oferta, o país sempre teve caráter exportador de petróleo, assim como a maioria dos países produtores. De acordo com Baptista (2016), no período 1920-1950, apenas 1,4% do total de petróleo extraído do subsolo foi utilizado pelos venezuelanos; já o restante, isto é, 98,3%, foi consumido de acordo com a demanda mundial. Assim, as grandes potências, que precisam de petróleo, sempre buscaram a Venezuela para conseguir-lo.

Em setembro de 1952, Venezuela e Estados Unidos realizaram o acordo de Reciprocidade comercial. Com a política de defender o fim da cota produção (que

seria praticado pelos países produtores futuramente) e de menos taxas e impostos, o combinado entre os dois países foi, segundo Avalo (2010):

(...) não haverá mais cota nem para os crudos pesados de peso específico (900 Kg/m³ ou maior), nem para os produtos que se exportam para os Estados Unidos, reduzindo de novo à metade as tarifas de importação para os crudos de peso específico abaixo de 900 Kg/m³ (AVALO, 2010, p. 25, tradução própria).

A Venezuela dos anos 1950, basicamente, foi compreensiva e convidativa com as companhias petrolíferas (CÁCERES, 2016). Tal recepção hospitaleira se deve ao fato de o governo venezuelano necessitar dos recursos do petróleo para a construção de estradas, monumentos, prédios públicos, hospitais, etc. (AVALO, 2010). Desta forma, a Venezuela se encontrava na direção oposta de alguns países petroleiros (como México, Egito e Indonésia), pois, ao contrário destes, o país sul-americano abria-se mais às companhias, como a *Standard* e a *Shell*, que viam o país como a mais importante fonte petrolífera do mundo (CÁCERES, 2016).

O país consolidou firmemente a política petrolífera quando o governo, em 1956 e em 1957, outorgou novas concessões às companhias petrolíferas. De acordo com Avalo (2010), a área total concedida para exploração era de 821.091 hectares. Mesmo com alguns movimentos nacionalistas dentro do país, o governo entregava o seu próprio território para que as companhias, movidas pelos próprios interesses, investissem e extraíssem o petróleo. Graças às novas concessões e as seguintes explorações, a Venezuela chegou à marca impressionante de 1.014.424.000 de barris produzidos no ano de 1957, alcançando pela primeira vez a marca de 1 trilhão de barris anuais produzidos (PODE, 1960).

Por conta da política petrolífera, cria-se o *Instituto Venezolano de Petroquímica*, uma instituição do Estado venezuelano responsável pela indústria petroquímica no país. Além desta, a Venezuela recebeu inovações tecnológicas com a implementação de computadores comerciais e de rede de telecomunicações, para estabelecer comunicação dos campos petrolíferos com os escritórios localizados em Maracaibo e em Caracas, as duas principais cidades do país (CÁCERES, 2016).

2.4. Ascensão dos movimentos pela nacionalização do petróleo e a criação da OPEP

Após o fim do governo ditatorial de Pérez Jimenez, a Venezuela começa de fato a pensar na nacionalização do seu petróleo. Tal exemplo se arremete ao dia 19 de dezembro de 1958, quando o presidente interino, Edgar Sanabria, estabelece novas mudanças na *Ley del Impuesto sobre la Renta*, que aumentou os impostos sobre os benefícios em 46%. Mas, o grande símbolo desta mudança, foi o aumento da participação do Estado na indústria, com a proporção de 66% contra 34% das companhias (AVALO, 2010).

Totalmente indignadas com a atitude do novo governo, as companhias emitiram cartas de protesto, alegando injustiça em virtude do alto investimento para a exploração de petróleo no país. Também afirmavam que a Venezuela não estava sendo grata, já que o país não seria importante sem as companhias terem implementado toda a tecnologia necessária para a produção de petróleo. O governo dos Estados Unidos igualmente repudiou a ação soberana do governo venezuelano, decidindo excluir a Venezuela do “Programa Obrigatório de Importações”, que era um programa estadunidense para os países latino-americanos (AVALO, 2010).

No ano de 1959, o governo venezuelano resolveu não mais outorgar concessões, a qual ficou conhecido como *No más concesiones*. A partir desta data, as companhias só teriam permissão de explorar as áreas concedidas anteriormente, ou seja, as antigas licenças para explorar seguiam ativas, enquanto que nenhuma permissão seria dada para explorar uma área ainda não concedida. (CÁCERES, 2016). Esta ação, claramente, confirma o anseio da Nação venezuelana pelo controle do petróleo e do seu território, que até então eram dominados pelas companhias privadas e pelos Estados Unidos.

A década de 1960 foi notória para os países produtores de petróleo e para o próprio petróleo em si, que já era a principal fonte de energia no mundo, e a sua demanda aumentava cada vez mais. Sabendo que os países consumidores buscariam com força o petróleo, vários países produtores começaram a organizar movimentos nacionalistas para defender a participação dos respectivos Estados nacionais na luta contra o imperialismo praticado pelas grandes potências do mundo, especialmente os Estados Unidos.

A Venezuela foi uma das fundadoras da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, em 1960. O país, que desde a década de 1920 vinha sido alvo de investidas das companhias privadas e das grandes potências, estava preocupado com as quedas dos preços em virtude da alta produção, desde 1949, dos países do Oriente Médio. Para isso, representantes do governo venezuelano se reuniram em Bagdá com vários representantes políticos de países daquela região, com o intuito de organizar estratégia para subir o preço do petróleo e defender seus próprios interesses contra as companhias privadas e as grandes potências (CÁCERES, 2016).

Ao mesmo tempo em que participava da formação da OPEP, a Venezuela estabeleceu a sua própria indústria nacional, a *Corporación Venezolana de Petróleo* (CPV), em 1960, para desenvolver e gerenciar os processos da indústria venezuelana de petróleo (AVALO, 2010). A nação venezuelana começava a levar em conta a ideia de colocar representantes conterrâneos como líderes das filiais das companhias instaladas no país, como descreve Cáceres (2016):

(...) para que posições de maior nível técnico e gerencial sejam exercidas pelos venezuelanos (...). Alcança seu ponto máximo quando três venezuelanos chegam a altas posições nas suas companhias, Luis Alcalá Sucre na *Mene Grande Oil Company*, Alberto Quirós Corradi como presidente da Companhia *Shell* da Venezuela e Guillermo Rodríguez Eraso como vice-presidente executivo da *Creole Petroleum Corporation*. (CÁCERES, 2016, p. 310, tradução própria).

Em 1964, o *Ministerio de Minas e Hidrocarburos* estendeu o seguimento da política de não entregar mais concessões às companhias. Naquele ponto, a extensão foi também dirigida às novas atividades das companhias estrangeiras, que seriam impedidas de instalar novas estações de serviços no país (AVALO, 2010). Ou seja, o governo venezuelano permitiria que as companhias prosseguissem com os seus afazeres de antes, mas sem a possibilidade de adquirirem novos serviços no país.

No dia 25 de maio de 1966, a Câmara de Deputados e o Senado do Congresso Nacional incentivaram a criação de uma política petroleira nacional, cujas pautas seriam: defesa de preços de venda satisfatórios de petróleo para o país, intervenção estatal no petróleo, pagamentos das taxas e impostos atrasados pelas companhias, fim da “ganância” das companhias, entre outras pautas. Mas, sem dúvida, o principal objetivo era que o mercado local de gasolina fosse dominado pela CPV (AVALO, 2010).

O ano de 1967 foi crucial para os consecutivos processos de nacionalização do petróleo venezuelano. Depois de 24 anos, a Lei de 1943 sofreu uma alteração

realizada pelo governo: modificando o artigo 3º da lei, a partir daquele instante, tanto a CVP quanto o *Ministerio de Minas e Hidrocarburos* teriam a condição de negociar o contrato de serviços, ao passo que a Nação recebesse mais benefícios do que as companhias estrangeiras. Outra alteração importante foi a mudança das concessões para o sistema de exploração por convênios mistos, isto é, promoção de empresas mistas (participação estatal junto com participação privada). Assim, a exploração começaria pelo Estado venezuelano, através de suas empresas e institutos autônomos, em parceria com as companhias privadas, que ainda poderiam permanecer no país (AVALO, 2010).¹⁰

Enquanto o governo venezuelano adotava iniciativas rumo à nacionalização do petróleo, as companhias, mais uma vez, protestavam e ficavam receosas de investir no país. Cáceres (2016) explica que as companhias, nos anos 1960, diminuíram seus ritmos de aplicação de capital no país e de explorações, devido à perda de espaço para o Estado venezuelano. Por exemplo, a *Creole* possuía, em 1950, por volta de 1.490.000 hectares de área concedida; em 1968, essa área caiu para 652 mil hectares (PODE, 1970).

A década de 1960 também é marcada pelo início da industrialização no país, muito graças às rendas petroleiras conseguidas desde a década de 1920 (especialmente com a Lei de 1943). O país não apresentava indústria desenvolvida, e o petróleo, para muitos membros do governo, era uma maldição, pois atraía olhares estrangeiros e fazia com que tal região dependesse da economia mundial; sem dúvida alguma, a “doença holandesa”¹¹ era a enfermidade que o país tanto sofria. Para sair desta situação, a diversificação da economia era vista como opção, a partir da industrialização do país, sendo então uma nova fonte econômica além do petróleo, conforme trazido por Lopes (2011):

A partir de meados da década de 60, foi iniciado na Venezuela o PSI; a industrialização do país e a diversificação da economia tornaram uma necessidade para a consolidação do arranjo político estabelecido em *Punto Fijo*, pois a urbanização e crescimento das cidades venezuelanas aumentaram as reivindicações por maior crescimento da economia (...) (LOPES, 2011, p. 38)

¹⁰Para detalhes maiores das alterações da Lei de 1943, em 1967, conferir em Avalo (2010, pp. 28-29).

¹¹É a desindustrialização causada pela apreciação cambial proveniente dos influxos de moeda estrangeira forte resultante das exportações de recursos naturais. (AUTY, 2001; SACHS & STIGLITZ, 2007 apud LOSEKANN & PERIARD, 2012).

A época chave dos movimentos soberanos dos países petrolíferos se dá na década seguinte, em 1970, tendo a Venezuela a iniciado com a designação do *Impuesto sobre la Renta* em 60%. Em seguida, no ano de 1971, o Congresso venezuelano aprovou a *Ley de Reversión*¹² (MOMMER, 2016), isto é, a nação se tornaria soberana sobre as atividades das concessionárias, já em preparação para o controle das atividades petroleiras.

No ano de 1972, o presidente Rafael Caldera protestou contra o *Tratado de Reciprocidad Comercial de 1952* (AVALO, 2010). Segundo o mesmo, este tratado era totalmente prejudicial para a Venezuela, pois o país não teria como defender o preço alto de venda se os Estados Unidos permanecessem, através deste tratado, limitando as cotas de produção venezuelana. Naturalmente, os Estados Unidos tinham medo da possível aliança do país sul-americano com os países do Oriente Médio, que, naquela altura, já possuía repulsa aos estadunidenses.

Em 1973, ano do Primeiro Choque do Petróleo, os países produtores assumiram o comando do petróleo. Cansados das ações imperialistas dos Estados Unidos, que mandavam e desmandavam no petróleo e no território destes países, os membros da OPEP se uniram e decidiram mudar o método de cotação do preço: se antes, os preços do petróleo eram estimados a partir dos poços marginais dos Estados Unidos (MOMMER, 2016), a partir desta data, os preços do barril de petróleo passariam a ser cotizados de acordo com os interesses dos países dotadores de recursos naturais.¹³ Em caso de guerra, os países da OPEP interromperiam a produção, com o intuito de aumentar os preços.

No período que precede 1973, as companhias privadas internacionais, para terem as suas demandas e interesses atendidos, defendiam que os países produtores produzissem o máximo possível, pois assim baixavam os preços. Após o Choque do petróleo, os países da OPEP, que buscavam aumentar os ingressos fiscais para a realização de políticas de desenvolvimento nacional, diminuíram a produção para aumentar os preços¹⁴, de forma com que impedissem o fácil acesso ao petróleo por parte das companhias e das grandes potências. Esta foi a forma encontrada pelos

¹²Lei de Reversão (tradução própria).

¹³No dia 13 de dezembro de 1974, após a conclusão da XLII Conferência da OPEP, chegou-se a um acordo que determinaria a unificação do sistema de preços para o petróleo (AVALO, 2010).

¹⁴Segundo o *West Texas Intermediate (WTI)*, o preço real do barril de petróleo sofreu aumento de 160% por conta do Primeiro Choque do Petróleo (SÉBILLE-LOPEZ, 2006).

países produtores para defender a soberania sobre o petróleo e território (CONANT & GOLD, 1981).

A Venezuela se encontrava diante da possibilidade em seguir os rumos da nacionalização do seu sistema petrolífero. No mesmo ano de 1973, o governo venezuelano promulgou a Lei que garante ao Estado a participação no Mercado Interno dos produtos derivados dos hidrocarbonetos. Com isso, o próprio governo venezuelano, através do *Ministerio de Minas e Hidrocarburos*, seria o responsável por definir o preço dos produtos petrolíferos (gasolina, por exemplo) e do valor do frete de transporte (AVALO, 2010).

O Choque do Petróleo de 1973 trouxe grande aumento dos ingressos fiscais gerados pela exportação de petróleo. Os dados comprovam o efeito que este acontecimento teve na Venezuela: em 1972, este país recebeu cerca de 12.187.000.000 de bolívares em ingressos fiscais; já em 1974, cerca 42.557.000.000 de bolívares de ingressos fiscais penetraram no país. (PODE, 1980).

Portanto, com mais autonomia devido ao grande aumento das rendas petrolíferas (especialmente após o Choque do Petróleo de 1973) e, principalmente, com as mudanças nas leis e na organização econômica, a Venezuela estava pronta para a nacionalização da sua indústria petrolífera e, com isso, consolidar a sua soberania do petróleo e do território, além de fortificar a sua autonomia política (STRAKA, 2016).

A Venezuela precisava tomar para si as ações das companhias e os terrenos onde estas últimas atuavam. Porém, a CPV era uma empresa pequena, que funcionava na base do apoio do governo no gerenciamento da indústria petrolífera, ainda dominada pelas companhias privadas; para o governo controlar todas as ações petrolíferas, isto é, exploração, extração, produção, refino, distribuição e comercialização, precisava criar uma grande companhia dedicada exclusivamente aos recursos naturais (petróleo e gás, no caso). Assim, no dia 29 de agosto de 1975, o presidente Carlos Andrés Pérez, que já tinha total consciência da necessidade da nacionalização do petróleo venezuelano, decreta a execução da *Ley Orgánica que Reserva al Estado la Industria y el Comercio de los Hidrocarburos*¹⁵. Por fim, faltava a criação de uma grande companhia nacional; no dia 30 de agosto de 1975, nasce a Petróleos de Venezuela (PDVSA), que seria a grande responsável pelo planejamento,

¹⁵Lei Orgánica que Reserva ao Estado a Indústria e o Comércio dos Hidrocarbonetos (tradução própria).

coordenação e supervisão da indústria petrolífera nacional. (AVALO, 2010). Por fim, em setembro de 1975, o governo anunciou a substituição das filiais pelas empresas operadoras nacionais de pequeno porte. Naquele momento, o país estava de fato a nacionalizar o petróleo, faltando apenas o anúncio oficial do governo para tal.

3. PDVSA: A PSEUDO-NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO VENEZUELANO (1976-1998)

No dia 1º de janeiro de 1976, a nacionalização do petróleo, enfim, concretizou-se. Ao estar exatamente no *Zumaque I*, o primeiro poço comercial descoberto, em 1914, pela *Shell*, o presidente, Carlos Andrés Pérez, em um ato público, decreta a tomada das ações petrolíferas pelo Estado venezuelano. (CÁCERES, 2016).

A Venezuela, a partir de 1º de janeiro de 1976, extingue a Lei de 1943, trocando-a pela *Ley de la Nacionalización*. A partir desta lei, a PDVSA, a nova companhia estatal, sob formato de Sociedade Anônima, configurou-se como a grande responsável pelo petróleo e pelos contratos de serviço, visto que adquiriu as ações das 14 empresas que antes haviam substituído as concessionárias, como explicado anteriormente (AVALO, 2010). Assim, Cáceres (2016) descreve que as antigas concessionárias tornavam-se filiais da PDVSA, sendo que havia certa “subordinação” administrativa entre elas:

Um processo crítico que permite simplificar a estrutura da indústria é a racionalização das 14 filiais da PDVSA, que vai acontecendo em etapas, iniciando em 1976 com a coordenação administrativa de umas filiais por outros, e que culmina com quatro filiais operadoras: Lagoven, Maraven, Corpoven, Meneven (...) (CÁCERES, 2016, p. 313, tradução própria).

Com o Estado sendo o principal ativista na Venezuela, o país estava preparado para entrar no novo regime petrolífero: de um lado, estava a figura do Estado acionista e controlador do petróleo e do território, sendo representando integralmente pelo presidente do país; na outra posição, encontrava-se a PDVSA, que agora era a agente do Estado, funcionando como uma sociedade anônima (MOMMER, 2016).

A PDVSA garantia o seu funcionamento através do investimento realizado pelo governo venezuelano. Na nova *Ley de Nacionalización*, o Estado venezuelano garantia 10% do montante oriundo das exportações, à companhia estatal. (MOMMER, 2016). Assim, a responsável pelo gerenciamento do petróleo recebia aporte do Estado para as para os investimentos e para os acordos com as companhias privadas.

Porém, esta nacionalização venezuelana não funcionava da mesma forma que os países do Oriente Médio, pós-1973, trabalhavam. Em março de 1973, o *Ministerio*

de Minas e Hidrocarburos publicou a assinatura de uma gama de contratos com as companhias internacionais para cuidar da exploração e da comercialização do petróleo. (AVALO, 2010).¹⁶ Desta forma, as companhias estrangeiras poderiam seguir em atividade na Venezuela, mesmo que já não fossem mais responsáveis pelas atividades da indústria do petróleo venezuelano.

A nacionalização do petróleo, na Venezuela, seguiu caminhos que remetessem a antes de 1976. Já no dia 20 de agosto de 1976, o governo de Carlos Andrés Pérez baixou o *Impuesto sobre la Renta* (de 72 para 65,5%) direcionado às operadoras¹⁷ da PDVSA (AVALO, 2010). Com essa redução, a companhia estatal teria maior liberdade para gerenciar as atividades do ramo petrolífero, de forma que o Estado tivesse menor participação.

O ano de 1977 trouxe atenção à Faixa Petrolífera do Orinoco, localizada dentro dos estados de Guárico, Anzoátegui, Monagas, Delta Amacuro e Calabozo. Esta faixa havia sido descoberta em 1938, mas sem a sua devida atenção ao petróleo. Porém, Carlos Andrés Pérez tinha conhecimento dos campos de petróleo do Orinoco, e iniciou estudos para explorar os jazimentos deste local. Logo em seguida, o presidente venezuelano encargou a PDVSA de se responsabilizar pelas atividades operacionais a serem desenvolvidas na Faixa (AVALO, 2010). A figura 2 apresenta a localização da Faixa Petrolífera do Orinoco:

¹⁶Segundo Avalo (2016), 6 companhias japonesas assinaram contratos com a PDVSA para manejar 5 toneladas de cruído por ano.

¹⁷Enquanto às empresas operadoras, resultava clara a intenção do legislador de criá-las com forma de sociedades anônimas, cujas ações deveriam ser tomadas em propriedade pela empresa matriz *Petróleos de Venezuela* (Carías et al., 2018, p. 110, tradução própria)

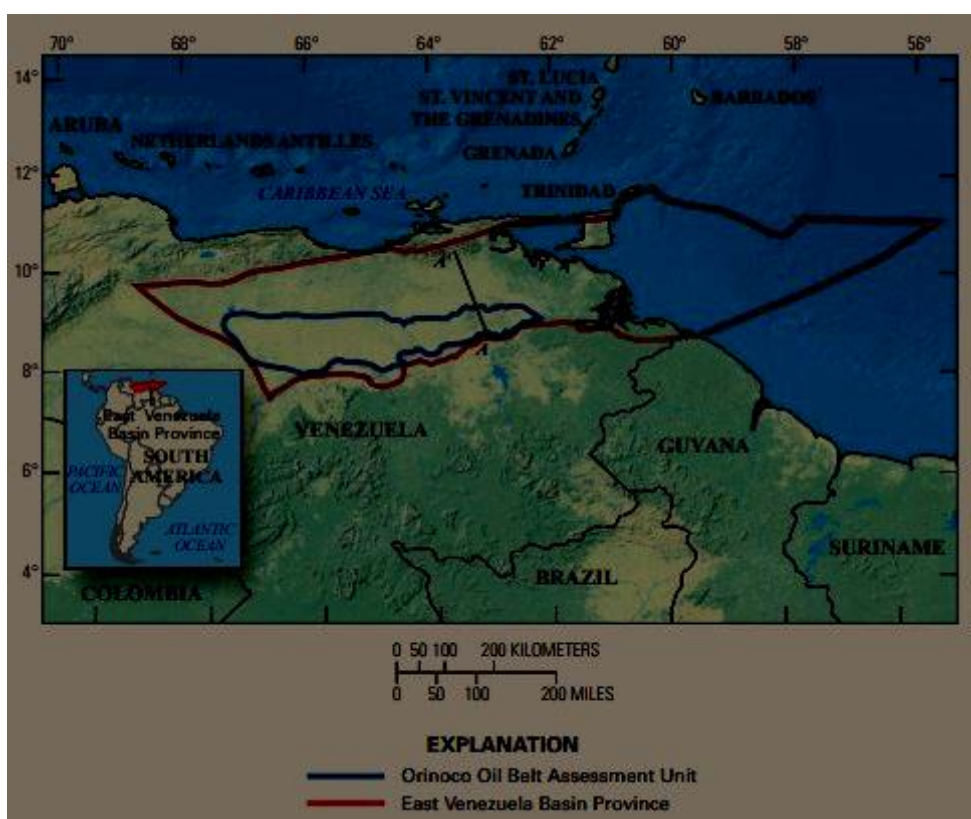


FIGURA 2 : VENEZUELA: Mapa de localização da Faixa do Orinoco. Fonte: *US Geological Service* (2009).

Aproveitando-se da brecha da *Ley Orgánica que Reserva al Estado la Industria y el Comercio de los Hidrocarburos*, especialmente com o 5º artigo desta, que garantia a participação das companhias privadas através do modelo de convênio de associação ou convênio operativo (CARÍAS ET AL., 2018), a PDVSA, em parceria, investiria no cinturão do Orinoco para iniciar as atividades petrolíferas. Logo, as companhias privadas estariam dentro do projeto de investimento na Faixa do Orinoco.

De acordo com Carías et al. (2018), há diferenças entre os dois tipos de convênios com as companhias, que substituíram o antigo esquema de concessões:

Os primeiros (convênio de operação) não afetavam de forma alguma a reserva nem a essência mesma das atividades atribuídas ao Estado, e poderiam se inscrever todos os que as empresas petrolíferas nacionalizadas considerassem necessárias para a melhor realização das suas atividades. (...) Os convênio de associação, por outro lado, permitiam ao Estado associar-se com particulares para realizar as atividades reservadas, o que implicava um regime jurídico excepcional de associação ou participação do setor privado nas atividades reservadas através de empresas mistas submetidas ao controle estatal, o que exigia a intervenção prévia do órgão legislativo para que pudessem inscrever-se (CARÍAS ET AL., 2018, p. 112, tradução própria).

Após a descoberta sobre os acordos de associação entre governo, PDVSA e companhias privadas, diversos professores universitários e políticos se revoltaram, pois, segundo os mesmos, os acordos escolhidos pelo governo eram, na verdade, “uma carta” para que as companhias privadas seguissem agindo no país, e assim impedindo o controle total do petróleo pelos venezuelanos (AVALO, 2010).

De acordo com os documentos oficiais do governo, as filiais da PDVSA seriam as responsáveis por levantar todos os detalhes para a instalação do processo de licitação que seriam necessários para a seleção de empresas privadas que seriam escolhidas para realizar os Convênios de Associação (CARÍAS ET AL., 2018). Ou seja, as companhias privadas ou transnacionais participariam das atividades petrolíferas venezuelanas através de ações conjuntas com as filiais da PDVSA, de forma que o Estado participasse, em comunhão com o setor privado, mas tendo certa soberania sobre o petróleo, algo que não acontecia antes de 1976. Porém, para a execução do convênio de associação entre filiais da PDVSA e companhias estrangeiras, havia uma exigência a ser cumprida entre as partes: antes de qualquer implementação de convênio associativo, as filiais e as companhias investidoras deveriam criar uma sociedade anônima ou uma empresa mista. No caso, a companhia mista teria a função de dirigir, coordenar e supervisionar todas as atividades petrolíferas envolvidas nos projetos (CARÍAS ET AL., 2018).¹⁸

No ano de 1978, a PDVSA anunciou que investiria por volta de 19 milhões de dólares nos 10 anos seguintes. No mesmo ano, o governo venezuelano anunciou um acordo especial com a então Alemanha Ocidental para cooperar tecnicamente com as pesquisas sobre petróleo, como forma de receber apoio tecnológico para a exploração do petróleo da Venezuela (AVALO, 2010).

A Venezuela, todavia, sofria com a dívida externa em virtude dos endividamentos causados pelas indenizações pagas às companhias depois das expropriações. Em adendo, a nacionalização resultou na retirada de boa parte da tecnologia que as companhias haviam empregado no país, fazendo com que o país sul-americano, que não possuía condições autônomas de investir, tivesse a sua produção reduzida: de 3.366.000 de barris diários produzidos em 1973, caiu para 2.166.000 de barris diários em 1978. (PODE, 1980). Porém, o país não entrou na

¹⁸Para aprofundar-se nos detalhes sobre os convênios, conferir a terceira parte em Carías et al. (2018).

recessão por conta do aumento do preço do petróleo, que garantiu mais fluxos de divisas importantes para o país (AVALO, 2010).

O ano de 1979 foi marcante para o mundo do petróleo. Com a Revolução islâmica iraniana, as companhias foram expulsas deste país. O Irã, utilizando o petróleo como instrumento para realizar a sua geopolítica, decidiu garantir preço alto através da redução da oferta petrolífera, tal como os árabes fizeram em 1973. Assim, acontece o Segundo Choque do Petróleo, que ocasionou no aumento do preço do petróleo, que estava estabelecido em torno de 14,02 dólares por barril em 1978, indo para 31,61 dólares por barril em 1979 (BRITISH PETROLEUM, 2019).

Com a alta do preço do petróleo motivada pelo Segundo Choque do Petróleo, o governo venezuelano conseguiu aumento dos ingressos fiscais originados com a exportação desta fonte energética. Segundo os dados do PODE (1980), em 1978 a Venezuela havia recebido cerca de 40.123.000.000 de bolívares; em 1979, a cifra registrada foi de 48.339.000.000 de bolívares e em 1980, por volta de 62.697.000.000 de bolívares.

O Segundo Choque do Petróleo também colocou a Venezuela em rota de colisão com as forças externas. Devido ao embargo petrolífero promovido pelo Irã (e seguido pelos demais países do Oriente Médio), os Estados Unidos, utilizando-se da sua intensa força geopolítica, pediu que a Venezuela aumentasse a produção para satisfazer-lhes as necessidades internas de consumo. Prontamente, o governo venezuelano recusou a proposta estadunidense, em apoio aos países da OPEP, dando início às relações deste país com os membros do Terceiro Mundo (AVALO, 2010).

Em 1980, a Venezuela levou a cabo as suas ações de amizade com os países subdesenvolvidos. Em uma reunião na cidade de *San José*, na Costa Rica, o governo venezuelano realizou um acordo com o México para ampliar a o fornecimento de petróleo cru para o México e para os países da América Central. (AVALO, 2010). Assim, o petróleo venezuelano chegaria ao continente centro-americano, e, portanto, a Geopolítica venezuelana bateria nas portas deste continente.

O governo venezuelano, embora condizente com as companhias privadas estadunidenses, sabia que precisava defender o seu petróleo e a sua soberania. Depois do envio da carta do ministro de Relações Exteriores venezuelano ao governo dos Estados Unidos, pedindo-os que respeitassem o direito soberano da Venezuela

sobre os recursos presentes no território venezuelano, uma outra carta foi anexada ao pedido anterior, como escrito por Avalo (2010):

(...) a qual se anexou uma nota oficial onde insiste que os atos relativos à administração e comércio dos hidrocarbonetos, sobretudo os relacionados à fixação dos preços, dependem da soberana vontade do Estado venezuelano de conformidade com as normas constitucionais e de direito público (AVALO, 2010, pp. 41-42, tradução própria).

A Venezuela estava disposta a manter as relações Sul-Sul; tanto que, em abril de 1980, este país se negou a vender petróleo aos Estados para que estes o acumulassem nas reservas estratégicas. A relação entre os dois voltou a piorar quando, em 1981, a *Texaco* foi acusada de rejeitar os crudos venezuelanos para refinar na refinaria de Manágua, na Nicarágua (AVALO, 2010).

O ano de 1982 foi crucial para a Geopolítica mundial do petróleo e da Venezuela; o mundo se encontrava em profunda crise econômica, com alta na inflação, PIB baixo e descontinuidade do desenvolvimento da economia. Somado a estes fatos, o petróleo se deparou com a baixa demanda, o que fez os preços caírem. Exemplo disso é o caso dos Estados Unidos, que necessitavam de 19.043.000 barris de petróleo por dia, enquanto que, em 1982, a demanda deste país se reduziu a 15.969.000 barris diários; já o preço do petróleo (padrão Brent), que em 1980 estava em 36,83 dólares por barril, caiu para 32,97 dólares por cada barril em 1982 (OPEP, 2019; BRITISH PETROLEUM, 2019). A Venezuela sofreu com a queda dos preços e da demanda, e, em consequência, registrou a caída dos ingressos fiscais, como mostram os dados de PODE (1990): em 1981, o país recebeu 92.672.000.000 de bolívares, enquanto no ano seguinte, 74.567.000.000 de bolívares. Com este quadro econômico, a Venezuela precisou reestruturar-se. Mesmo recebendo altíssimas quantias das vendas petrolíferas, o país se encontrava com dívidas externas; uma solução adotada pelo governo foi de transferir os fundos de investimentos da PDVSA dos bancos estadunidenses, para o *Banco Central Venezolano* (BCV). Desta forma, os recebimentos líquidos da PDVSA encerrar-se-iam, revoltando os dirigentes da companhia nacional (MOMMER, 2016).

Em virtude da crise econômica, o governo venezuelano restringiu os investimentos ao petróleo e gás no país, cancelando, inclusive, os projetos nacionais de inversão; exemplo disso foi a redução de mais de 400 milhões de dólares nos programas desenvolvimentistas da Faixa Petrolífera do Orinoco. Para contornar a

situação, a PDVSA (e seu alto escalão), e apoiada pelo governo, mudou a sua forma de atuar no país e no mundo: a partir do fim de 1982, esta companhia optou por sua internacionalização, isto é, agindo no mercado petrolífero de outros países. (MOMMER, 2016).

3.1 A internacionalização da PDVSA

A internacionalização da PDVSA marcou a primeira “quebra” do movimento da nacionalização petrolífera tanto requisitada nos anos 1960 e 1970. Depois da descontinuação dos projetos nacionais impulsionados pelo governo, a companhia começou a ditar o petróleo venezuelano segundo as próprias vontades. O início da internacionalização se deu com a compra, por parte da PDVSA, de 50% da participação na refinaria da companhia *Veba Oel*, da Alemanha, para refinar o cruado venezuelano; logo em seguida, formou-se a empresa mista *Ruhr Oel*, isto é, uma combinação entre os alemães e a Venezuela (CÁCERES, 2016). A proposta do acordo entre ambas companhias era realmente expansiva e de forma com que as duas saíssem beneficiadas mutualmente, conforma salienta Avalo (2010):

No dia 21 de abril, PDVSA e *Veba Oel* firmam um contrato principal e 18 convênios suplementários para negociar 35000 toneladas diárias de petróleo cruado, participação paritária nas refinarias de *Scholven* e *Horst* localizado perto da cidade de *Düsseldorf*; e a eventual investigação conjunta co a empresa Lurgi do processamento de petróleo cruado e extra-pesado (AVALO, 2010, pp. 43-44, tradução própria).

Seguindo com o objetivo de conseguir fundos no exterior, a PDVSA deu continuidade ao seu programa de internacionalização nos meados da década de 1980. Apoiada pelo governo venezuelano, inclusive com dinheiro do próprio Estado, a companhia petrolífera da Venezuela decidiu investir seus capitais em alguns dos países mais consumidores de petróleo no mundo, tais como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Holanda, Suécia e Bélgica. Utilizando-se dos convênios de associações, permitidos pela lei venezuelana, a PDVSA adquiriu no exterior, de forma integral ou parcial, algumas refinarias e empresas responsáveis pela comercialização de petróleo, sendo os capitais empregados inteiramente oriundos da Venezuela (AVALO, 2010).

Em 1985, a Venezuela, já sob o comando de Jaime Lusinchi (1984-1988), prosseguiu a contenção de gastos dentro do seu território. A PDVSA, também recebendo o apoio do novo presidente, seguiu a linha de gastar menos no interior do território venezuelano; prova disso foi a redução das suas filiais para apenas 3: Corpoven, Maraven e Lagoven. (CÁCERES, 2016). Por outro lado, dado o contexto da internacionalização da PDVSA, esta última continuou com seus interesses mundo afora. No mesmo ano de 1985, a companhia petrolífera venezuelana deu início às atividades da empresa *Refinería ISLA SA*, que era a responsável por atuar na antiga refinaria da *Shell* em Curaçao. (CÁCERES, 2016). Desta maneira, a PDVSA também age em Curaçao, levando o petróleo do território venezuelano para ser refinado na ilha holandesa, algo que as companhias privadas faziam antes de 1976 especialmente antes da Lei de 1943.

Em 1986, a PDVSA logrou a compra de 50% da refinaria Citgo, localizada em Houston, nos Estados Unidos. Esta aquisição foi marcante para a companhia, pois era a introdução da companhia no território estadunidense. (CÁCERES, 2016) No caso, a PDVSA teria metade do refino, da distribuição e do comércio praticada pela Citgo, o que se torna curioso, pois, por anos, era o processo inverso, com as companhias estadunidenses (especialmente a *Standard Oil*) agindo no território venezuelano. De fato, o petróleo virou o grande instrumento para a Venezuela exercer o seu papel geopolítico mundial.

A Venezuela seguia totalmente dependente do petróleo para o desenvolvimento da sua economia. No ano de 1985, os ingressos fiscais totais eram de 107.398.000.000 de bolívares, sendo 62.070.000.000 de bolívares (cerca de 57%) provenientes das fontes petrolíferas (PODE, 1990). Porém, como já mencionado, depender do petróleo significa estar sujeito aos problemas externos que tornariam instáveis os preços, modificando a balança comercial do país; assim, a Venezuela persistia na sua política petrolífera, mesmo sabendo de todos os males as quais poderia se submeter.

A década de 1980 foi marcada pela guerra entre Irã e Iraque, dois dos principais produtores de petróleo do mundo (e de gás, no caso iraniano). Mas, em adição a este acontecimento, um desacordo entre os países membros da OPEP gerou uma reviravolta nos preços e na política destes países, inclusive a Venezuela. Como

vinham adotando a tática de produzir menos para valorizar os preços¹⁹, registrou-se oferta excessiva de petróleo, ocorrendo o chamado Contrachoque petrolífero de 1986, que fez os preços caírem. (SÉBILLE-LOPEZ, 2006). Somada as ofertas, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes aumentaram a produção, instigando a quebra de acordo entre os países da OPEP (AVALO, 2010).

O impacto do contrachoque de 1986 foi gigantesco, visto que o preço do barril de petróleo, no padrão Brent, foi de 27,56 dólares em 1985, caindo para 14,43 dólares em 1986 (BRITISH PETROLEUM, 2019). Com o preço em queda, os países produtores precisam de uma alternativa para recuperar a perda. Desta forma, a PDVSA optou por aumentar a produção, satisfazendo assim os interesses dos Estados Unidos e das companhias privadas. Se em 1985, a produção venezuelana era de 1.564.000 de barris diários, em 1987 esse número foi para 1.654.000 de barris por dia (PODE, 1990).

Em virtude dos altíssimos desembolsos para a aquisição de refinarias situadas nos países desenvolvidos (seguramente, com preço muito alto) e da queda do preço do petróleo, a Venezuela se encontrou em um quadro muito complicado de dívida externa. Segundo o Banco Central da Venezuela, a dívida externa venezuelana, em 1984, estava por volta de 17.468.800.000 de dólares; em 1986, este valor subiu para 34.763.600.000 de dólares.

Enquanto a PDVSA efetuava o processo de sua internacionalização, alguns defensores nacionalistas denunciavam tal atitude da companhia estatal, visto que os investimentos eram realizados no estrangeiro em vez de serem na Venezuela. Para desespero do último grupo, os interesses da companhia se direcionavam cada vez mais para longe do governo e do país; após decidir abandonar o controle de preços do mercado (isto é, passou a produzir mais), a PDVSA seria a própria responsável por estabelecer os preços de mercado, tornando-se totalmente independente às vontades e imposições do *Ministerio de Energía y Minas* (MOMMER, 2016). Desta forma, a PDVSA seguiria fazendo as suas políticas próprias, alheias até mesmo ao Estado soberano da Venezuela, convertendo-se num Estado dentro de um Estado.

A internacionalização da PDVSA se aprofundou durante o ano de 1987, quando a companhia venezuelana comprou 50% da companhia refinadora Champlin,

¹⁹A Venezuela aderiu à política de cota de produção: 2.168.000 de barris por dia em 1980, para 1.564.000 barris diários em 1985 (PODE, 1990).

localizada nos Estados Unidos. Neste mesmo ano, firmou-se um convênio de investigação conjunta e planos de desenvolvimento na indústria petroquímica com a Corporação Petroquímica da China (CPC). Por fim, a PDVSA negociou com a francesa Elf Aquitaine para projetos de pesquisa e de serviços técnicos envolvendo petróleo. No ano seguinte, a companhia venezuelana, em conjunto com a *Union Oil Company of California* (UNOCAL), compôs uma companhia mista para desenvolver o processo de refino do cruado venezuelano (AVALO, 2010). Por fim, a PDVSA desenvolveu, nos Estados Unidos, uma extensa rede de bombas de gasolina (MOMMER, 2016).

Ao passo que a PDVSA conseguia recuperar-se e impor-se no cenário petrolífero mundial, o governo venezuelano permanecia cada vez mais atrasado diante deste. O Estado venezuelano (e a população) não recebia benefícios, estando até alheio ao processo de aquisição das refinarias, conforme esclarece Mommer (2016):

Assim, ainda que a PDVSA tomou posse dos 100% dessas refinarias uns anos mais tarde, o governo já não poderia mudar nada. Os descontos futuros já estavam gastos pela via de sua capitalização como dívida externa da empresa (...) Dali a expansão espetacular da PDVSA no exterior. (MOMMER, 2016, p. 50, tradução própria).

A ideia dos dirigentes da PDVSA era fazer com que os lucros da companhia permanecesse entre eles, deixando o Estado venezuelano de mãos vazias. O quadro piorou em virtude dos Estados Unidos haverem baixado a taxa de imposto sobre a renda petrolífera, que havia caído para os 34% nos anos 1980. Logicamente, seria mais vantajoso para a companhia estatal (ou não tão estatal assim) investir em solo estadunidense, do que na Venezuela, já que a taxa neste último era mais alta do que no primeiro. Mommer (2016) afirma que, com as inversões da PDVSA nos Estados Unidos, o fisco nacional venezuelano perdia 59 dólares, ao passo que a PDVSA ganha 25 dólares. Mommer (2016, p. 50, tradução própria) complementa o quadro distante entre o governo venezuelano e a PDVSA: “Mas não só tratava de colocar os ganhos fora do alcance do fisco nacional, senão também do Estado acionista. PDVSA jamais remeteu um só dólar em dividendos desde suas filiais no exterior à casa matriz, em Caracas.” Desta forma, era um passo dada para a entrada do Neoliberalismo no país.

3.2: A entrada do Neoliberalismo na Venezuela

O ano de 1989, Carlos Andrés Pérez, o mesmo que simbolizou a nacionalização do petróleo venezuelano em 1976, regressou à presidência. Ao contrário da bonança petroleira no início do mandato, a situação agora era oposta, pois a Venezuela se encontrava em um panorama totalmente reverso: grande dívida externa, crise no câmbio, alta inflação, corrupção, fuga de capitais (especialmente com o processo de internacionalização da PDVSA), abuso de poder e, principalmente, a queda do preço do petróleo (MORGARDE, 2019), que estabeleceu-se em 18,23 dólares por barril em 1989, contra 27,56 dólares por barril em 1985 (BRITISH PETROLEUM, 2019). Diante do cenário em crise, especialmente com a dívida externa ultrapassando os horripilantes 29 bilhões de dólares (AVALO, 2010), Carlos Andrés Pérez decidiu seguir a mesma linha tomada por José Sarney, presidente do Brasil: alinhar a Venezuela às políticas neoliberais projetadas pelo FMI, o que ficou conhecido como “*El Viraje Económico*”²⁰ (MORGARDE, 2019)²¹.

Porém, o chamado “*Paquetazo*”, isto é, o novo programa econômico, moldado pelo FMI, não trouxe resultados satisfatórios. Este programa prometia utilizar o dinheiro conseguido com as transações petrolíferas (os chamados petrodólares) com o objetivo de melhorar o quadro socioeconômico do país. Porém, como o pacto firmado com o FMI estava baseado no neoliberalismo, o Estado cortou os gastos e aumentou tarifas de alguns produtos, como a gasolina. Blanco Muñoz (citado por Morgade, 2019) afirmou que as mudanças do pacote econômico não trouxeram melhorias ao país, de modo que a educação seguiu excluída das inversões e o panorama de intensa desigualdade social persistiu. Para piorar a situação, o PIB venezuelano registrou queda de 8,6% em relação ao ano anterior (AVALO, 2010).

A população venezuelana estava completamente revoltada com a situação econômica a qual o país estava sendo apresentado. Sendo assim, multidões de manifestantes ocuparam as ruas em protesto contra o corte de gastos e o aumento das passagens de ônibus e do preço da gasolina. Este levante popular, conhecido como *Caracazo*, foi massacrado pelo exército venezuelano, ocasionado quase 300

²⁰A virada econômica (tradução própria).

²¹Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-47379668>>. Acesso em: 17 de jan. de 2020.

mortes durante os conflitos entre os membros participantes da revolta e os membros da Polícia e do Exército (MORGADE, 2019).

Em meio à entrega do país ao FMI e ao neoliberalismo (algo totalmente aclamado pelos Estados Unidos), bem como o caos social que se seguia, a PDVSA continuava o seu programa de internacionalização. No início do ano de 1990, a PDVSA adquiriu a outra metade que faltava da Citgo e da Champlin. (AVALO, 2010). Mesmo diante do quadro negativo ao qual o país se encontrava, a companhia petrolífera nacional insistia em obter refinarias mundo afora para completar o seu programa de internacionalização. Lopes (2011) explica a real intenção destas aquisições por parte da empresa de petróleo da Venezuela:

O processo de internacionalização da PDVSA foi iniciado em 1983 e tinha como objetivo principal impedir que o governo tivesse acesso à maior parte dos recursos auferidos pela empresa, pois a compra de refinarias no exterior permitira que a empresa canalizasse recursos para fora do país, evitando, assim, que o governo pudesse controlar o montante de recursos acumulados pela empresa (LOPES, 2011, p. 54).

Desta maneira, a PDVSA realizava a sua própria política petrolífera, tomando o petróleo para si e, através dos convênios e compras de refinarias no exterior, sinalizava a sua presença na Geopolítica mundial do petróleo, com as suas instalações nos diversos países da Europa e nos Estados Unidos. De certa forma, a companhia petroleira já não era propriamente estatal, visto que realizava as suas próprias vontades, sendo totalmente alheias ao governo.

A PDVSA tomava para si a soberania das decisões que envolviam o petróleo da Venezuela. Com o seu tamanho poder sobre a matéria-prima e boa infraestrutura, em oposição ao deficitário Estado venezuelano, a palavra “abertura” começava a soar nos ouvidos dos altos dirigentes da companhia. Segundo Mommer (2016), a PDVSA vinha, desde 1986, recuperando-se o seu quadro econômico, visto que a demanda por petróleo voltava a aumentar — em 1986, os Estados Unidos precisavam de 16.371.000 barris diários; em 1989, a necessidade aumentou para 17.346.000 barris por dia (OPEP, 2019) —, enquanto o país não conseguia estabelecer a estabilidade econômica.

Ao dar a volta por cima por conta própria, a PDVSA já se encaminhava de fato para a abertura às companhias privadas. Com o Estado acionista perdendo o controle das supervisões às atividades da companhia, e diante do neoliberalismo sendo

empregado no país, a PDVSA, já no início da década de 1990, engatou o processo de sua entrada ao capital estrangeiro. Ao argumentar, com base no artigo 5º da Lei da Nacionalização do Petróleo, que a própria constituição permitia a participação de empresas privadas no ramo petrolífero, os dirigentes da companhia conseguiram a mudança, trazendo de volta as companhias petrolíferas privadas, através do sistemas de convênio. Então, proclamou-se a *Apertura Petrolera*. (MOMMER, 2016).

É necessário lembrar que a PDVSA já apresentava as suas próprias agendas antes mesmo da abertura petroleira (MOMMER, 2016), pois, além dos projetos de aquisições de refinarias no exterior, esta companhia já agia de forma independente em diferentes projetos de associações, como diz Arrioja (1997 apud Cáceres, 2016):

(...) Isto se evidencia pela assinatura de cartas de intenção entre PDVSA e as suas filiais com as empresas como Elf Aquitaine e Total (França), Chevron, Amoco, Mobil, Conoco (Estados Unidos), *Veba Oel* (Alemanha), Itochu-Marubeni e Mitshubishi-Mitsui (Japão) para o desenvolvimento do projeto de gás associado *Cristóbal Colón* no oeste da Venezuela e do desenvolvimento e melhoramento de crudos pesados na Faixa Petrolífera do Orinoco (ARRIOJA, 1997 apud CÁCERES, 2016, p. 315).

A PDVSA, num projeto em conjunto com as suas filiais INTEVEP, Corpoven e Lagoven, patentou a *Orimulsión*, um combustível que era formado pela combinação de betume com os crudos pesados produzidos na Faixa do Orinoco e com outros tipos de cruado leve, sendo todos misturados com água (BOUÉ, 2012). A intenção desta criação, que seria 100% venezuelana (entende-se PDVSA), seria burlar a política de cota de produção da OPEP, visto que este combustível não seria encaixado nas definições de petróleo por parte daquele cartel, e assim poderia produzir a vontade (MOMMER, 2002). Desta forma, a PDVSA fazia os seus projetos de acordo com os próprios interesses, deixando de lado o governo venezuelano e a própria OPEP (BOUÉ, 2012).

A abertura petroleira, de fato, consolidou os investimentos para o aumento de produção. Neste ponto, a Venezuela se encontrava em uma profunda contradição: o país era membro da OPEP, e também grande aliado dos Estados Unidos. Se o país aumentasse a sua produção, faria o jogo de interesse dos estadunidenses e das grandes companhias privadas; por outro lado, se o país baixasse o preço, estaria ao lado dos países produtores e, ao mesmo tempo, atendendo os interesses nacionalistas de defender o preço do petróleo como forma de garantir a soberania sobre o produto.

A PDVSA, que agora era a líder dos negócios petrolíferos na Venezuela, optou por seguir com o aumento da sua produção, conforme se vê na tabela 4, pois esta era uma forma de atrair outra vez os investimentos das grandes companhias privadas. Como o petróleo era a principal fonte de ingresso para o país — 81,6% do total ingresso fiscal total (AVALO, 2010) —, o jeito era seguir com essa política petroleira.

TABELA 4. VENEZUELA: Produção venezuelana diária de barris de petróleo

Ano	Produção
1989	2.012.000
1990	2.244.000
1991	2.501.000
1992	2.499.000
1993	2.592.000

Fonte: British Petroleum (2019)

A decisão de abrir o petróleo venezuelano para a indústria estrangeira foi, mais uma vez, prejudicial ao Estado venezuelano, visto que a PDVSA seria a principal (e praticamente única) responsável pelo petróleo da Venezuela. A companhia receberia incentivos fiscais do governo venezuelano, como redução do imposto de renda sobre as empresas, fim dos impostos sobre as vendas futuras de petróleo, pagamento de indenização para as empresas que sofrerem qualquer alteração outorgada pelo governo. (LOPES, 2011). Em consequência, a nação venezuelana, mais uma vez, perderia a sua soberania sobre o petróleo e sobre o território.

Avalo (2010) conclui sobre o quadro ao qual o país estava adentrando com a política neoliberal incentivada por Carlos Andrés Pérez, especialmente após 1992, data da permissão para a volta das companhias transnacionais:

(...) a política petrolífera do segundo governo de Pérez não mudou de cena em comparação com o seu primeiro governo, pois voltou a entregar o negócio petroleiro venezuelano aos capitais transnacionais, representada neste caso pelas grandes corporações petrolíferas, para que estas, ansiosas pelas ganancias e pelos petrodólares que transitam diariamente no mercado internacional, instalem-se no país e comecem a lentamente como fizeram por mais de 100 anos, ao apoderar-se da indústria petrolífera venezuelana (AVALO, 2010, p. 50, tradução própria).

Com a “benção” do governo, as grandes companhias privadas estrangeiras enfim retornaram ao país, já que, segundo o governo e a própria PDVSA, a indústria

petrolífera precisava urgentemente de capital privado para a execução de seus projetos. Com grande receptividade, a PDVSA assinou novas modalidades com essas, radicalizando a *Apertura Petrolera*. Avalo (2010) complementa:

(...) mediante diversas modalidades de negócios, em importantes operações de desenvolvimento e exploração de crudos ao longo do território nacional. Entre essas modalidades se destacaram os convênios operativos, associações estratégicas para a produção de crudos, convênios de associação para a exploração e *outsourcing* para atividades de serviço (AVALO, 2010, p. 49).

Portanto, as medidas citadas anteriormente se tornaram carta branca para as companhias privadas. Já em janeiro de 1991, a PDVSA e a estadunidense Mobil assinaram um acordo para iniciar os estudos voltados ao desdobramento e progresso do petróleo extra-pesado localizado na Faixa do Orinoco. Em fevereiro de 1992, a Corpoven (filial da PDVSA) e a gigante estadunidense Chevron firmaram uma carta de intenção para utilizar a tecnologia venezuelana para o desenvolvimento dos crudos pesados presentes na Venezuela. Graças ao programa de aperfeiçoamento implementado pela Intevep, a PDVSA logrou este acordo com a Chevron para realizar as pesquisas e, em seguida, as operações com a Chevron (AVALO, 2010).

Os novos contratos tinham algumas semelhanças com os contratos da época das concessões. Com um regime fiscal liberal, as companhias estrangeiras agora operavam em áreas medidas em milhas, e não mais em hectares, ou seja, ainda mais terra para operarem; o que valia mesmo era o anseio pelo lucro por parte do investidor, e não os direitos da Nação venezuelana. Quanto aos impostos e taxas: os royalties pagos ficaram em apenas 1%, enquanto o Imposto sobre a renda ficou em 34%, ao mesmo tempo em que a participação da PDVSA nos contratos era de, no máximo, 30% do total dos convênios operativos (PDVSA, 2015). Sendo assim, o que estava em jogo era o petróleo como moeda de troca, e não como meio de garantir a defesa sobre o território venezuelano. Como Mommer (2016, p. 57, tradução própria) avisou: “(...) a crescente produção com participação privada gerará uma participação fiscal ainda menor”. A tabela 5 comprova como a PDVSA foi, com o decorrer dos anos, repassando menos ingressos ao Estado venezuelano, e portanto, tornando-se “independente”, marcando ainda mais o Neoliberalismo no país:

TABELA 5. VENEZUELA: Participação da PDVSA nos ingressos fiscais totais do Estado venezuelano

Ano	Ingresso fiscal (%)
1987	60,6
1988	62
1989	57,2
1990	43,9
1991	40
1992	36,4
1993	27,1
1994	17,9

Fonte: Domingos et al., 1996 apud Lopes, 2011, p. 54

Com a *Apertura Petrolera*, a PDVSA conseguiu o que queria: livrar-se do controle do Estado. A partir deste ponto, a companhia petroleira deixaria de ser “controle por parte do Estado”, e tornar-se-ia “comitê de controle”. Ou seja, os dirigentes da empresa petrolífera seriam membros do conselho responsável por tratar dos assuntos de interesses nacionais (ou que deveriam ser de fato para a Nação). (MOMMER, 2016). Mais uma vez, a soberania nacional estava sendo desmantelada por conta dos interesses privados e das companhias estrangeiras, visto que era nítido que a PDVSA votaria de forma com que nada afetasse os seus interesses privados.

O ano de 1992 também foi marcado pela tentativa de golpe de Estado. Um grupo de militares, conhecido como MBR – 200 (cujo desenho símbolo era de Simón Bolívar) estava totalmente descontente com as medidas tomadas por Carlos Andrés Pérez. Esta junta opositora ao presidente gostaria que o país não se alinhasse ao FMI e seus princípios neoliberais, e muito menos com os Estados Unidos, pois, segundo os mesmos, praticavam o imperialismo. Também acusavam as companhias de levarem todo o “ouro venezuelano” e deixarem o povo faminto, sem o dinheiro dos negócios petrolíferos. Logo, clamando por soberania e pelo fim da desigualdade social, levantaram um motim contra o presidente, que sofreria *impeachment* no ano seguinte.

Na reta final do governo de Carlos Andrés Pérez, a Venezuela voltou a ter divergências em assuntos petrolíferos com os Estados Unidos. De acordo com o governo do país norte-americano, os venezuelanos, ao produzirem e exportarem as suas próprias gasolinas, não respeitavam as leis ambientais impostas pelo primeiro. (AVALO, 2010).

Em dezembro de 1993, a Venezuela fez a denúncia, em público, da restrição estadunidense à importação da gasolina reformulada venezuelana, pois, segundo o governo dos Estados Unidos, os venezuelanos não estavam respeitando as normas ambientais (AVALO, 2010). Assim, era claro o interesse geopolítico estadunidense, pois a gasolina venezuelana exportada era mão de obra quase que integralmente nacional; então, como forma de parar a exportação deste produto, e também para manter a sua influência sobre o país sul-americano, os Estados Unidos inventaram das suas, acusando os sul-americanos de ferirem as leis ambientais. Mais uma vez, o uso da Geopolítica da mentira sendo praticada pelo país norte-americano.

Em 1994, Rafael Caldera assumiu o posto de presidente da Venezuela. Ainda em crise econômica, mas em uma situação um pouco melhor do que na segunda metade da década de 1980, o país seguia dependente do petróleo, visto que, em 1993, cerca de 59,6% dos ingressos totais eram petroleiros (PODE, 2000). Entretanto, devido ao preço do petróleo estar em queda, as companhias investiram menos no país, resultando na participação menor das receitas petrolíferas no país. Pode-se conferir os preços do petróleo na tabela 6:

TABELA 6. VENEZUELA: Preço do barril do petróleo tipo Brent (em dólares)

Ano	Preço
1991	20
1992	19,32
1993	16,97
1994	15,82

Fonte: British Petroleum (2019).

A tabela 7 demonstra como as baixas do preço do petróleo reduziram a participação do petróleo na economia venezuelana:

TABELA 7. VENEZUELA: Participação dos ingressos petrolíferos perante os ingressos totais (em bolívares)

Ano	Participação do petróleo (%)
1991	79,3
1992	69,7
1993	59,6
1994	50,5

Fonte: PODE (2000)

Logo no início do mandato de Rafael Caldera, a PDVSA passou por um processo de mudança em sua base estrutural. Sob a liderança de Luis Giusti, executivo da Maraven, a companhia venezuelana começou a se organizar não mais em filiais, e sim em unidades de negócio. Isto é, as filiais Maraven, Corpoven e Lagoven, sofrem a fusão, e começam a funcionar com os seguintes nomes de acordo com tal atividade específica a ser desenvolvida: PDVSA Exploração e Produção; PDVSA Refinação; PDVSA Marinha; Deltaven; PDVSA Gás (CÁCERES, 2016).

O governo de Rafael Caldera intensificou ainda mais a privatização do petróleo e do gás venezuelano, entregando mais e mais áreas para as companhias privadas estrangeiras explorarem. Alguns exemplos são: a assinatura do convênio de associação da PDVSA com a *Shell*, Exxon e Mitsubishi, para desenvolver o projeto de gás denominado *Cristobál Colón*; Total (da França) e *Norsk Hydro* e *Statoil* (da Noruega), juntos com a Maraven, compõe uma associação estratégica para a exploração de petróleo pesado nos campos da Faixa do Orinoco (AVALO, 2010).²²

Depois do posicionamento em apoio ao neoliberalismo, especialmente quando acatou as políticas do FMI, a Venezuela, que já era membro do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT),²³ deu mais um passo radical rumo ao modelo econômico que estava sendo amplamente inserido ao redor do mundo: logo após a criação da Organização Mundial do Comércio, no dia 1º de janeiro de 1995, o governo venezuelano aceitou a sua participação neste novo grupo. Esta nova associação de países tinha caráter totalmente neoliberal e antiprotecionista, conforme descreve Mommer: “Dentre as novas condições liberalizadoras do comércio internacional estava a proibição dos requisitos de desempenho, aquela prática de exigir aos

²² Para saber mais, confira a lista completa dos convênios associativos em Avalo (2010, pp. 57-58).

²³ Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, na tradução livre.

investidores estrangeiros a aquisição de certa porcentagem de bens e serviços nacionais” (2016, p.61, tradução própria).

Portanto, a intenção da OMC era quebrar as barreiras comerciais existentes entre os países. Sob o contexto da globalização, a Venezuela, com os seus recursos naturais, recebia olhares atenciosos das grandes potências mundiais. Por exemplo, logo após o seu ingresso à organização, o país firmou o Tratado de Promoção e Proteção de Investimentos com o Canadá. Segundo Mommer (2016), este acordo entre a Venezuela e o país norte-americano trazia bem claro a ideia de que os canadenses poderiam empregar todos os meios possíveis para a exploração de hidrocarbonetos situados no território venezuelano.

Se no início década de 1980 houve entraves entre Venezuela e Estados Unidos, também pode se dizer a mesma coisa para os meados dos anos 1990. Nesta ocasião, a discussão entre os dois países era sobre a *Orimulsión*, cuja produção era realizada pelos venezuelanos em parceria com os ingleses representados pela BP (BOUÉ, 2012); os venezuelanos, que já vinham negociando o produto com diversas nações, queriam exportar para o país da América do Norte. Porém, em abril de 1996, o plano venezuelano não foi bem aceito pelo governo daquele país, de acordo com Avalo (2010):

(...) o governo dos Estados Unidos, no dia 23 de abril de 1996, recusou um projeto de conversão de uma planta de geração elétrica para a utilização da *Orimulsión* na região de Tampa, FL-EUA, representando um novo impasse em matéria comércio-energética entre ambos os países (AVALO, 2010, p. 59, tradução própria).

Apesar da polêmica, Venezuela e Estados Unidos preferiram não levar o caso da *Orimulsión* para as cortes internacionais. Segundo o governo venezuelano, haveriam outras formas de comercializar o betume em outras áreas dos Estados Unidos, e, portanto, não valeria a pena lutar pela venda e distribuição em apenas um estado federativo do país norte-americano; como era apenas um único estado, ao invés da nação inteira, a Venezuela preferiu esquecer a situação, e assim reestabelecendo o comércio com aquele país (SÁNCHEZ; BAENA; ESQUEDA, 2000).

Ao mesmo tempo em que o governo dos Estados Unidos recusava a *Orimulsión* venezuelana, os chineses faziam o caminho oposto, aceitando o início das conversas com a Venezuela sobre o produto. Em maio de 1996, logo após a visita oficial do presidente da Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC) ao país sul-

americano, ambos os países assinaram um acordo sobre a *Orimulsión*, que consistia no fornecimento de 500.000 toneladas do produto venezuelano como experimento, ao passo que poderia ser aumentado para 5,2 milhões de toneladas por ano (AVALO, 2010). Este era o segundo pacto entre venezuelanos e chineses — o primeiro foi em 1987, como mencionado anteriormente —, marcando o início de uma profunda relação entre as duas nações.

Depois de “desafiar” a OPEP quanto à *Orimulsión*, a PDVSA voltou a desafiar a organização representante dos países produtores. A partir de 1994, a PDVSA vinha trabalhando com a maximização de volumes, isto é, produção máxima. Sobretudo, a recuperação do preço do petróleo permitiu que a companhia tomasse esta decisão. Como a Venezuela estava sob o contexto de aliança com os países consumidores e as companhias privadas, conforme já descrito, houve diversos questionamentos internos sobre o possível afastamento do país desta entidade reguladora do petróleo. (MOMMER, 2016). A tabela 8 ilustra como o aumento do preço petrolífero influenciou no aumento de produção da Venezuela:

TABELA 8. MUNDO: Comparativa de preço e produção de petróleo entre 1994 e 1997

Ano	Preço do barril em dólares (padrão Brent)	Produção (em barris diários)
1994	15,82	2.752.000
1995	17,02	2.959.000
1996	20,67	3.137.000
1997	19,09	3.321.000

Fonte: BP (2019).

Porém, mudanças estavam prestes a ocorrer no cenário petrolífero mundial. Em 1997, o mundo foi sacudido com a crise financeira dos mercados asiáticos; o Japão, um dos maiores consumidores de petróleo do mundo e, nesta época, a segunda maior economia do mundo, foi duramente afetado pela brusca alteração do mercado financeiro. Com a crise econômica vivida pelo país, a sua demanda por petróleo, para satisfazer as necessidades econômicas e industriais, também registrou queda: em 1996, o Japão precisava de 5.739.000 barris diários; em 1997, 5.702.000 barris e, por fim, em 1998 carecia de 5.507.000 barris por dia (OPEP, 2019).

Um ano depois, em 1998, a crise também chegou fortemente à Rússia. Os russos, a esta altura, possuíam a segunda maior reserva provada de petróleo do mundo, com 261,5 bilhões de barris, e a maior reserva de gás natural mundial, com 33,4 trilhões de m³ (BP, 2019). Este país, que vinha sofrendo inúmeros problemas econômicos desde o fim da União Soviética, teve o Rublo (a sua moeda oficial) desvalorizado frente ao Dólar estadunidense; para piorar a situação, o governo russo foi obrigado a adiar os pagamentos da dívida externa, gerando desvalorização das bolsas mundiais e, por consequência, a queda da demanda por petróleo e dos seus preços, que reduziram a incríveis 12,72 dólares por barril, sendo este menor até mesmo em comparação com o do contrachoque petrolífero de 1986 (BP, 2019).

A Venezuela, como todo país dependente de hidrocarboneto, foi seriamente afetada pelas crises na Ásia e na Rússia, bem como a baixa do preço do petróleo, o que resultou na forte queda de ingressos petrolíferos para o país, sendo que em 1997, o país recebeu 5.062.721.000.000 de bolívares; em 1998, “apenas” 2.492.840.000.000 de bolívares (PODE, 2000). Com a nova crise mundial, a PDVSA se encontrava em uma situação, num tanto, questionadora, com duas opções possíveis: seguir com a máxima produção (primeira opção) ou aderir à política da OPEP de baixa produção para aumentar os preços (segunda opção). A companhia venezuelana bem que tentou resistir à segunda opção, mas, percebendo que seria impossível produzir a mais diante de preços em queda, e que esta ação seria um suicídio para a empresa e para o país, optou pela segunda opção. Não apenas isso, a PDVSA igualmente notou que o mercado petroleiro não funciona sem um sistema responsável por sua regulamentação, especialmente nos quadros de crise econômica e do petróleo propriamente dito. Desta forma, a companhia petrolífera venezuelana aderiu à política de cota de produção da OPEP. (MOMMER, 2016).

Em seguida, a tabela mostra 9 a produção venezuelana nos anos finais da década de 1990, com destaque para a queda entre 1998 e 1999, quando o país passou a estar de lado da política da OPEP:

TABELA 9. VENEZUELA: Produção venezuelana de barris de petróleo (1996-1999)

Ano	Produção (em barris)
1996	1.088.850.000
1997	1.153.400.000
1998	1.215.120.000
1999	1.116.705.000

Fonte: PODE (2000).

Por fim, no dia 02 de fevereiro de 1999, encerrava-se o mandato do presidente Rafael Caldera. Ao fim dos anos 1990, a Venezuela seguia refém do petróleo, mesmo com as quedas de suas divisas devido ao colapso financeiro russo de 1998. Abaixo, a tabela 10 comprova como este hidrocarboneto seguiu sendo a principal fonte exportadora do país nos anos 1990:

TABELA 10. VENEZUELA: Proporção do petróleo venezuelano perante as exportações totais do país (1991-1999)

Ano	Porcentagem das exportações petrolíferas sobre o total de exportações
1991	73,5
1992	70,8
1993	66,6
1994	65,4
1995	66,5
1996	73,5
1997	72,4
1998	63,4
1999	75,3

Fonte: PODE (2000)

Esta década fechava com a grande participação venezuelana no cenário petrolífero mundial, pois o país era dono da oitava maior reserva de petróleo do planeta, conforme a tabela 11:

TABELA 11. MUNDO: As dez maiores reservas provadas do mundo em 1999

País	Quantidade de barris produzidos (em bilhões)
Arábia Saudita	262,8
Canadá	181,6
Iraque	112,5
Rússia	112,1
Emirados Árabes Unidos	97,8
Kuwait	96,5
Irã	93,1
Venezuela	76,8
Estados Unidos	29,7
Líbia	29,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de BP (2019)

Uma contradição trazida com os anos 1980 e 1990 foi a questão do refino. A Venezuela se atentou, durante estas duas décadas, em trazer as companhias privadas para a produção de petróleo no seu próprio território, enquanto o processo de refinação do petróleo, no país, foi deixado de lado, ao passo em que a nação nem sequer estava entre as dez maiores refinadoras do mundo. Entretanto, se o refino petróleo venezuelano não era relevante no próprio território, não se pode dizer o mesmo quanto ao estrangeiro, pois, em virtude do processo de internacionalização da PDVSA, que adquiriu refinarias em muitos países desenvolvidos, parte do petróleo pesado e ultra-pesado era levado para as refinarias adquiridas pela companhia venezuelana no exterior, como a Citgo, nos Estados Unidos. Assim, é a consolidação da internacionalização da PDVSA, visto que ela dava preferência às atividades no exterior, ao em vés do próprio país. A figura 3 mostra o refino do petróleo venezuelano em outros lugares do globo:

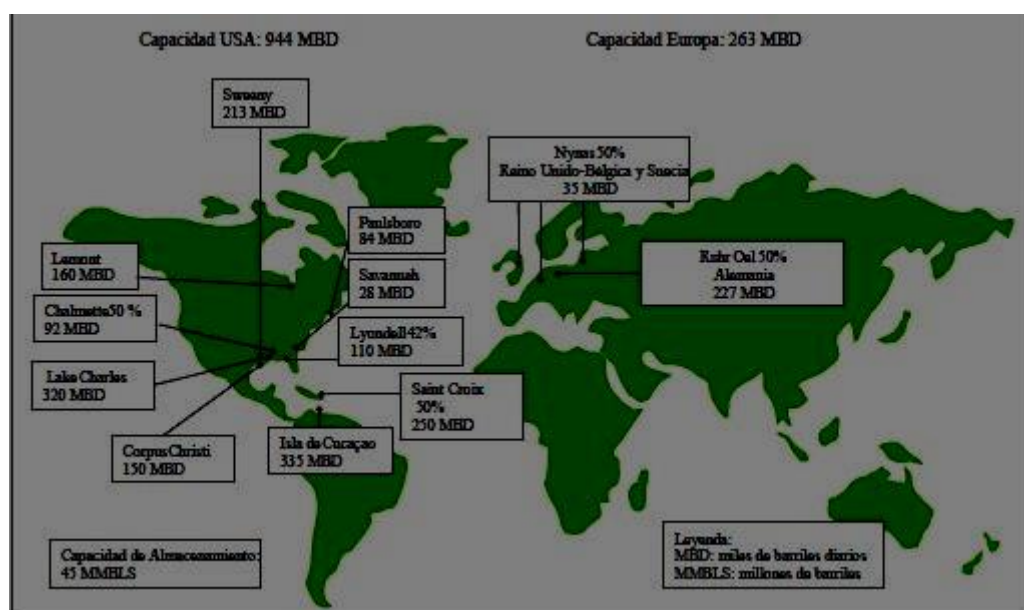


FIGURA 3 : MUNDO: Distribuição das atividades de refino da PDVSA ao redor do mundo. Fonte: El Universal, 1999 (apud Sánchez; Baeda; Esqueda, 2000).

Como quadro comparativo, a figura 4 apresenta a localização de cada refinaria da PDVSA na Venezuela, seguida pela quantidade de barril de petróleo refinado:

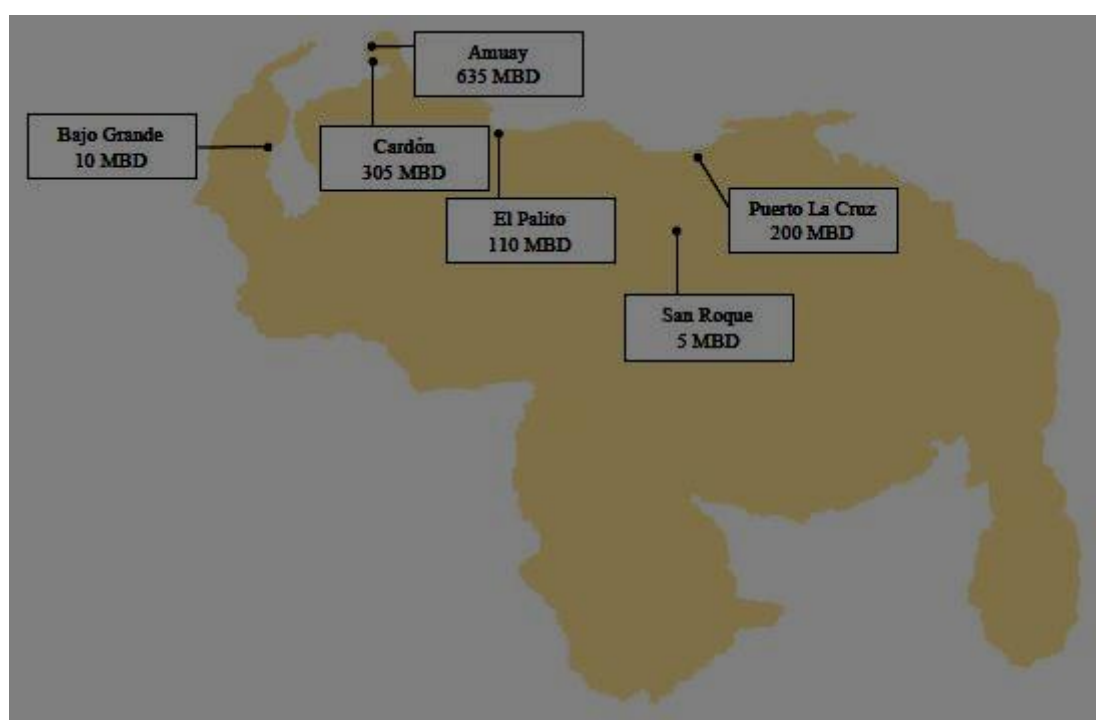


FIGURA 4: VENEZUELA: Distribuição das atividades de refino da PDVSA na Venezuela. Fonte: El Universal, 1999 (apud Sánchez; Baeda; Esqueda, 2000).

A Venezuela teve os Estados Unidos como o seu maior parceiro comercial nos anos 1990; por exemplo, no ano de 1998, os venezuelanos exportaram quase 60%

de seu petróleo e derivados para os estadunidenses (PODE, 2000). Sendo o maior consumidor do mundo (OPEP, 2019), o país norte-americano precisa buscar novas fontes de petróleo, pois com a queda das suas reservas, a solução é procurar alianças com governos dos países produtores para conseguir o acesso aos hidrocarbonetos necessários para a manutenção da sua economia. A tabela 12 mostra como as reservas dos Estados Unidos reduziram ao longo da década (com uma ou outra exceção entre um ano e outro), ao passo que a sua demanda aumentou consideravelmente:

TABELA 12. ESTADOS UNIDOS: Reservas provadas de petróleo e demanda petrolífera (1990-1999)

Ano	Reservas provadas (em bilhões de barris)	Demanda (em barris diários)
1990	33,8	16.988.000
1991	32,1	16.714.000
1992	31,2	17.033.000
1993	30,2	17.237.000
1994	29,6	17.718.000
1995	29,8	17.724.000
1996	29,8	18.309.000
1997	30,5	18.621.000
1998	28,9	18.917.000
1999	29,7	19.520.000

Fonte: BP (2019) & OPEP (2019).

Todavia, a Venezuela começava a olhar o destino do seu petróleo para outros lugares além dos Estados Unidos. Nos anos 1990, os venezuelanos deram mais destaque para os países da América Latina, como mostram os dados: “Em 1987, 21% das exportações estavam direcionadas para a América Latina, e em 1996 esta cifra estava em 37%” (SANCHEZ; BAENA; ESQUEDA, p. 20, 2000, tradução própria). Também vale citar a presença chinesa na importação de petróleo venezuelano, já que os dois países começavam as relações comerciais a esta época. Por outro lado, a proporção de exportações para a Europa diminuiu. A tabela 13 mostra como o país, gradualmente, exportou petróleo para outros lugares:

TABELA 13. VENEZUELA: Destino das exportações venezuelanas, em milhões de barris (1991-1999)

Ano	Estados Unidos	América Latina	Europa	Outros destinos
1991	348.621	282.145	78.840	16.060
1992	385.240	247.416	88.206	8.418
1993	449.968	243.820	71.175	7.665
1994	506.187	236.885	82.555	4.380
1995	563.777	248.565	82.490	7.300
1996	584.078	298.656	71.003	26.865
1997	695.072	305.658	65.563	5.954
1998	666.286	349.159	64.605	14.599
1999	547.561	337.334	58.985	24.331

Fonte: PODE (2000).

Desta forma, a Venezuela fechava a década de 1990 com o cenário de pobreza e de insatisfação social, econômica e política, especialmente com a entrega do país, mais uma vez, às companhias privadas e ao capital estrangeiro, limitando a participação do Estado (e população) na economia, bem como ferindo a própria soberania sobre o território. Mommer (2016) completa:

Enquanto à importância prática do desenvolvimento crítico do regime fiscal, eis aqui umas cifras: entre 1976 e 1992, a participação fiscal do Estado era, com variações menores, igual a 71% do valor das exportações de crudos e produtos. Entre 1993 e 1999, esta média baixou para 51%, ainda incluindo os dividendos que começaram a pagar desde 1996 (MOMMER, 2016, p. 57).

4. A ERA HUGO CHÁVEZ (1999-2013)

O milênio encerrava-se com Hugo Chávez assumindo a presidência da Venezuela, via eleição direta, no dia 02 de fevereiro de 1999. O novo presidente havia liderado o motim para derrubar Carlos Andrés Pérez, em 1992. Logo, ao tomar posse do cargo máximo venezuelano, o mundo inteiro (especialmente as grandes potências e companhias privadas) já prestava atenção nas possíveis ações que este poderia colocar em prática, em virtude de seus ideais nacionalistas presentes naquela revolta. Assim, o país entraria em uma nova era, que seria denominada a 5ª república ou Chavismo.

Logo no início de seu mandato, Hugo Chávez fez pronunciamentos anti-estadunidenses, afirmando que os Estados Unidos são imperialistas e que utilizam a Venezuela e região como “quintais”. Também realizou discursos em defesa às causas sociais; sabendo da importância geopolítica do petróleo, o novo presidente daria muita importância para este hidrocarboneto, utilizando-o como ferramenta econômica e política para o governo, para a sociedade e para o próprio país.

Chávez reconhecia o caráter rentista a qual o país apresentava, afinal, desde a década de 1920 os venezuelanos dependiam quase que exclusivamente do petróleo como produto de exportação e, logo, de modo com que fosse o principal produto para trazer renda ao país, tornando o país monoexportador. Desta forma, o novo presidente afirmou categoricamente: “A dinâmica da economia venezuelana tem estado decididamente vinculada ao excedente gerado pelos escassos produtos de exportação, tendo passado da monoprodução agro-exportadora para a monoprodução petro-exportadora” (citado por Barros, 2007, p. 102, tradução própria).

Recebendo o país com profunda dívida externa e com os preços de petróleo baixíssimos, a solução seria reduzir a sua produção. Assim, no dia 11 de março de 1999, em conjunto com o México e com a Arábia Saudita, a produção petrolífera foi diminuída; a partir desta data, a Venezuela estaria fortemente aliada à OPEP, com o objetivo de fortalecer o preço do petróleo e as próprias relações deste país com as regiões produtoras “irmãs” (AVALO, 2010). Desta forma, a Venezuela teria a sua geopolítica petrolífera fortalecida ao alinhar-se com os próprios países que determinam os preços do barril de petróleo.

Para mudar o quadro de investimentos, era necessário modificar a divisão das receitas petrolíferas. Com a consolidação da política de cota de produção, Hugo Chávez possuía o desejo de remodelar a distribuição do dinheiro conseguido com as exportações de petróleo, que tornar-se-iam maiores com o aumento do preço. A fim de mudar o cenário, o presidente tinha o desejo de converter a PDVSA, que era uma empresa autônoma em relação ao governo venezuelano, em ferramenta puramente estatal, de forma com que os bolívares logrados pela companhia fossem divididos para os gastos em infraestrutura, saúde, educação e demais necessidades da população (BARROS, 2007).

Ao defender as causas sociais, Hugo Chávez precisaria mudar a forma de atuar do Estado venezuelano. Obviamente, sendo um feroz opositor ao neoliberalismo, o presidente optou por estimular a potencialização do papel estatal na economia, transformando o Estado no principal agente político e econômico do país, e, através deste, transferir os recursos obtidos das exportações de petróleo para o cumprimento das demandas de consumo e de investimento da própria sociedade venezuelana, ou seja, para reduzir as desigualdades sociais (LOPES, 2011).

De fato, o governo venezuelano conseguiu impedir o prosseguimento da *apertura petrolera* da PDVSA, quando, ainda em 1999, aprovou a reserva total ao Estado todas as atividades relacionadas ao petróleo, além de impedir a venda de ações da PDVSA. (AVALO, 2010). Ou seja, a partir daquele momento, a nação venezuelana começaria de fato a exercer o controle das reservas petrolíferas — mas não da PDVSA, que seguiu operando alheia ao governo — e, conseqüentemente, o domínio sobre o território.

As escolhas iniciais do mandato de Hugo Chávez começaram a dar certo. O preço do petróleo, no padrão Brent, aumentou de 12,72 dólares em 1998, para 17,97 dólares em 1999 (BP, 2019); em seguida, o país registrou o incremento nos valores fiscais recebidos graças à alta do preço do petróleo neste último ano (PODE, 2000). Com a melhora do preço do petróleo e o acréscimo das receitas, o governo venezuelano ganhou a disponibilidade em investir mais nas necessidades do país, como acrescenta Lopes (2011):

Dessa forma, o governo pode adotar algumas medidas econômicas visando à recuperação da economia, como o aumento da liquidez monetária, a queda da taxa de juros e a criação do Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEM), com recursos provenientes do aumento da arrecadação, que

seria utilizado em momentos de diminuição do preço do petróleo e queda da atividade econômica (LOPES, 2011, p. 66).

Hugo Chávez reafirmaria o seu sentimento contrário aos Estados Unidos. Logo no seu primeiro ano de mandato, tratou de criar acordos para diminuir a dependência e a parceria comercial com os Estados Unidos. Segundo o mesmo, o objetivo era quebrar a ordem única vigente desde o fim da Guerra Fria, onde o país norte-americano fosse o único “dono do mundo”. Além de fortalecer os negócios com os países membros da OPEP, como Irã, Iraque e Líbano, a Venezuela firmou junto com o Brasil e as respectivas companhias petrolíferas destes países (PDVSA e Petrobras) uma diretiva para a criação da PetroAmerica, que seria uma empresa petrolífera continental envolvendo todos os países produtores sul-americanos — mais o México — com os objetivos de maximizar o valor deste hidrocarboneto de todas as nações participantes desta organização (VENEZUELA, 1999)²⁴ e de garantir a soberania regional contra os interesses dos Estados Unidos e das companhias privadas internacionais. Em seguida, os venezuelanos renovaram com os mexicanos o *Acuerdo de San José*, permanecendo com a cooperação energética com os países da América Central e do Caribe (AVALO, 2010).

Enquanto Chávez falava em petróleo, romper as desigualdades sociais, diversificar a economia, pagar as dívidas externas e lutar contra a influência estadunidense, a função da agricultura não era abordada pelo mesmo, deixando-a esquecida. No período entre a década de 1970 e o decênio de 1990, a Venezuela importou entre 70% e 80% dos alimentos requeridos pela sociedade venezuelana. (Buenaño, 2005 apud Barros, 2007). Portanto, o país não produzia o seu próprio alimento, que viria a ser uma grande deficiência venezuelana, fato explicado por conta dos excessivos petrodólares presentes no país há décadas, desvalorizando o câmbio nacional.²⁵ Com isso, a Venezuela, historicamente, é totalmente dependente da importação de alimentos, especialmente dos Estados Unidos).

No seguimento do seu primeiro ano de mandato, Hugo Chávez, continuando com sua ideia nacionalista, procurou alguma figura patriótica para virar o símbolo nacional e do projeto de libertação do imperialismo estadunidense; ao realizar a reeleitura do papel de Simon Bolívar, um dos grandes heróis da independência da

²⁴Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi08059924.htm>>. Acesso em: 12 de fev. de 2020.

²⁵Para se aprofundar mais, veja o terceiro capítulo de Lopes (2011)

América espanhola, o presidente venezuelano teve neste como o seu inspirador para os ideais não só do próprio país, como também de uma união da Venezuela com a América latina para lutar contra a influência dos Estados Unidos na região. Para ter noção da tamanha importância que Chávez deu à figura de Simon Bolívar, o país passou a ser chamado de República Bolivariana da Venezuela (BARROS, 2007).

No ano 2000, o preço do barril de petróleo, no tipo Brent, subiu para 28,50 dólares por barril (BP, 2019). Como já mencionado, quando o preço do petróleo aumenta, o mesmo ocorre com as receitas de um país produtor; com isso, o governo venezuelano expandiu os gastos, conforme descreve Barros (2007):

(...) no período (2001-2002) foi significativo o aumento dos gastos sociais do governo, os gastos em educação passaram de 3,2% do PIB para 3,8% do PIB no ano seguinte, 4,4% do PIB em 2000 para 4,7% do PIB em 2001. Em saúde o crescimento também foi contínuo, mas menos expressivo, passou de 1,3% do PIB em 1998 para 1,5% do PIB em 2001 (BARROS, 2007, p. 111).

Com a recuperação do preço do petróleo e o aumento do controle estatal na economia e na própria política, ainda faltava ao governo determinar as possíveis ações para o controle da PDVSA e integrá-la de vez aos interesses econômicos e geopolíticos da Venezuela, e não mais para um grupo de pessoas que tomavam o controle da companhia. Enquanto alguns membros da companhia petrolífera venezuelana queriam seguir com os ativos no exterior e com fortalecimento da produção (e assim seguindo os interesses próprios e estrangeiros, ao invés dos nacionais), Hugo Chávez gostaria que permanecesse a cota de produção para segurar os preços, e assim aumentar as receitas petrolíferas para depois investir nos serviços básicos ao povo venezuelano e na defesa do território. Logo, para resolver o impasse, o governo deveria ajustar os interesses da PDVSA com os interesses de fato da Venezuela e de seu povo, que sucedeu em novembro de 2001, com a criação da Lei de Hidrocarbonetos de 2001 (LOPES, 2011).

A Lei de hidrocarbonetos de 2001 modificou toda a administração do petróleo venezuelano e a sua respectiva indústria, visto que os hidrocarbonetos passaram a ser regidos pelo *Ministerio de Energía y Petróleo* (BARROS, 2007). Quanto aos trâmites dos convênios associativos, a situação ficou da seguinte forma: "(...) Ela (a lei) previa maiores repasses de recursos das empresas parceiras da PDVSA na exploração de novos campos de petróleo (...)." (LOPES, 2011, p. 69). Desta forma, Chávez seguiria permitindo a participação das empresas privadas no cenário

petrolífero venezuelano, mas sob olhar do Estado, que não seria mais ausente nas operações entre a PDVSA e as empresas participantes dos convênios associativos.

Por fim, o principal objetivo da Lei de hidrocarbonetos de 2001 seria implementado: a PDVSA deixaria de ser independente em relação ao governo da Venezuela. O Estado venezuelano, finalmente, seria o principal responsável por todo o funcionamento da PDVSA e de toda a política e funcionalidade desta companhia, bem como de toda a cadeia petrolífera do país. Ao garantir o controle estatal sobre a empresa petrolífera, a nação venezuelana passaria a ter soberania sobre as decisões do próprio petróleo presente em território da Venezuela, além do aumento de rendas fiscais para que fossem revertidos gastos sociais e na diversificação industrial do país. (LOPES, 2011).

Ou seja, esta foi a primeira vez que a Venezuela adotou uma lei que instaurou o aproveitamento absoluto das suas reservas de hidrocarbonetos (petróleo ou gás) como a pedra angular para o desenvolvimento nacional. Por conta desta lei, o governo venezuelano, enfim, reconheceu que o caso do petróleo e a sua utilização são assuntos de Segurança Nacional, e que era estritamente necessário que o Estado tomasse todas as iniciativas possíveis para proteger estas fontes energéticas e o território do uso desenfreado por parte de estrangeiros, que aqui são compostos por Estados Unidos, Europa ocidental e companhias privadas (AVALO, 2010).

Pode-se dizer que a Lei de hidrocarbonetos de 2001 foi revolucionária e de caráter geopolítica, pois a nação venezuelana, sob a égide do Estado, enfim, passava a ter o controle do petróleo, pois, antes de 1976, o país não tinha controle algum sobre os hidrocarbonetos, visto que as companhias mandavam e desmandavam na nação; e da segunda metade da década de 1970 até a virada do século, a PDVSA, com seu funcionamento autônomo em relação ao Estado, associada com companhias privadas, regia o funcionamento do petróleo jorrado em território venezuelano. Sendo assim, com a lei de 2001, a Venezuela se tornou plenamente soberana, ao afirmar que agora seria ela mesma (isto é, o próprio povo venezuelano) quem passaria a ditar toda a cadeia petrolífera e sem qualquer interferência externa, além de romper com o neoliberalismo. Desta forma, é totalmente legítimo dizer que, no primeiro ano do século XXI, a Venezuela nacionalizou de forma verdadeira o seu petróleo, substituindo a “nacionalização” de 1976.

O ano de 2001 foi destaque não só na Venezuela, como também nos Estados Unidos. Logo no início deste ano, George W. Bush assumiu a presidência deste último, e logo converter-se-ia em uma grande figura mundial do início do século XXI. Como já dito no capítulo anterior do presente trabalho, os Estados Unidos, a principal potência econômica e militar do mundo, apresentavam deficiências quanto ao abastecimento de petróleo, visto que as reservas de petróleo e de gás seguiam em baixa, enquanto a demanda por estes hidrocarbonetos aumentava, fazendo com que o país necessitasse importar para o abastecimento energético interno;²⁶ sendo assim, diante do quadro de insegurança energética, o novo presidente dos Estados Unidos adotou a política energética como prioridade para o país. (SÉBILLE-LOPEZ, 2006).

Porém, o ano de 2001 foi sacudido com o ataque ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Esta ofensiva foi motivada, segundo os radicais do grupo *Al-Qaeda* (cujo líder era Osama Bin Laden), pelas constantes ações imperialistas praticadas pelos EUA na região do Oriente Médio, que é a mais dotada de reservas de hidrocarbonetos do mundo. Diante do cenário de guerra, George W. Bush ordenou que as tropas estadunidenses fossem colocadas no Oriente Médio, para garantir a suposta democracia, pois, segundo o governo deste país norte-americano, os países daquela região eram regidos por intensas ditaduras. Mas, na verdade, a real intenção era garantir o acesso estadunidense às fontes energéticas (petróleo e gás, principalmente) presentes nestes locais, visto que o petróleo é a base do abastecimento energético de todo o equipamento militar estadunidense, e este último é o grande ponto forte para a manutenção do imperialismo dos Estados Unidos (SÉBILLE-LOPEZ, 2006).

Mesmo diante do cenário constante de guerra no Oriente Médio, George W. Bush insistiu na luta estadunidense pelo petróleo do Oriente Médio e de outros lugares (como a Venezuela). Assim, a política energética dos Estados Unidos não quis dar atenção à produção interna de petróleo, além de não se importar na busca por fontes energéticas alternativas, como a biomassa. Por conta desta persistência em permanecer refém dos hidrocarbonetos do Oriente Médio, os Estados Unidos entrariam em grande contradição: ao adquirirem petróleo dos países desta região, as chances de o dinheiro pago a estes serem enviados para grupos terroristas locais, e

²⁶ Pela primeira vez na história dos Estados Unidos, a importação de petróleo cru ultrapassou 50% do consumo nacional (SÉBILLE-LÓPEZ, 2006).

totalmente anti-Estados Unidos, eram grandes. Ou seja, o petróleo seria a favor e, ao mesmo tempo, contra, tornando-se uma relação contraditória (SÉBILLE-LOPEZ, 2006).

Dado este contexto no Oriente Médio, de terrorismo e sentimento anti-Estados Unidos, havia uma possível solução para o governo dos EUA: buscar petróleo em outros lugares não afetados por guerra ou terrorismo. Sendo assim, a Venezuela seria a solução para a demanda petrolífera dos Estados Unidos, visto que este país sul-americano não apresenta problemas separatistas e nem guerras internas, motivos dos quais tornar-se-iam as coisas mais fáceis para o negócio entre os dois países. Obviamente, a questão da distância também é diferencial para a discussão, visto que a Venezuela é mais perto dos Estados Unidos, do que este é em relação ao Oriente Médio.

Porém, é necessário frisar que, embora a Venezuela não tenha enfrentado os problemas que as nações do Oriente Médio apresentam, a situação do primeiro não é muito vantajosa aos Estados Unidos. Com a Lei de Hidrocarbonetos de 2001, a Venezuela se tornou soberana do petróleo, um ato que foi claramente uma resposta às ações imperialistas que os EUA vinham praticando neste país há décadas. Com Hugo Chávez no comando venezuelano, o país sul-americano tornou-se um grande porta-voz da luta dos países subdesenvolvidos contra os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, a quem o mesmo se referia como “o mau do mundo”.

Com medo de se repetir o que aconteceu com os países no Oriente Médio, e perder um grande aliado, já que a Venezuela era um dos quatro maiores fornecedores de crude à nação estadunidense (SÉBILLE-LOPEZ, 2006), os Estados Unidos influenciaram a revolta por parte dos altos executivos da PDVSA e das elites econômicas, que estavam insatisfeitos com a decisão chavista de incorporar a companhia petroleira ao Estado venezuelano e converter os seus recursos em bens da nação venezuelana, bem como aumentar os gastos sociais. Desta forma, os opositores ao governo venezuelano vigente decidiram ir às ruas para protestar e pedir a renúncia do presidente Hugo Chávez, acusado de dividir o país, de apoiar o fim da propriedade privada e de transformar o país no regime socialista cubano (BARROS, 2007); como este não quis entregar o poder, a solução foi partir para a violência, dando o Golpe de Estado de abril de 2002. Chávez foi desposto, mas os militares e grande

parte da população, satisfeitos com os programas sociais implementados por este, estiveram ao seu lado. Assim, por causa grande clamor do povo venezuelano, o Golpe fracassou, fortalecendo o governo bolivariano.

Entretanto, a movimentação da oposição ao Chavismo não parou após o fracasso da tentativa de Golpe de Estado. Em dezembro de 2002, com apoio dos Estados Unidos, que estavam preocupados com as conversas de Hugo Chávez com a China e a Rússia sobre os investimentos na Faixa petrolífera do Orinoco e também com os discursos de resistência latino-americana à ação monopolizadora dos Estados Unidos (SÉBILLE-LOPEZ, 2006), a elite hierárquica da PDVSA organizou uma greve petroleira, cujo motim foi apoiado pelas companhias internacionais ainda presentes no país. Membros dos setores de energia, petroquímica, transporte e distribuição de alimentos aderiram ao movimento (LOPES, 2011).

A Greve de dezembro de 2002 chegou ao seu ponto máximo quando os membros da embarcação *Plínio León* protestaram contra o governo no lago de Maracaibo, uma das regiões petroleiras mais importantes da Venezuela (BARROS, 2007). Os demais trabalhadores petroleiros também apoiaram a paralisação das atividades até que o governo revogasse as decisões anteriores; graças aos fatos mencionados, o cenário petrolífero venezuelano entrou no completo caos, pois, sem os funcionários trabalhando, a produção venezuelana ficou totalmente comprometida, conforme Lopes (2011) destaca:

A greve teve como consequência uma queda brutal da produção de petróleo do país (...). Em condições normais, era aproximadamente de 3 milhões de barris/dia, e no final do ano anterior, foi de apenas 250 mil barris/dia. Paralisaram as atividades das refinarias (72%), e a distribuição da gasolina ficou bastante comprometida. Em função da crise, o governo teve de enfrentar uma forte saída de capitais: o país perdeu US\$ 2661 milhões nesse período. (LOPES, 2011, p. 70).

A greve terminou quando os membros da oposição e o governo se reuniram e concordaram com a realização de um referendo, a ser realizado em 2004, que trataria sobre a continuação do governo de Hugo Chávez; obviamente, com apoio dos militares e das massas, a situação venceu a votação, consolidando ainda mais o poder chavista e a sua política desenvolvimentista e anti-Estados Unidos. (BARROS, 2007).

Como forma de punição aos grevistas, considerados “traidores da pátria” e “à serviço dos Estados Unidos”, Hugo Chávez optou pela demissão de toda a comissão

diretiva da PDVSA, e passou a controlar ainda mais a companhia, que agora era de fato estatal. Somando a isto, a administração estratégica do setor da companhia foi transferido para o *Ministerio de Minas y Energía*, que significou a subordinação total da companhia ao governo venezuelano (LOPES, 2011). Esta decisão era uma resposta clara e direta aos Estados Unidos, mostrando que, a partir daquele momento, a Venezuela lutaria fortemente contra a ação imperialista deste e contra todos os demais movimentos opositores ao projeto Chavista de investir, com o dinheiro do petróleo, nas camadas sociais.

Ao superar os movimentos opositores de 2002, Hugo Chávez saiu fortalecido. Mas, além de superar os movimentos contrários ao seu governo, o comandante teve um outro ponto a favor para executar a sua política: o aumento do preço do petróleo, conforme presente na tabela 14. Com a alta da cotação petrolífera, o orçamento venezuelano aumentaria, e assim os gastos sociais permaneceriam firmes.

TABELA 14. MUNDO: Preço do petróleo, no padrão Brent, entre 2001 e 2004

Ano	Preço do barril
2001	24,44
2002	25,02
2003	28,83
2004	38,27
2005	54,52

Fonte: BP (2019)

A Venezuela de Hugo Chávez seguia, portanto, apostando firmemente no petróleo, visto que esta fonte seria a principal responsável pela diversificação da economia. A tabela 15 mostra como este hidrocarboneto era, de longe, o produto mais exportado pelo país:

TABELA 15. MUNDO: Exportações petrolíferas em comparação com as exportações totais da Venezuela (2001-2005)

Ano	Exportações petrolíferas perante o total de exportações (em porcentagem)
2001	77,4
2002	77,8
2003	78,5
2004	80,5
2005	84,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de PODE (2010)

A partir dos fatos mencionados acima, a política de Hugo Chávez aprofundou a implementação do que este chamou de “Socialismo do século XXI”. Utilizando a PDVSA como seu fiel “investidor” para a ideologia bolivariana, a Venezuela, e aproveitando-se do preço alto do petróleo, empregou o dinheiro oriundo do comércio de hidrocarbonetos, em alguns programas de desenvolvimento de infraestrutura e social do país, de acordo com El País (2005):

(...) PDVSA, responsável por um quinto exportador de cruído do planeta, tem entrado em um processo de mutação. Aproximadamente 15% dos seus ingressos têm se direcionado para os projetos sociais promovidos pelo Governo do presidente Hugo Chávez: desde construções de rodovias até programas de alfabetização, para totalizar 3,5 bilhões de dólares investidos no ano de 2004 (EL PAÍS, 2005, tradução própria).²⁷

Para dar seguimento ao plano dito anteriormente, Hugo Chávez, através da PDVSA, que seria a principal investidora no processo, impulsionou a criação do modelo produtivo socialista, após nacionalizar setores como a siderurgia, telecomunicações, eletricidade e parte do setor alimentar. Para a execução do projeto de produção, seria necessário criar empresas dedicadas à produção de bens e serviços, denominadas como Empresas de Produção Social (EPS), que seriam responsáveis pelo controle dos setores não ligados ao petróleo (LOPES, 2011).

Chávez estava disposto a introduzir o Socialismo do século XXI. O ideal, para este, seria que os trabalhadores tivessem direitos iguais, sem vantagem entre um e outro, conforme a plena definição de Lopes (2011) dada para a EPS:

²⁷Disponível em: <<https://elpais.com/>>. Acesso em: 22 de dez. De 2019

As empresas de produção social são definidas como empresas dedicadas à produção de bens e serviços, e são geridas de forma igualitária por todos os trabalhadores que nelas exercem alguma atividade produtiva, sem nenhum tipo de vantagem ou privilégio devido à função hierárquica desempenhada, sendo as decisões tomadas em, função do planejamento definido pela participação de todos os trabalhadores (LOPES, 2011, p. 86).

No plano de trazer o povo trabalhador para as decisões soberanas e centrais da produção venezuelana, também estava presente a intenção de investir na agricultura para gerar alimento para o povo venezuelano, com a intenção de garantir a soberania alimentar própria, isto é, não precisar importar alimentos. No caso, os Estados Unidos, grandes rivais de todo o ideal de Hugo Chávez, eram os principais fornecedores de cereais, especialmente o trigo, para os países latino-americanos (RAFFESTIN, 1993) e também os maiores exportadores de outros produtos, como azeite (OCE, 2017). Diante deste quadro, a PDVSA, entre 2004 e 2008, enviou mais de 3,4 bilhões de dólares para o governo investir em programas de desenvolvimentos do setor agrícola (LOPES, 2011)²⁸. De qualquer jeito, o país seguia importando alimentos, sendo que, no período 2005-2008, a compra destes chegou a 193% (LOPES, 2011).

4.1 Geopolítica petrolífera do Chavismo

O presidente do país, Hugo Chávez, ainda tinha uma herança vinda com o processo de Abertura Petrolífera dos anos 1990, que eram as atuações dos estrangeiros, em caráter neoliberal, nos hidrocarbonetos venezuelanos através dos convênios operativos e associativos, conforme explicado no capítulo anterior. Assim, a República Bolivariana da Venezuela precisava de uma mudança na sua Lei para regularizar de vez o poder máximo estatal e nacional. Finalmente, no ano de 2006, o governo venezuelano, através da figura do Ministério de Energia e Petróleo, modificou o sistema de cooperações entre a PDVSA e as companhias privadas. A partir desta data, para uma companhia privada estrangeira atuar no país, torna-se necessária a criação de Empresa Mista, onde a República venezuelana seria responsável por, ao menos, 60% de todo o processo petrolífero. (PDVSA, 2006).

²⁸ Para conferir os valores e as missões sociais completas, ver PODE (2010, pp. 56-57)

Contrariando o que a imprensa mundial, as grandes potências e as companhias privadas pensavam, o governo venezuelano seguiria permitindo a participação das companhias privadas no país, visto que o próprio Hugo Chávez compreendia que o quadro econômico nacional não possibilitaria a total autonomia na produção petrolífera. Porém, para as companhias privadas seguirem participando, seria necessário que aceitassem o que o governo mandava, sendo que todas as ações deveriam ser comunicadas ao Ministério de Energia e Petróleo, conforme diz no próprio documento da companhia estatal venezuelana: “Restringe a transferência das ações do acionista minoritário, tanto na forma direta quanto na indireta, por via de uma alteração de controle do próprio acionista minoritário, sem autorização expressa do Ministério de Energia e Petróleo” (PDVSA, 2006, p. 11, tradução própria).

Com a mudança para o sistema de Empresas Mistas, a nação venezuelana obteve nova vitória quanto ao poder soberano sobre o petróleo a ser comercializado para o exterior. A partir deste novo sistema de funcionamento de parceria com o sistema privado, a República Bolivariana da Venezuela, através da PDVSA ou de qualquer outra representante estatal, seria a única responsável por enviar o petróleo, extraído em solo ou mar venezuelano, para outros países, conforme está dito na série *Plena Soberanía*, da PDVSA: “As Empresas Mistas entregarão a totalidade da sua produção de hidrocarbonetos para a PDVSA e esta venderá a produção aos clientes que considera convenientes.” (PDVSA, 2006, p. 19, tradução própria). Assim, os venezuelanos teriam a liberdade e o pleno poder de decidir o que fazer com o petróleo e para onde mandar este hidrocarboneto, algo que não foi aceito por diversas companhias privadas estrangeiras, como a ConocoPhillips e a ExxonMobil

A figura mostra onde as Empresas Mistas passaria a atuar no país; vale destacar que, conforme é ilustrado na figura 5, as maiores participações destas seriam na Faixa do Orinoco e em Maracaibo (no extremo Oeste do país), os dois principais focos petrolíferos no país.



FIGURA 5: VENEZUELA: Localização e dimensão das Empresas Mistas .Fonte: PDVSA (2006).

Na mesma época da implementação do sistema de Empresas Mistas, o governo Chavista, juntamente com a PDVSA, edificou um novo plano, que seria o eixo vertical do Plano de Desenvolvimento da Nação: o plano *Siembra Petrolera* (2005-2030), com delimitação do período 2006-2012, que tinha os objetivos de diversificar a produção e as riquezas territorialmente — visto que um país desenvolvido precisa que boa parte de suas regiões seja próspera—, fortalecer o setor industrial e os demais setores produtivos e sociais e potencializar a participação da grande petrolífera estatal na nova constituição econômica nacional. Para a execução deste plano, o governo e a PDVSA calcularam cerca de 56 bilhões de dólares a serem investidos entre 2005 e 2012, sendo que a operadora estatal venezuelana seria responsável por 70% do projeto, enquanto os setores privados nacional e internacional ficariam com 30% (AVALO, 2010). Portanto, este plano seria uma nova ferramenta para a nação venezuelana exercer o poder sobre os hidrocarbonetos e a indústria nacional, consolidando a sua força soberana sobre o território contra o domínio estrangeiro.

Com o *Plan Siembra Petrolera* (2006-2012), a Venezuela daria atenção para a extensão de suas atividades petrolíferas, como o refino. Segundo este plano, o objetivo seria aumentar a capacidade de refinação em cerca de 700000 barris diários e, finalmente, refinar no próprio território (AVALO, 2010). Os dados da tabela 16 ilustram como os venezuelanos aumentaram consideravelmente o processo de refinação após os investimentos pesados da PDVSA:

TABELA 16. VENEZUELA: Refino do petróleo venezuelano (2003-2008)

Ano	Refino (em barris diários)
2003	1.046.000
2004	1.058.000
2005	1.131.000
2006	1.022.000
2007	1.166.000
2008	1.269.000

Fonte: OPEP (2019).

O novo plano implementando pelo governo venezuelano também esteve focado em analisar as explorações petrolíferas, através dos eixos denominados Magna Reserva, que tratariam em quantificar e certificar as reservas prováveis de petróleo situadas na Faixa do Orinoco. Além deste projeto, o governo Chavista também propôs a divisão do Orinoco em 27 partes para a exploração, sendo esta ação realizada pela PDVSA e associações, no sistema de Empresa Mista, com as companhias privadas, sendo a companhia estatal venezuelana a grande dona de qualquer movimentação na área descrita anteriormente (AVALO, 2010). Com estes esforços, a Venezuela registrou aumento no número de reservas provadas, especialmente após 2006, ano do início da aplicação do plano. A tabela 17 comprova o êxito do governo em buscar mais reservas.

TABELA 17. VENEZUELA: Reservas petrolíferas provadas (2003-2007)

Ano	Reservas provadas (em milhões de barris)
2003	77.140
2004	80.582
2005	80.012
2006	87.324
2007	99.377

Fonte: PODE (2010)

Além do petróleo, o gás também recebeu atenção do governo venezuelano. Dentro do plano *Plan Siembra Petrolera*, desenvolveu-se o projeto Delta-Caribe, cujo objetivo era desenvolver o gás nas diversas áreas do território venezuelano, como na faixa atlântica do país, nas águas situadas ao norte do estado de Sucre, no leste

venezuelano, dentre outras (AVALO, 2010). Graças aos investimentos em exploração, a Venezuela registrou aumento nas reservas de gás, conforme mostra a tabela 18:

TABELA 18. VENEZUELA: Reservas provadas de gás natural (2003-2007)

Ano	Reservas provadas (em trilhões de metros cúbicos)
2003	4,7
2004	4,8
2005	4,8
2006	5,2
2007	5,4

Fonte: BP (2019).

Assim, além do Plan de desarrollo económico y social de la nación (2001-2007), o *Plan Siembra Petrolera*, também serviu para a Venezuela consolidar a sua luta contra a monopolização estadunidense no que toca a questão dos hidrocarbonetos. Dentro dos eixos deste plano, havia um específico que tratava sobre a integração energética regional como forma de combate ao imperialismo estadunidense. Chávez via a possibilidade da união de Energia com os demais países latino-americanos como um instrumento para garantir a soberania territorial. Além da integração energética com as nações latino-americanas, o presidente venezuelano possuía um outro desejo: diversificar as exportações de petróleo e gás, ou seja, comercializá-los para outros países além dos Estados Unidos (AVALO, 2010). Isto é complementando por Zurita (2006):

(...) as relações são um instrumento incontável de articulação na reorganização de uma nova plataforma nacional conjunta para dar resposta apropriada à nova conjuntura apresentada no continente sul-americano e a converter-se em uma resposta regional ante o impulso da globalização em curso, liderada pelos Estados Unidos. Assim, a história presente das relações se torna para o futuro a unidade do continente sul-americano (ZURITA, 2006, pp. 12-13, tradução própria).

Assim, é necessário relatar algumas relações comerciais e políticas venezuelanas com os demais países latino-americanos, como forma de fortalecer a Geopolítica petrolífera venezuelana e latino-americana.

4.2 Relações entre Venezuela e alguns países sul-americanos

Hugo Chávez sempre foi crítico ao projeto neoliberal implementado pelo FMI e pelos Estados Unidos na América Latina, especialmente após este último formalizar a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), um bloco que serviria para empregar o livre comércio, ou seja, menos interferência dos governos nas decisões políticas, econômicas e territoriais, dando total privilégio para os planos estadunidenses. Também havia críticas do presidente venezuelano ao imperialismo praticado pelo país norte-americano, ao ponto de acusar o governo dos EUA de influenciar a política interna dos países latino-americanos, em situação similar ao da Venezuela, que por décadas esteve comandada por uma política petroleira comandada pelas companhias petrolíferas privadas do país anglo-saxão. Sendo assim, partindo do cenário de intervenção dos “falcões do Norte”, os venezuelanos começaram a incentivar acordos estratégicos, quase todos voltados para a integração energética, com os países latinos, e também a fortalecer a união destes através de novos blocos regionais.

Tomando-se em conta as semelhanças político-ideológica e o fato da Bolívia ser uma importante detentora de reservas de gás natural, o Equador ser membro da OPEP, o Uruguai ser um importante fornecedor alimentício e Brasil e Argentina serem as grandes potências no continente, optou-se por explicar as relações venezuelanas com estas nações.

4.2.1 Relações político-econômicas entre Venezuela e Argentina

A Venezuela, no período Chavista, manteve fortes relações com a República Argentina, especialmente após Néstor Kirchner ter assumido a presidência deste último em 2003, visto que Kirchner era também forte crítico ao projeto neoliberal tão aclamado pelos Estados Unidos. O novo presidente argentino salientou que era necessário manter relações com os países latino-americanos, pois era uma forma perfeita de conseguir a soberania regional contra as grandes potências; com o projeto nuclear argentino, sendo que, a aquela altura, já estava em planejamento a implementação do terceiro reator nuclear argentino e o processo de enriquecimento

em urânio (MARIRRODRIGA, 2007)²⁹. Assim, a união entre os dois países, quanto ao quesito energético, se deu no apoio argentino ao projeto petrolífero venezuelano, enquanto a Venezuela deu respaldo ao projeto nuclear argentino. No caso, o governo venezuelano, através da PDVSA, ofereceria navios petroleiros à Argentina para o transporte de petróleo (MADURO, 2019), bem como estabeleceria cerca de 600 estações de serviços de combustíveis no país platino (EL GOBIERNO, 2019)³⁰, enquanto o governo argentino ofereceria a possibilidade dos Venezuelanos importarem produtos agrícolas e alimentícios, como a soja e laticínios (ARGENTINA, 2009)³¹.

A PDVSA seguiu mantendo contato com a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), companhia argentina de hidrocarbonetos. Em 2005, com o propósito de ambos os países fortalecerem a integração energética, a companhia venezuelana propôs comprar 10% das participações de produção de cruído da YPF na Argentina, com a intenção de potencializar a indústria petrolífera na nação argentina. (PDVSA, 2005), visto que, neste ano, a produção argentina era de 842 mil barris diários, a terceira maior da América do Sul, apenas atrás de Venezuela, com 3.302.000 barris diários produzidos, e Brasil, com 1.706.000 barris por dia (BP, 2019).

4.2.2 Relações político-econômicas entre Venezuela e Brasil

A Venezuela também se dispôs a aliar-se com a República Federativa do Brasil; de certa forma, ao longo do século XX, os dois países possuíam boas relações, mas ainda longe de serem intensas. Com a entrada de Hugo Chávez e, principalmente, com a entrada de Luís Inácio Lula da Silva no máximo cargo da política brasileira (presidente), as duas nações converteram-se em fortes aliadas nos planos políticos, econômicos, ideológicos (visto que ambos eram da Esquerda política e contrários aos interesses estadunidenses) e energéticos. Sendo o Brasil a maior potência econômica da América Latina, e com uma demanda estimada em 2.209.000 barris de petróleo em 2005 (OPEP, 2019), e a Venezuela o país com as maiores reservas petrolíferas do

²⁹ Disponível em: <https://elpais.com/diario/2007/03/02/internacional/1172790011_850215.html>. Acesso em: 15 de dez. 2019

³⁰ Disponível em: <https://tn.com.ar/politica/el-gobierno-analiza-la-actividad-de-pdvsa-en-la-argentina_936445>. Acesso em: 11 de dez. de 2019.

³¹ Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2009/01/22/actualidad/1232578812_850215.html>. Acesso em: 11 de jan. 2020.

continente (BP, 2019), era óbvio que, com ambos possuindo posicionamentos políticos em comum, as duas nações realizassem acordos envolvendo petróleo, gás, eletricidade e alimentos.

No ano de 2005, a PDVSA, junto com a Petrobras (do Brasil), estabeleceu o projeto de produção de gás natural no campo marítimo venezuelano denominado *Mariscal Sucre*. Este projeto³² daria a possibilidade de produzir cerca de 18 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, e apresentando investimentos de 2,5 bilhões a 3 bilhões de dólares (ORDOÑEZ, 2007)³³.

O projeto de produção de gás natural no campo marítimo *Mariscal Sucre* foi apenas o início do estreitamento de relações entre a PDVSA e a Petrobras. Empenhados na indústria de hidrocarbonetos, as duas companhias estabeleceriam diversos planos que fortaleceriam os laços entre Venezuela e Brasil, bem como as amizades, especialmente no tocante à energia, com os demais países sul-americanos, como a Bolívia.

Grande parte do petróleo encontrado na Faixa do Orinoco, na Venezuela, é pesado e extra-pesado, o que significa necessitar de um desenvolvido processo de refino para a sua utilização como gasolina, diesel e outros tipos. Por outro lado, o Brasil, sendo o país latino-americano que mais refinava petróleo em 2005 (BP, 2019), precisava deste hidrocarboneto para atender as suas necessidades, visto que, por conta da sua indústria, era a nação latino-americana que possuía a maior demanda petrolífera (BP, 2019); vale ressaltar que o a república brasileira também buscava a construção de uma refinaria para realizar o refino do seu petróleo. Diante deste quadro, a PDVSA e a Petrobras, em 2005, realizaram um acordo para o estabelecimento de uma refinaria no município de Ipojuca, no estado brasileiro de Pernambuco, e em troca, a companhia estatal venezuelana permitira a companhia estatal brasileira explorar em algumas partes na Faixa do Orinoco, na Venezuela.³⁴

³²Contudo, o projeto não se desenvolveu, porque a Petrobras queria que a PDVSA exportasse o gás produzido, enquanto a companhia estatal venezuelana possuía a intenção de disponibilizar o gás somente para consumo interno (ORDOÑEZ, 2007)

³³ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-pdvsa-nao-se-entendem-sobre-producao-de-gas-na-venezuela-4155417>>. Acesso em: 30 dez. de 2019.

³⁴Os propósitos energéticos propostos por Hugo Chávez tinham características de reciprocidade mútua. Assim, os governos da Venezuela e do Brasil, através desta refinaria, também seguiriam as suas relações com acordos de investimentos em diversos campos petrolíferos e outras refinarias, com o intuito de aumentar a produção e o refino de ambas as nações, de acordo com o descrito em Petrobras (2005): A Diretoria Executiva autorizou o detalhamento dos estudos destinados à implantação de uma refinaria em Pernambuco com participação de 50% de cada companhia e capacidade para processar 200 mil barris de petróleo pesado por dia (...). O investimento projetado

4.2.3 Relações político-econômicas entre Venezuela e Uruguai

A Venezuela também começou a ter relações comerciais, políticas e energéticas mais intensas com a *República Oriental del Uruguay*, o Uruguai, a partir da tomada de posse da presidência por parte de Tabaré Vázquez, em 2005. Com os mesmos ideais de união contra os Estados Unidos e os ideais neoliberais e unilaterais deste último, os dois presidentes estreitaram os vínculos.

Este pequeno país platino é um dos grandes destaques do mercado de carnes no continente, e a Venezuela, como já abordado, é rica em petróleo, mas pobre no setor alimentício, precisando importar alimentos. Como o Uruguai não possui destaque algum no campo dos hidrocarbonetos, o país precisa importar petróleo e seus derivados para satisfazer a sua demanda de gasolina e diesel da frota de veículos. Diante destes fatos, os dois países decidiram realizar um acordo em que consistia da seguinte forma: O Uruguai exportaria à Venezuela carne bovina, remédios e equipamentos médicos, em troca do petróleo venezuelano. (EL PETRÓLEO, 2010).³⁵

Assim, no ano de 2008, a PDVSA venderia ao Uruguai cerca de 17 mil barris diários de petróleo; de acordo com o presidente uruguaio, o seu país, graças a esta importação, teria por volta de 25 anos da garantia de abastecimento total. (EL PETRÓLEO, 2010). Como parte do acordo deste mesmo ano, a companhia petrolífera venezuelana daria a permissão para a *Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland* (Ancap), companhia estatal uruguaia, explorar uma jazida de petróleo na Faixa do Orinoco (EL PETRÓLEO, 2010). E assim, graças a estas trocas comerciais, Chávez colocava em prática o seu sonho de uma soberania plenamente latino-americana utilizando o Uruguai como instrumento aliado para tal.

é de US\$ 2,5 bilhões (sendo 50% de cada companhia). O esquema de refino será orientado para maximizar a produção de óleo diesel e gás liquefeito de petróleo, para atender o crescimento da demanda de derivados do Nordeste em 2011 (Petrobras, 2005). Disponível em: <<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/8355/c-8355-ptb.html>> Acesso em: 25 de out. 2019.

³⁵ Disponível em: <<https://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/el-petroleo-marca-la-relacion-entre-venezuela-y-uruguay>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

4.2.4 Relações político-econômicas entre Venezuela e Equador

O governo de Hugo Chávez foi bem próximo ao governo da *República del Ecuador*, o Equador. Este país, que detém as terceiras maiores reservas provadas da América do Sul (BP, 2019), havia deixado de ser membro da OPEP em 1992, mas optou pelo retorno a esta organização no final de 2007, sob o mandato de Rafael Correa, que também era um político que possuía pensamentos similares aos do presidente venezuelano. Obviamente, os negócios envolvendo ambos os países eram em torno do petróleo, visto que o Equador, apesar de ser produtor, é altamente dependente deste recurso energético.

No ano de 2008, o presidente equatoriano, Rafael Correa, aceitou a entrada da PDVSA em seu país, visto que a companhia venezuelana possuía poder econômico melhor, auxiliando, assim, na produção e no refino do petróleo equatoriano; em troca, o governo venezuelano também permitiria o ingresso da Petroecuador, a companhia estatal equatoriana, em seu território (MAYORGA, 2008). O outro ponto deste acordo firmava no outorgamento do campo petrolífero equatoriano Sacha para a PDVSA, enquanto as autoridades venezuelanas entregariam o campo de petróleo de Ayacucho para a Petroecuador (UC, 2010). Quanto a este último eixo, Mayorga (2008) descreve como era a repartição entre as companhias dos respectivos países: “A aliança estava planejada no acordo de empréstimo de serviços de acordo com o qual a PDVSA no Equador obtinha 30% dos ganhos e Petroecuador o restante, 70%.” (MAYORGA, 2008, p. 43, tradução própria). Ou seja, a Venezuela respeitaria a soberania do país ao permitir que o “hospedeiro” fique com a maior parte do negócio, ao contrário de um acordo com os Estados Unidos, pois este último ficaria com quase todo o negócio.

No tocante à refinaria, em 2009, o Equador, com apoio da Venezuela, projetou a construção da refinaria denominada *Refinería del Pacífico*, localizada perto do acesso ao *Puerto Pesquero San Mateo*, que dá acesso ao Oceano Pacífico. Esta refinaria seria financiada pelos governos da Venezuela, do Equador e por qualquer país que quisesse investir, contanto que os representantes das duas nações fossem os reguladores do projeto, que contaria com orçamento inicial de 12 bilhões de dólares estadunidenses (MAYORGA, 2008).³⁶

³⁶O projeto não teve êxito. Porém, apesar da ineficiência técnica, não se pode dizer o mesmo para lado geopolítico, pois marcou profundamente a aproximação entre os dois países em defesa dos

4.2.5 Relações político-econômicas entre Venezuela e Bolívia

As relações entre os governos de Venezuela e Bolívia se acercaram a partir de 2006, quando Evo Morales assumiu a presidência do segundo país; este importante personagem político, assim como Hugo Chávez, possuía a mentalidade de defesa dos hidrocarbonetos presentes no território boliviano, como forma de garantir a soberania sobre o gás e, respectivamente, território. A prova clara foi quando o chefe boliviano utilizou as Forças Armadas bolivianas para garantir o processo de nacionalização do gás boliviano, logo no seu primeiro ano de mandato, e tomando a posse das propriedades que pertenciam às companhias privadas.

A Bolívia possui a segunda maior reserva de gás natural da América do Sul, apenas atrás exatamente da Venezuela (BP, 2019). Desta forma, as relações entre os dois governos socialistas, anti-Estados Unidos e opositores ao FMI e o projeto neoliberal, teriam tendência aos planejamentos envolvendo o gás natural, visto que a nação boliviana dependia quase que exclusivamente deste hidrocarboneto para sanar as deficitárias condições socioeconômicas do país. Sendo assim, Hugo Chávez prometeu, além de defender os ideais de Evo Morales, criar uma empresa binacional venezuelana-boliviana, a Petroandina, que seria responsável por todos os assuntos envolvendo o gás dos dois países. (ROMERO, 2010) e apoiar a reconstrução e a nacionalização da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*, a YPFB (VARGAS, 2005).

4.3 Blocos político-econômicos regionais contra a influência estadunidense

Após assumir o poder, Hugo Chávez, mostrava oposição extrema aos blocos criados pelos Estados Unidos, como o *North American Free Trade Agreement* (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), conhecido pelo acrônimo de NAFTA, e a ALCA, que, segundo o mesmo, era um projeto de extensão para o continente americano inteiro. O objetivo central desta segunda proposta político-econômica era tirar toda a legislação antecedente das nações e realizar uma nova regulação

respectivos territórios contra os interesses das companhias privadas e dos Estados Unidos (MAYORGA, 2008).

continental que proteja os interesses das companhias transnacionais, garantindo o poder dos EUA sobre a América Latina (VARGAS, 2005). Diante deste quadro considerado perverso para as nações latino-americanas, o presidente venezuelano, inspirado nos ideais de Simon Bolívar, considerado o libertador da América, levantou a voz contra o governo estadunidenses e as companhias privadas internacionais, estabelecendo alianças através de blocos econômicos regionais para unir a “Pátria grande americana”.

No âmbito da união política, econômica e energética, Hugo Chávez e o presidente cubano, Fidel Castro, formalizaram, em 2004, a criação da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA). Este bloco seria de ajuda mútua entre os países participantes,³⁷ onde não haveria concorrência de exploração, produção, refino e comercialização, visto que o objetivo principal era frear a influência estadunidense sobre os membros do bloco. O documento do bloco ALBA (2004) complementa:

A complementaridade econômica e a cooperação entre os países participantes e não a competição entre países e produções, de tal modo que se promova uma especialização produtiva eficiente e competitiva que seja compatível com o desenvolvimento econômico equilibrado em cada país, com as estratégias de luta contra a pobreza e com a preservação da identidade cultural de cada país (ALBA, 2004, tradução própria).

A partir da ALBA, diversos blocos energéticos regionais, sob funcionamento similar a uma empresa de Energia, seriam criados para estabelecer a segurança energética entre os países, sem precisar da interferência dos Estados Unidos e das companhias privadas (salvo em caso destas participarem de acordo com as ordens de cada governo). Um exemplo a ser citado é a PetroAmerica, algo já pensado por Hugo Chávez desde 1999, conforme mencionado neste trabalho. Esta associação petrolífera pretendia realizar acordos de cooperação, isto é, de forma com que um país ajude ao outro no que toca a questão dos hidrocarbonetos, pois, para o presidente venezuelano, seria injusto cobrar aos países pobres o preço real de cada barril de petróleo (CHÁVEZ, 2007)³⁸. Assim, a PDVSA (2015) descreveu todo o ideário envolvido pela PetroAmerica:

³⁷Os países participantes deste bloco: Antigua e Barbuda, Cuba, Dominica, Granada, Nicarágua, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname e, obviamente, Venezuela. Os países que entraram e saíram deste bloco: Bolívia, Equador e Honduras.

³⁸Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/11/09/ult34u192735.jhtm>>. Acesso em: 05 de jan. de 2020.

Petroamérica surge como uma proposta do Governo da República Bolivariana da Venezuela para a integração energética dos povos do continente, marcada na Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e estabelecida nos princípios de apoio e complementaridade das nações no uso equitativo e democrático dos recursos no progresso de seus povos (PDVSA, 2015, tradução própria).

O acordo firmado entre Venezuela e Cuba, realizado em meados dos anos 2000, ilustra as negociações que seriam feitas entre as nações perante o novo regimento. O governo venezuelano, através da PDVSA, enviaria petróleo e derivados para os cubanos, enquanto que o país insular mandaria médicos e equipamentos de medicina para a nação comandada por Hugo Chávez (SÉBILLE-LOPEZ, 2006). Portanto, o acordo traria a seguinte característica: a Venezuela forneceria petróleo e gás para os componentes da ALBA, enquanto estes disponibilizariam, especialmente, alimentos para a Venezuela; tudo seria feito de forma amigável, de forma com que a soberania territorial de cada país seria plenamente respeitada.

Ao manter contatos frequentes com Cuba, Hugo Chávez também propôs acordos petrolíferos para a região caribenha, aproveitando e, assim, prolongando o já existente Tratado de San José. Desta maneira, também em 2005, nascia a Petrocaribe, um bloco formado por Venezuela e países do Caribe para tratar de assuntos envolvendo hidrocarbonetos. A companhia estatal venezuelana auxiliaria as demandas apresentadas pelas nações deste agrupamento, como na questão e fornecer petróleo e derivados e na construção de refinarias. A estratégia da PDVSA era fazer-se presente no Caribe através da sua filial, a PDV Caribe S.A, para assim disponibilizar o petróleo, com tecnologia venezuelana, em vez de estrangeira, para os caribenhos.

Através da Petrocaribe, os países caribenhos conseguiram aumentar o acesso ao petróleo e derivados, conforme salienta PDVSA (2015):

Aumentou a capacidade de armazenamento de combustíveis e derivados em 6%, ao passar de 617 Mbls para 652 Mbls na região do Petrocaribe, em São Vicente e Granadinas e Granda. (...) Em Granada, inaugurou-se A Planta de preenchimento de cilindros de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) "Hugo Chávez, com capacidade de produzir até 20000 unidades mensais. Instalaram-se quatro tanques de armazenamento de GLP (...) (PDVSA, 2015, tradução própria).

Além dos blocos sub-regionais acima, ainda há uma a ser mencionada: a Petrosur. Este bloco sub-regional, também idealizado por Hugo Chávez, surgia, em 2004, para a integração energética da Venezuela com as duas principais potências da América do Sul: Brasil e Argentina, sendo que depois seria aumentada com a adesão de Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Quando se fala em Geopolítica do petróleo, torna-se necessário frisar que deveriam pensar nos recursos naturais de acordo com os interesses estratégicos, e não somente com no ponto comercial. Assim, as nações precisavam se atentar ao controle não apenas das reservas de hidrocarbonetos, mas também da produção, do refino, da comercialização e da distribuição (VARGAS, 2005). Ao pensar nisso, Hugo Chávez empenhou-se em também garantir a defesa da integridade caribenha e sul-americana através do Grande Gasoduto do Sul³⁹, um projeto empenhado pela PDVSA, Petrobras e a também estatal argentina, a *Energía Argentina Sociedad Anónima* — ENARSA — (que garantia o fornecimento energético do Caribe ao Uruguai, conforme a figura 6:

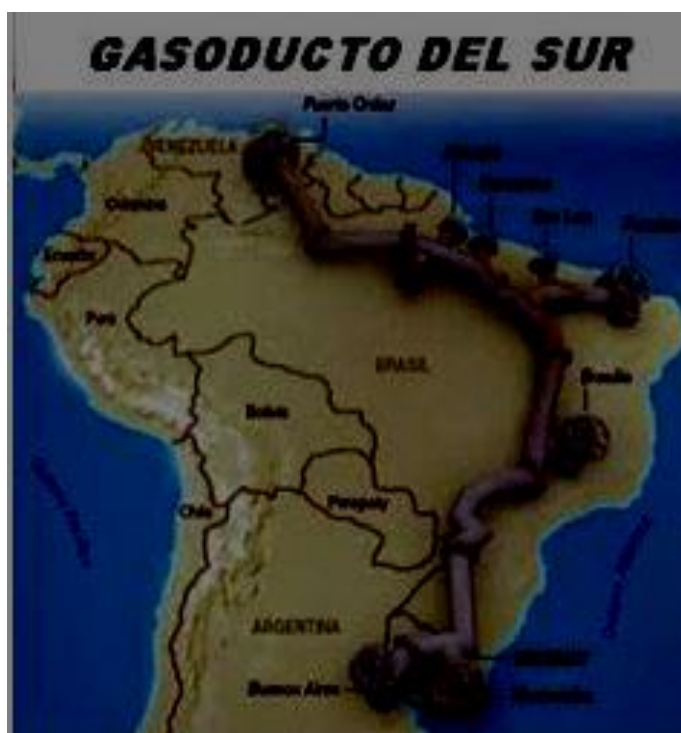


FIGURA 6: AMÉRICA: Mapa do Gasoduto do Sul. Fonte: Polidrez (2009)⁴⁰

³⁹Contudo, o governo brasileiro, posteriormente, não achou que o projeto era rentável, e o projeto foi, em suma, cancelado.

⁴⁰Disponível em: <<https://polidrez.blogspot.com/search?q=El+Gran+Gasoducto+del+Sur>>. Acesso: 15 de jan. de 2019.

Assim, o governo chavista tentou, de todas as formas, unir o território latino-americano de todas as formas possíveis através dos projetos Petroamerica, Petrosur e Petrocaribe, cujas denominações são diferentes entre si em virtude da área geográfica abordada, mas, na verdade, possuem a mesma função de proclamar a integração política, econômica e energética da América Latina como forma de defesa contra os interesses estadunidenses e das companhias petrolíferas transnacionais (VARGAS, 2005).

Graças aos estímulos em diversificar os destinos de exportações, a Venezuela conseguiu ser mais independente desta ação em relação aos Estados Unidos, mesmo o país norte-americano ainda seja o destino principal do envio de petróleo venezuelano. A figura 7 ilustra este novo cenário:

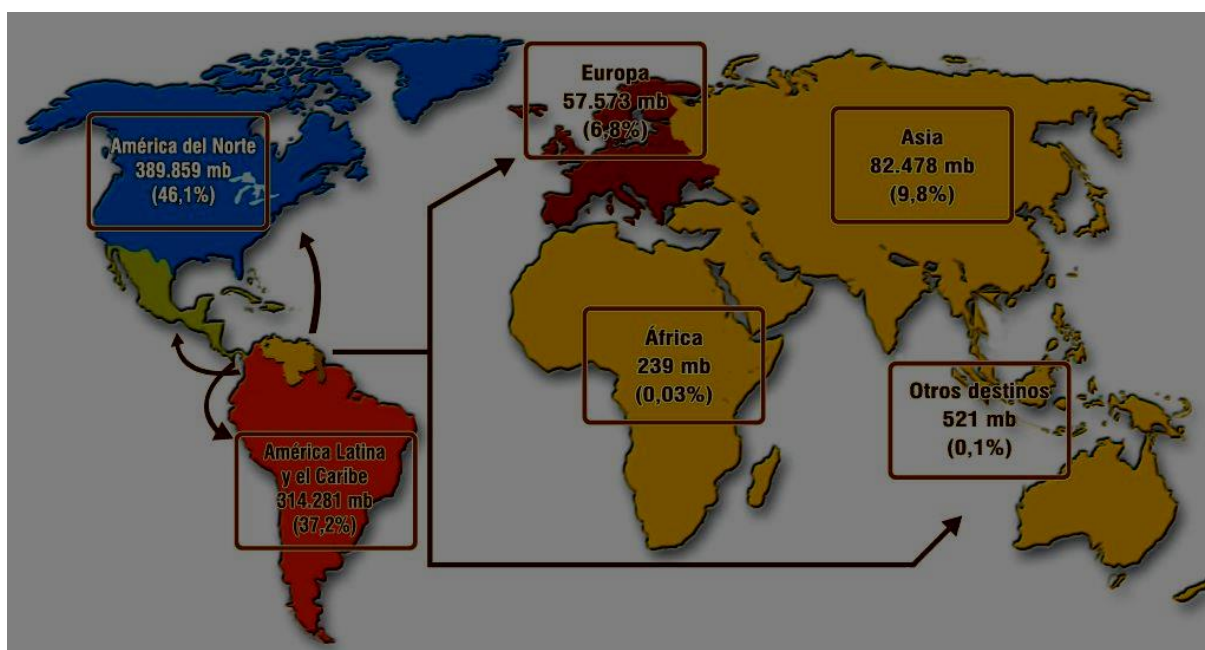


FIGURA 7: MUNDO: Destino das exportações de petróleo venezuelano em 2010. Fonte: PODE (2010).

Com base na figura 7, percebe-se que, somando América Latina e Caribe com a Ásia, a porcentagem de exportação, em 2010, era maior do que da América do Norte (Estados Unidos e Canadá. Obviamente, os Estados Unidos não ficaram satisfeitos com estas conversas, e partiram para o contra-ataque.

4.4 Reação dos Estados Unidos

Desde o início do mandato chavista, os Estados Unidos foram contrários aos ideais de Hugo Chávez, ao ponto de acusá-lo de ditador e de ferir os direitos humanos. Além da preocupação do governo estadunidense com as ações anti-EUA por parte do presidente venezuelano, novos atores entrariam no cenário: China e Rússia, causando ampla revolta por parte dos estadunidenses.

A China, que possui a segunda maior demanda petrolífera do mundo (OPEP, 2019), a maior população mundial e um consumo elétrico aumentado em 15 vezes (SÉBILLE-LOPEZ, 2006), o que a faz ser uma nação importadora de hidrocarbonetos, visto que a sua produção petrolífera e gasífera não atende as necessidades, tem se tornado a grande aliada da Venezuela. Os interesses chineses neste país são: ajuda em infraestrutura, como a construção de ferrovias para o transporte petrolífero até o litoral venezuelano voltado para exportação e, obviamente, no petróleo venezuelano como fonte alternativa aos países conflituosos do Oriente Médio. Por exemplo, em 2004, Hugo Chávez passou a permitir a investida chinesa nas reservas petrolíferas venezuelanas, com o intuito de aumentar a produção, em troca dos investimentos chineses em agricultura (SÉBILLE-LOPEZ, 2006). Cinco anos depois, em 2009, os chineses anunciaram que construiriam uma refinaria no país sul-americano para refinar o petróleo pesado e ultra-pesado do Orinoco (CHINA, 2009)⁴¹.

A outra nação aliada da Venezuela chavista era a Rússia, que havia se recuperado do esfacelamento soviético e da sua crise econômica de 1998. De volta ao cenário da Geopolítica mundial, os russos, assim como Hugo Chávez, são opositores ao poder praticado pelos Estados Unidos, assim como apresentam a defesa pela multipolaridade do poder. Desta forma, a Rússia vêm auxiliando na defesa militar da Venezuela, ao ponto de lhe oferecer armas, como os 24 jatos Sukhoi e mais de 100 mil rifles Kalashnikovs (VENEZUELA, 2009)⁴² e transporte militar (caças e navios de guerra). Assim, na ótica chavista, esta compra de armas estava relacionada à defesa das reservas de petróleo e de gás contra os Estados Unidos.

Assim, com o fortalecimento do vínculo da Venezuela com os demais países latino-americanos, bem como o início das interferências de Rússia e China, o governo

⁴¹Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7898809.stm>>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

⁴²Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090914_venezuela_russia_dg>. Acesso em: 22 de jan. 2020.

estadunidense, vendo que o seu ideal de “América para os americanos”⁴³ estava sendo ameaçado, lançaria ofensivas para impedir o sucesso das ações chavistas. Por exemplo, no ano de 2004, a Condoleeza Rice, figura central nos governos Bush e Obama, fazia apelo para que os países próximos à Venezuela, especialmente os aliados aos EUA, estivessem atentos à ameaça chavista de desestabilizar a região, afirmando que o governo de Hugo Chávez era uma “ameaça para a região” (citado por SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 103).

As tentativas estadunidenses de desestabilizar a Venezuela também passavam pelos incentivos à divisão política dentro do próprio país, de maneira similar ao período da Guerra Fria, quando Zbigniew Brzezinski, braço direito do presidente estadunidense Jimmy Carter, instigava os conflitos internos na União Soviética, ao colocar as regiões muçulmanas contra o governo central de Moscou (citado por Mello, 1999). Em um quadro parecido, os Estados Unidos instigava os opositores de Hugo Chávez a protestarem contra o governo chavista; a intenção era desunir internamente a Venezuela para que este país enfraquecesse, o que tornar-se-ia mais fácil para os estadunidenses recuperassem o controle dos seus interesses no país sul-americano. Esta prática, por sinal, é conhecida como *Soft Power*, quando uma potência político-econômica, em vez de utilizar a força militar e guerra, usa a oposição interna da própria nação para desestabilizá-la (citado por PEREIRA, 2019). O exemplo perfeito do *Soft Power* estadunidense foi na tentativa de tirar Hugo Chávez do poder em 2002.

Em 2005, o governo dos Estados Unidos, diante dos blocos político, econômico e energéticos criados a partir das ações chavistas, moveu uma carta direcionada à Organização dos Estados Americanos (OEA) para deliberar o isolamento e uma possível intervenção contra regimes considerados antidemocráticos, tal como Hugo Chávez era acusado pelos estadunidenses (SÉBILLE-LOPEZ, 2006). A ideia seria utilizar-se da maneira considerada legalizada para justificar uma possível invasão à Venezuela. Porém, a intenção de George W. Bush era tirar Chávez do poder para voltar a ter acesso facilitado ao petróleo venezuelano e, assim, ser menos dependente do petróleo do Oriente Médio.

A virada da década de 2000 para o decênio de 2010 colocou a Venezuela como a detentora dos maiores campos de petróleo do mundo, pois a OPEP reconheceu a

⁴³ Na verdade, seria a Pan-região do continente americano sob a total égide dos Estados Unidos (citado por MELLO, 1999), isto é, afastar os europeus exatamente para aumentar a influência estadunidense sobre os países da América inteira.

Faixa do Orinoco como a maior reserva petrolífera do mundo. Os próprios dados do cartel do petróleo mostram isso, conforme a tabela 19, que compara a Arábia Saudita (agora a segunda maior detentora de reservas petrolíferas) com a Venezuela.

TABELA 19. MUNDO: Reservas provadas de petróleo em bilhões de barris (2007- 2010)

PAÍS/ANO	2007	2008	2009	2010
Arábia Saudita	264.209	264.063	264.590	264.516
Venezuela	99.377	172.323	211.173	296.501

Fonte: OPEP (2019).

Desta forma, os Estados Unidos ficaram ainda mais desesperados, pois, com mais reservas petrolíferas na Venezuela, e com o total controle destas por parte do governo venezuelano, temiam que Hugo Chávez prosseguisse com suas ideias de integralização da América Latina e bolivarianismo através de acordos petrolíferos, bem como as constantes conversas com os chineses e com os russos, afastando ainda mais o país sul-americano das negociações com os EUA.

Para piorar a relação entre Venezuela e Estados Unidos, a nação sul-americana começava a se aproximar do Irã, país rival dos Estados Unidos desde a Revolução Iraniana de 1979. A revolta estadunidense com esta aproximação se dava pelo acordo entre os dois países, em 2005, que consistia na seguinte forma: “(...) teve por objetivo a assinatura de um contrato visando instaurar um comércio triangular: Caracas forneceria os clientes do Irã na América Latina e Teerã os da Venezuela na Ásia” (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 102). Em 2009, um convênio firmado entre Venezuela e Irã determinou que a PDVSA forneceria 20000 barris diário de gasolina ao país persa (CHIRINOS, 2009).⁴⁴ Como retaliação, em 2011, o governo estadunidense anunciou a aplicação de sanções, método geopolítico e econômico (uma forma de *Soft Power*), contra a companhia estatal venezuelana, que envolviam: diminuir ou até mesmo cortar licenças de exportação petrolífera da PDVSA aos Estados Unidos e a proibição estadunidense de obter contrato com a companhia petrolífera venezuelana (CHIRINOS, 2009).

⁴⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/05/110523_eeuu_venezuela_pdvsa_saciones_cch>. Acesso em 18/01/2020.

4.5 Fim da Era Chávez

Hugo Chávez estipulou acordos graças à alta do preço do petróleo ao longo da década de 2000, muito em conta do avanço da demanda chinesa. Sendo este recurso o escolhido para toda a sua política econômica, significa que quanto mais alto o seu preço, mais forte terá a sua economia e, assim, mais chance de executar a decisão política. Os dados da tabela 20 mostram a alta do preço petrolífero ao longo da década de 2000 e do início do decênio de 2010:

TABELA 20. MUNDO: Preço do barril de petróleo no padrão Brent (2006-2012)

Ano	Preço do barril (em dólares)
2006	65,14
2007	72,39
2008	97,26
2009	61,67
2010	79,5
2011	111,26
2012	111,97

Fonte: BP (2019).

Nota-se que a exceção foi de 2008 para 2009, quando o preço do barril registrou queda em virtude da Crise de 2008, mas que teve recuperação por causa da alta demanda chinesa (BP, 2019). Logo, com os preços do petróleo em alta, torna-se mais difícil diversificar a economia, deixando como consequência o país ser monoexportador desta mercadoria e assim sofrendo a Doença Holandesa. A Venezuela chavista tornou-se mais ainda dependente do petróleo, conforme mostra a tabela 21, que comprova quase a totalidade das exportações petrolíferas perante as exportações totais:

TABELA 21. VENEZUELA: Exportações petrolíferas perante o total de exportações (2001-2012)

Ano	Exportações petrolíferas (%)
2001	77,5
2002	77,8
2003	78,5
2004	80,6
2005	84,4
2006	87,5
2007	90,7
2008	93,5
2009	91,6
2010	92,6
2011	93,4
2012	94,4

Fonte: PODE (2010) e PODE (2014).

Por outro lado, as políticas chavistas realmente deram ao país o poder de controlar os recursos naturais e o exercício da soberania sobre o território venezuelano. Além da participação maior no sistema de Empresa Mista, onde o Estado teria participação de no mínimo 60%, a PDVSA finalmente possuía controle sobre as refinarias. Segundo PODE (2014), a companhia petrolífera estatal controlava 100% das refinarias de *Bajo Grande* e *El Palito*.

No fim da vida, Hugo Chávez conseguiu realizar outro desejo pessoal: diversificar os países com quem negociar para reduzir a dependência aos Estados Unidos, bem como oposição ao projeto de um mundo multipolar defendido pelo país norte-americano. Conforme visto na figura 7, a Venezuela já exportava menos para os Estados Unidos, direcionando o seu petróleo para outros locais, como no próprio continente sul-americano e Caribe, além da Ásia, relacionando-se com países considerados rivais dos Estados Unidos (como Irã, Rússia e Cuba). A tabela 22 mostra esta diversificação de destino de exportação:

TABELA 22. MUNDO: Destino das exportações de petróleo e derivados, em mil barris, da Venezuela (2010-2012)

CONTINENTE/ANO	2010	2011	2012
América do Norte	247.165	185.801	190.042
Caribe	285.086	333.597	302.985
América Central	7.568	7.049	4.508
América do Sul	21.627	19.078	16.868
Ásia	82.478	117.740	201.689
Europa	57.573	40.875	31.286
África	239	1.398	7.184

Fonte: PODE (2014).

A partir dos pontos abordados anteriormente, torna-se compreensível a irritação estadunidense, que começaria a aplicar as sanções contra a Venezuela, gerando inflação, crise de abastecimento alimentício e migração em massa dos venezuelanos. Porém, Hugo Chávez mal veria este cenário, visto que este veio a falecer em março de 2013. Portanto, sobre embargos, retiradas de representantes políticos e as relações políticas e comerciais da Venezuela com China, Índia e Rússia, serão abordados em um trabalho futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Venezuela possui duas fases em sua história: uma anterior ao petróleo e a outra depois do petróleo. Na primeira fase, o país era praticamente irreconhecível, visto que não havia infraestrutura de transporte e comunicação. O país possuía baixo contingente populacional, sendo boa parte da sua população residente e atuante no meio rural. Na segunda fase, já vivendo sob o petróleo, a Venezuela sofreu diversas transformações em seu território, pois com a vinda das companhias petrolíferas estrangeiras, muitas estradas, hospitais e meios de transporte foram implementados, trazendo a urbanização ao país.

O petróleo, especialmente após as guerras ocorridas ao longo do século XX, movimentou todo um campo de discussões e estratégias sobre o seu acesso e provisionamento, especialmente quando toma-se em conta o fato de este recurso estar situado em locais onde a demanda é baixa (como a Venezuela), enquanto as maiores potências mundiais, que não possuem petróleo em abundância, necessitam importá-lo.

Até a década de 1960, o petróleo era visto como meio para gerar riquezas. A partir da formação da OPEP e dos dois choques petrolíferos, este recurso se tornou não apenas um recurso energético, e sim um instrumento geopolítico capaz de garantir o poder sobre o território. A Venezuela aproveitou esta situação e decidiu nacionalizar o petróleo e estabelecer uma companhia, a PDVSA, que seria responsável por gerir este recurso. Contudo, o país entrou na profunda crise econômica, optando pelo Neoliberalismo e pela internacionalização da companhia petrolífera venezuelana, que a partir dos anos 1980 começou a fazer a sua própria geopolítica e não mais representando a Venezuela, mas a si mesma e aos interesses privados. Desta forma, é possível destacar que os venezuelanos estavam perdendo a grande possibilidade de exercer a soberania sobre os recursos naturais e território, preferindo entregá-los nas mãos das companhias estrangeiras.

Especialmente nas mãos de Hugo Chávez, o petróleo converteu-se em um meio para conseguir as receitas necessárias para o estabelecimento de programas sociais para melhorar o país. A linha chavista decidiu utilizar os hidrocarbonetos, e graças à alta dos preços ao longo da década de 2000, como a “salvação” para a

economia, para solucionar as desigualdades sociais (através dos programas sociais) e, principalmente, escapar da influência dos Estados Unidos.

A Venezuela, de fato, conseguiu reduzir a sua dependência em relação aos Estados Unidos, pois diversificou as suas relações com outros países, especialmente os latino-americanos e caribenhos, e portanto, mostrando que, através da diversificação do destino de exportação petrolífera, o petróleo é convertido em um laço de amizade. Assim, comprova-se que, ao mesmo tempo que o petróleo une duas ou mais nações, também pode romper relações.

O *Plan Siembra Petrolera*, implementando no meio dos anos 2000, possuía a reta intenção de diversificar a indústria venezuelana. Porém, através de tabelas, percebeu-se que Hugo Chávez não conseguiu tal promessa, visto que a Venezuela ficou ainda mais dependente das exportações petrolíferas. Aqui cabe mencionar a questão da Maldição dos recursos naturais, pois a grande maioria dos países petroleiros não conseguem se libertar do petróleo, tornando a sua indústria quase que exclusivamente dependente de hidrocarbonetos.

Outro ponto tocante na questão da maldição dos recursos naturais está sobre o Imperialismo praticado pelas potências. Como o petróleo é vital para o funcionamento da economia e dos equipamentos militares, torna-se um produto muito visado pelos países mais desenvolvidos, pois quando se fala em petróleo, também se refere automaticamente ao território. Desta forma, há três soluções possíveis para os países consumidores conseguirem os hidrocarbonetos: relações diplomáticas, embargos ou guerras. No caso venezuelano, percebeu-se que, até o período anterior a Hugo Chávez, as relações entre Venezuela e Estados Unidos eram resolvidas sempre via diplomacia; a partir de quando este último assume a presidência da Venezuela, a situação entre os dois países começa a piorar. Porém, é quando Nicolás Maduro assume o cargo máximo do poder executivo venezuelano que a situação entre as duas nações se deterioram, especialmente por conta da união venezuelana com os iranianos, chineses e russos, considerados rivais dos Estados Unidos. Como o trabalho não mencionou o período pós-Chávez, preferiu-se não falar sobre as sanções, bem como não foi escolhido focar na Rússia e na China, deixando-os para pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVALO, Andrés Giuseppe. **Petrodiplomacia y Economía en Venezuela**: un análisis retrospectivo y prospectivo de las relaciones comercio y petroleras. Caracas: El Perro y La Rana, 2010. 329 p.
- BANKO, C. Intervención económica y redistribución de la renta petrolera. *In*: STRAKA, T. (Org.). **La Nación Petrolera**: Venezuela, 1914-2014. Caracas: Editora da Universidad Metropolitana, 2016, pp. 169-194. 1. ed.
- BAPTISTA, A. Visiones del petróleo: história, capitalismo rentístico y el tiempo em ciernes. *In*: Straka (Org.). **La Nación Petrolera**: Venezuela, 1914-2014. Caracas: Editora da Universidad Metropolitana, 2016, pp. 69-104. 1. ed.
- BARROS, Pedro Silva. **Governo Chávez e desenvolvimento**: a política econômica em processo. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Política, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.
- BÍBLIA, A. T. Êxodo. *In*: **Bíblia Sagrada Ave-Maria**: Antigo e Novo Testamentos. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2018. p. 101.
- _____. Gênesis. *In*: **Bíblia Sagrada Ave-Maria**: Antigo e Novo Testamentos. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2018. p. 54.
- BOUÉ, Juan Carlos. **El Síndrome de la Orimulsión**. Caracas: Ediciones Le Monde Diplomatique, Venezuela, 2012.
- BRITISH PETROLEUM — BP — **BP Stats Review of World Energy 2011** — Londres, 2011.
- _____. **BP Stats Review of World Energy 2019** — Londres. 2019.
- BRITO, T. L. F.; SANTOS, E. M dos; ROUSSEAU, I.; NAVA, P. C. A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira. *In*: BINSZTOK, J.; MONIÉ, F. (Orgs). **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X Ltda., 2012, pp. 13-50, 1. ed.
- CÁCERES, A. E. De las concesiones a la nueva PDVSA: cien años de industria petrolera. *In*: STRAKA, T. (Org.). **La Nación Petrolera**: Venezuela, 1914-2014. Caracas: Editora da Universidad Metropolitana, 2016, pp. 301-317. 1. ed.

CARÍAS, A. **Crónica de una destrucción**: concesión, nacionalización, apertura, constitucionalización, desnacionalización, estatização, entrega y degradación de la industria petrolera. Caracas: Editoria Jurídica Venezolana de la Universidad Monteávila, 2018. 730 p.

CONANT, Melvin A.; GOLD, Fern Racine. **A Geopolítica Energética**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. 239 p. Tradução: Ronaldo Sérgio de Biasi.

COSTA, Pierre. A evolução da indústria petrolífera: uma caracterização geral. *In*: BINSZTOK, J.; MONIÉ, F. (Orgs). **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X Ltda., 2012, pp. 53-79, 1ª ed.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geopolítica e Geografia Política**: discurso sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 2007.

GEORGE, Pierre. **Geografía de la energía**. 2. ed. Barcelona: Omega, 1952. 1 v.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

LANDES, David S.. **Prometheu desacorrentado**: transformação tecnologia e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, de 1750 até os dias de hoje. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 627 p. Tradução: Marisa Rocha Motta.

LIEUWEN, Edwin. **Petróleo en Venezuela, una historia**. Caracas: El Perro y La Rana, 2016. 226 p, 1ª edição digital. Disponível em: <<http://www.elperroylarana.gob.ve/petroleo-en-venezuela-una-historia/>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

LOPES, Ademil Lúcio. **O Governo Chávez e o Ensaio de Superação do Rentismo Venezuelano**: Do Nacionalismo Bolivariano ao Socialismo do Século XXI. 2011. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

MARTIN, André Roberto. **Brasil, Geopolítica e Poder Mundial**: o anti-Golbery. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2018.

MAYORGA, Natalia Loza. **Influencia del Gobierno venezolano de Hugo Chávez en las políticas Domésticas e Internacionales del Gobierno ecuatoriano de Rafael Correa**. 2008. 91 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidad San Francisco de Quito, Quito, 2008.

MCBETH, B. S. El impacto económico, político y social de las compañías petroleras em el Zilia, 1922-1935. *In*: STRAKA, T. (Org.). **La Nación Petrolera**: Venezuela, 1914-2014. Caracas: Editora da Universidad Metropolitana, 2016, pp. 197-300. 1. ed.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Editora da Universidade do Estado Amazonas, 1997.

_____. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1999.

MOMMER, B. Ese chorro que atraviesa el siglo. *In*: STRAKA, T. (Org.). **La Nación Petrolera**: Venezuela, 1914-2014. Caracas: Editora da Universidad Metropolitana, 2016, pp. 17-67. 1. ed.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES PRODUTORES PRODUTORES DE PETRÓLEO — OPEP— **Annual Statiscal Bulletin 2010/2011** — Viena, 2011. Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB2010_2011.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2019.

_____. — **Annual Statiscal Bulletin 2018** — Viena, 2019. Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB%202018.pdf>. Acesso em: 15 de nov. 2019.

PEREIRA, André Santos Alonso. **Geopolítica do petróleo brasileiro - a estratégia de internacionalização da Petrobras na América do Sul (2007-2017)**. 2019, 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

PETRÓLEOS DE VENEZUELA (PDVSA) — **Empresas Mixtas al Servicio del Pueblo**. Caracas, 2006.

_____. — **Informe de Gestión Anual 2015**. Caracas, 2015.

PETROLEOS Y OTROS DATOS ESTADÍSTICOS (PODE) — **Petróleo y Otros Datos Estadísticos 1960** — Caracas, 1960.

_____. — **Petróleo y Otros Datos Estadísticos 1970** — Caracas, 1970.

_____. — **Petróleo y Otros Datos Estadísticos 1980** — Caracas, 1980.

-
- **Petróleo y Otros**
Datos Estadísticos 1990 — Caracas, 1990.
-
- **Petróleo y Otros**
Datos Estadísticos 2000 — Caracas, 2000.
-
- **Petróleo y Otros**
Datos Estadísticos 2010 — Caracas, 2010.
-
- **Petróleo y Otros**
Datos Estadísticos 2014 — Caracas, 2014.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Atica, 1993. 269 p. Tradução: Maria Cecília França.
- ROMERO, C.A. (2010). A política externa da Venezuela bolivariana. **Plataforma Democrática**. Working Paper 4. Disponível em: <www.plataformademocratica.org>. Acesso em: 15 de jan. 2020.
- SÁNCHEZ, B.; BAENA, C.; ESQUEDA, P. La competitividad de la industria petrolera venezolana. *In*: **CEPAL**, Santiago de Chile, n. 71, 76 p., 2000.
- SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. **Geopolíticas do Petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006. 424 p. Tradução: Luís Couceiro Feio.
- STRAKA, T. Petróleo y Nación: el nacionalismo y la formación del Estado moderno em Venezuela (1936-1976). *In*: Straka (Org.). **La Nación Petrolera: Venezuela, 1914-2014**. Caracas: Editora da Universidad Metropolitana, 2016, pp. 107-168. 1. ed.
- Uc, P. (2010). "Los últimos avances en el proyecto de integración energética de América Latina: 2006-2007", *In*: Jaime Antonio Preciado Coronado (Coordinador). **Anuario de la integración latinoamericana y caribeña, Guadalajara**, Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades. Disponível em: <<http://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2011/10/Anuario-2010-Sobre-periodo-2006-20071.pdf>>. Acesso em: 23 de jan. 2020.
- US GEOLOGICAL SERVICE — **An Estimate of Recoverable Heavy Oil Resources of the Orinoco Oil Belt, Venezuela**, 2009. Disponível em: <<https://pubs.usgs.gov/fs/2009/3028/pdf/FS09-3028.pdf>>. Acesso em: 12 de jan. 2020.
- VARGAS, María del Rosío. **La integración energética en América del Sur: la iniciativa de Petroamérica**. *Latinoamérica*, México, n. 40, p. 265-288, jun. 2005.

Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742005000100265&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 23 de jan. 2020.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

YERGIN, Daniel. **O Petróleo**: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 1077 p. Tradução: Leila Marina U. Di Natale; Maria Cristina Guimarães; Maria Christina L. de Góes.

ZURITA, Alejandro. Venezuela-Brasil: una relación geoestratégica privilegiada. *In: Carta Internacional*, v. 1. n. 2. Julho 2006, p. 11-23. Disponível em: <<http://www.usp.br/cartainternacional/modx/index.php?id=59>>. Acesso em: 17 de jan. 2020.

Lista de sites

Lista de páginas:

América Economía: Disponível em: <<https://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/el-petroleo-marca-la-relacion-entre-venezuela-y-uruguay>>. Acesso em: 13 de jan. 2020.

British Broadcasting Corporation (BBC): Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090914_venezuela_russia_dg>. Acesso em: 22 de jan. 2020.

_____ Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7898809.stm>>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

_____ Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/05/110523_eeuu_venezuela_pdvsa_saciones_cch>. Acesso em: 18 de jan. 2020.

_____ Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-47379668>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

El País: Disponível em: <https://elpais.com/diario/2007/03/02/internacional/1172790011_850215.html>. Acesso em: 15 de dez. 2019.

_____Disponível

em:

<https://elpais.com/internacional/2009/01/22/actualidad/1232578812_850215.html>.

Acesso em 11 de jan. 2020.

Energy International Agency(EIA): Disponível em: <<https://www.iea.org/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

Google

Maps:

Disponível

em:

<[https://www.google.com.br/maps/place/Venezuela/@6.6477177,-](https://www.google.com.br/maps/place/Venezuela/@6.6477177,-71.1149542,6z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x8c2853cb36cbd801:0xdca0f2587cd54dd3!8m2!3d6.42375!4d-66.58973)

[71.1149542,6z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x8c2853cb36cbd801:0xdca0f2587cd54dd3!8m2!3d6.42375!4d-66.58973](https://www.google.com.br/maps/place/Venezuela/@6.6477177,-71.1149542,6z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x8c2853cb36cbd801:0xdca0f2587cd54dd3!8m2!3d6.42375!4d-66.58973)>. Acesso em 13 de jan. 2020.

Investidor

Petrobras:

Disponível

em:

<<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/8355/c-8355-ptb.html>> Acesso em: 25 de out. 2019.

O Globo: Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-pdvsa-nao-se-entendem-sobre-producao-de-gas-na-venezuela-41554171>>. Acesso em 30 de dez. 2019. (notícia de 19 de julho de 2007)

Polidrez:

Disponível

em:

<<https://polidrez.blogspot.com/search?q=El+Gran+Gasoducto+del+Sur>>. Acesso: 15 de jan. de 2019.

TN Notícias: Disponível em: <https://tn.com.ar/politica/el-gobierno-analiza-la-actividad-de-pdvsa-en-la-argentina_936445>. Acesso em: 11 de dez. De 2019 (notícia de 30 de janeiro de 2019)

UOL: Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi08059924.htm>>. Acesso em: 12 de fev. de 2020.

_____Disponível

em:

<

<https://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/11/09/ult34u192735.jhtm>>. Acesso em: 05 de jan. de 2020.